

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012



CARTA DO PRESIDENTE




Caros Accionistas,

O ano de 2012 foi, sem sombra de dúvida, o ano de maiores desafios na história da Sonae Capital. As fragilidades e clima recessivo que caracterizam a Economia Portuguesa, aliados às exigentes metas impostas pelo programa de ajustamento económico, colocaram pressão significativa sobre os níveis de actividade da generalidade dos negócios que integram o *portfolio* do Grupo Sonae Capital, quer por via de quebras no consumo de particulares quer por via de quebra nos níveis de investimento. Apesar das adversidades, prosseguimos de forma sustentada o caminho a que nos propusemos, mantendo a nossa ambição de crescimento. Continuamos prudentes ao nível dos investimentos, evidenciamos resultados expressivos ao nível da racionalização da estrutura de custos (ainda com potencial de poupança) e prosseguimos com o plano de alienação de activos não estratégicos reduzindo o nível de endividamento do Grupo.

Considero estar neste momento genericamente concluído o trabalho profundo de reorganização de estruturas, equipas, sistemas e processos, promovido nos últimos 2 anos, transversais a todas as áreas de negócio e críticos para a coordenação, eficácia e controlo das operações.

Como em anos anteriores, privilegiamos em 2012 o ciclo de planeamento estratégico como ferramenta e momento de partilha e alinhamento de aspirações e objectivos, pressupondo a sustentabilidade futura do Grupo em termos económicos e financeiros.

O projecto **troia**resort, iniciado em 2005 e que é muito representativo para o Grupo e estruturante para a Península de Tróia, compreendeu processos negociais complexos e atrasos significativos na execução imputáveis a entidades externas ao Grupo, o que condicionou o arranque pleno das operações e o ritmo de venda dos activos imobiliários. Considero termos alcançado o melhor resultado possível, forçados por um *timing* de lançamento altamente desfavorável, contando com a colaboração de uma equipa capaz (cumpre lembrar, a este propósito, que o projecto teve início em 2005 e que nos dois anos seguintes 32% dos



empreendimentos construídos estavam já vendidas). Apesar da envolvente desfavorável, a melhoria nos resultados das operações do **troiaresort** em 2012 evidenciam o crescente posicionamento do site enquanto destino turístico de referência, acreditamos que alicerçado na qualidade da oferta e nas características ímpares do destino, sendo certo que as equipas de gestão terão que ajustar as operações comerciais, master plan e estratégia às actuais circunstâncias de mercado, perseguindo vias alternativas de desenvolvimento de negócio com parceiros internacionais de reconhecida competência em grandes projectos.

Ao nível da gestão operacional, a melhoria da rentabilidade das operações deverá continuar a ser perseguida, estando nesse âmbito a ser promovida reflexão interna no sentido de avaliar a exequibilidade e racional económico e financeiro de cenários alternativos de gestão, incluindo *joint ventures* com operadores internacionais de prestígio reconhecido e de grande valor no desenvolvimento de grandes resorts.


Continua para nós clara a intenção de preservar o projecto **troiaresort** e o seu valor, dada a dimensão e importância estratégica que o mesmo reveste para o Grupo.

As vias de crescimento que assumimos, o desenvolvimento do negócio de Energia e Ambiente, bem como a internacionalização das operações do Grupo, deverão assumir importância crescente no portfolio de negócios da Sonae Capital.

Na Sistavac, onde se verificou uma redução significativa de actividade em Portugal e Espanha, o processo de adequação da capacidade instalada, bem como o desenvolvimento do negócio internacional serão focos prioritários da equipa de gestão, com o objectivo de aportar melhoria nos resultados do negócio.

Continuamos a acreditar nas oportunidades existentes no mercado de produção descentralizada de energia, confiando ser possível prosseguir com ritmo de crescimento até agora evidenciado.

Não me alongarei em considerações sobre a actividade do ano de 2012 nem sobre o orçamento operacional do próximo ano, do qual fui co-autor, continuando a acreditar que o portfolio de negócios core e respectivos sectores de actividade encerram significativas oportunidades de crescimento a que as equipas de gestão devem dar efectivo seguimento.



Às instituições financeiras que nos apoiaram, agradecemos toda a colaboração, desejando que a mesmo seja mantida num contexto de apoio à retoma e desenvolvimento.

Vivemos um período económica e financeiramente difícil, mas equipados com pessoas e equipamentos muito eficientes, para seguir com rigor o desempenho da gestão e assegurar tempo para pensar o futuro e vencer as dificuldades que possam surgir. Temos ideias claras, ou mais claras, equipa humana mais competente. Falta ousar e procurar actividade em regiões onde já estamos, nomeadamente nos negócios de climatização de edifícios comerciais ou industriais, assegurando presença futura crescente.

Antes de terminar esta carta, gostaria de deixar uma nota de despedida da minha função executiva na Sonae Capital e de agradecer à equipa que comigo trabalhou, certo de que o Conselho de Administração da Sonae Capital continuará activo no acompanhamento das funções soberanas que devem garantir a perenidade da Sonae Capital.

Maia, 18 de Março de 2013

Belmiro de Azevedo

Índice

II. Relatório de Gestão	3
1. Enquadramento Macroeconómico	5
2. Principais Eventos	7
3. Demonstração de Resultados Consolidada	9
4. Destaques por Área de Negócio	11
5. Balanço Consolidado	14
6. Demonstrações Financeiras Individuais	15
7. Acções Próprias	16
8. Comportamento Bolsista	16
9. Perspectivas	16
10. Actividade Desenvolvida pelos Membros Não Executivos do Conselho de Administração	17
11. Proposta de Aplicação de Resultados	17
12. Agradecimentos	18
- Glossário	19
III. Anexo ao Relatório de Gestão	20
IV. Relatório sobre o Governo da Sociedade	25
V. Demonstrações Financeiras Consolidadas	80
VI. Demonstrações Financeiras Individuais	147
VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	177
VIII. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	180



RELATÓRIO DE GESTÃO

31 DE DEZEMBRO DE 2012

Relatório de Gestão 31 de Dezembro de 2012

Os resultados de 2012 reflectem a **prosecução dos compromissos** assumidos pelo Grupo no sentido de assegurar continuadas melhorias ao nível da **eficiência operacional**, nomeadamente:

- **Esforço de optimização** das operações acarretou redução de 13% nos custos operacionais, contribuindo para a melhoria do **EBITDA**, que totalizou **-1,3 M.€** (-2,2 M.€ em 2011);
- **Investimento** significativo em projectos na **área de Energia**, totalizando 8,6 M.€, em linha com a aposta nesta área de negócio enquanto via de crescimento futuro;
- **Descontinuação** da actividade de **fitness em Espanha**, negócio sem enquadramento estratégico no actual portfolio de negócios do Grupo;
- **Alienação de activos não estratégicos** (parcela de UP's Imosede), contribuiu para uma **redução** de 5 M.€ no **endividamento líquido**.

O desempenho no período reflecte a **envolvente mais adversa no mercado nacional**, que conduziu ao abrandamento generalizado nos níveis de actividade (ex-Energia e Ambiente), com **Volume de Negócios** consolidado a alcançar **112,3 M.€** (uma quebra de 18% face aos valores de 2011).

Valores em 10⁶ euros

	12M		
	2012	2011	Δ
Volume de Negócios	112,3	136,9	-18%
EBITDA	-1,3	-2,2	+39%
EBIT	-19,2	-12,6	-52%
Resultados Financeiros	-11,0	-10,4	-5%
Resultados rel. a Empresas Associadas	3,5	5,2	-32%
Resultados relativos a Investimentos	16,6	28,4	-41%
Resultado Líquido	-11,7	3,8	-
	31.12.12	31.12.11	Δ
Investimento Bruto	12,1	11,0	+10%
Endividamento Líquido	256,1	261,1	-2%

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia global sofre, desde 2009, com uma crise generalizada que, tendo início no sector financeiro, rapidamente se alastrou à economia real, com graves repercussões económicas, sociais e políticas. O clima económico passou desta forma a caracterizar-se por abrandamento no nível de crescimento mundial, alto e crescente nível de desemprego, falta de confiança dos mercados relativamente às economias altamente alavancadas e dificuldades de acesso a financiamento bancário até que ocorra o necessário ajustamento no sector.

O ano de 2012 evidenciou uma ligeira desaceleração ao nível da **Economia Mundial**, reflectindo a recessão na Área do Euro (com impactos negativos acima do inicialmente antecipado) e um abrandamento na generalidade dos BRICs, que continuam apesar de tudo a evidenciar crescimentos expressivos no contexto mundial. As estimativas de crescimento do PIB Mundial para 2012 situam-se na ordem dos 3,2% (3,9% em 2011), marginalmente abaixo das projecções das principais instituições de referência divulgadas no final do ano anterior. À semelhança do ano anterior, as projecções trimestrais foram ao longo do ano sistematicamente revistas em baixa, espelhando a persistente crise de confiança dos agentes económicos no sucesso das políticas perseguidas pelas principais economias mundiais.

Nos Estados Unidos, a aceleração do crescimento económico em 2012 (+2,3%, face a +1,8% em 2011), reflecte a estabilização dos mercados financeiros, nomeadamente do mercado de dívida, e a recuperação do mercado imobiliário. As perspectivas de evolução da economia no curto prazo estão largamente condicionadas pelo risco acrescido de agravamento da crise na Área do Euro e os impactos no consumo interno de medidas de natureza fiscal mais gravosas (incluindo acréscimo da carga fiscal e cortes na despesa pública). Apesar de evidenciarem, genericamente, taxas de crescimento aquém das registadas em anos anteriores, os países BRIC, com excepção do Brasil, destacaram-se face ao desempenho das principais economias desenvolvidas. A China assumiu preponderância neste Grupo, com crescimento estimado de 7,8% em 2012 (9,3% em 2011), seguida da Índia com 4,5% (7,9% em 2011), sendo as duas economias inevitavelmente afectadas pela quebra nas exportações e pela deterioração generalizada nos indicadores de sentimento económico. O crescimento na Rússia deverá situar-se nos 3,6%, marginalmente abaixo dos 4,3% em 2011, fruto do decréscimo nos preços das matérias-primas e do efeito de contágio de uma envolvente externa menos favorável. O Brasil evidenciou em 2012 sinais de arrefecimento, com crescimento esperado de 1% (2,7% em 2011), com perspectivas de recuperação nos próximos anos (apesar de a taxas significativamente inferiores às registadas no período pré-crise).

A situação económica na **Área Euro** tem gerado um efeito mais negativo sobre a economia mundial do que o antecipado. De acordo com as estimativas das principais instituições de referência, o crescimento real do PIB na Área Euro deverá situar-se em terreno negativo em 2012 (-0,4%), recuperando para valores modestos em 2013. A crise da dívida soberana continua latente, e a elevada incerteza quanto à sua resolução tem justificado a contínua revisão em baixa das projecções dos principais agregados económicos. Os últimos indicadores divulgados para a Área Euro, revelam uma fraqueza persistente de actividade, assente em larga medida na fragilidade da procura interna. Perspectivam-se para 2013 políticas orçamentais mais restritivas,

redução na confiança dos consumidores e empresas e dificuldades no acesso ao crédito numa franja de países desta área, com os consequentes impactos negativos no desempenho da Área Euro. Em 2012, promoveram-se medidas de consolidação orçamental substanciais, incluindo o agravamento da carga fiscal em vários países, sendo que as medidas a implementar em 2013 deverão estar mais focadas no lado da despesa pública. O desempenho da Área Euro em 2012 em nada contribuiu para apaziguar os ânimos dos agentes económicos, persistindo os receios relativos ao eventual fim da zona euro.

As últimas projecções do FMI pressupõem um crescimento de 3,5% no PIB Mundial em 2013, e a persistência de um cenário recessivo na Área Euro, com queda de 0,2% no PIB, persistindo as dúvidas quanto ao *timing* de inflexão da crise de dívidas soberanas e aos efeitos na economia real da desalavancagem da banca e do ajustamento fiscal. Na Área Euro, a inflação deverá permanecer em níveis baixos ao longo de 2013 (cerca de 1,4% de acordo com o *Autumn World Economic Outlook* do FMI) e o desemprego deverá rondar os 12% (de acordo com a mesma fonte).

O processo de desalavancagem do sector bancário deverá perdurar nos próximos anos implicando a manutenção de restrições no acesso ao crédito. Apesar dos níveis historicamente baixos das taxas de juro, perspectiva-se que o *gap* das taxas de juro activas dos Bancos face à taxa de referência (actualmente nos 0,75%) se reduza progressivamente a partir da segunda metade de 2013, caso a recuperação esperada se efective.

A evolução do preço do petróleo denotou alguma volatilidade, terminando o ano em 110 dólares por barril. As previsões mais recentes evidenciam uma tendência de estabilidade de preços no curto prazo, apontando para um preço médio de 113 dólares por barril em 2013, em resultado da diminuição esperada na procura, fruto da deterioração das condições económicas na zona euro e da menor procura oriunda da China, e da maior estabilidade nos países MENA (*Middle East and North Africa*).

O desempenho da **Economia Portuguesa** em 2012 ficou indubitavelmente marcado pela definição de novas metas ao abrigo do programa de ajustamento económico (PAEF) em implementação por parte do Governo Português, prevendo-se uma quebra de 3% no PIB em 2012, conforme estimativas mais recentes incluídas no Boletim de Inverno do Banco de Portugal, publicado em Janeiro de 2013 (decréscimo de 1,7% em 2011). Este desempenho da Economia Portuguesa assenta numa quebra acentuada da procura interna (-7,2%), parcialmente compensada por um aumento de 4,2% nas exportações líquidas (em termos acumulados, a redução da procura interna no período 2009-2013 deverá situar-se em cerca de 17%). A inflação deverá situar-se nos 2,8% em 2012 (+3,6% em 2011) e a taxa de desemprego alcançará novo máximo histórico, fechando o ano nos 15,5% (12,9% em 2011).

No âmbito do Processo de Assistência Financeira à Economia Portuguesa em curso, prevê-se que as medidas restritivas continuem a pressionar a Economia Portuguesa no médio prazo. Em 2013, deverá persistir o contexto recessivo, embora as perspectivas actuais das principais instituições de referência e do Governo Português para o final de 2013 comecem a revelar sinais de inversão. As previsões do Banco de Portugal para os próximos 2 anos apontam para decréscimo do PIB em 1,9% em 2013 e recuperação de 1,3% em 2014. O 6º exame regular do PAEF realizado

no final de 2012, assegurou a conformidade do Orçamento de Estado de 2013, aprovado no dia 27 de Novembro de 2012 com votos contra de todos os partidos da oposição, com as medidas de consolidação orçamental previstas no programa. O forte esforço de consolidação das finanças públicas e as ambiciosas metas impostas à economia portuguesa ao abrigo do PAEF, deverão penalizar de forma significativa a procura interna, o que aumentará a dependência da economia portuguesa ao desempenho da procura externa, aumentando necessariamente o risco de prossecução das políticas promovidas e alcance das metas orçamentais. O principal motor de crescimento serão necessariamente as exportações, alicerçadas na expectativa de reforço da economia da Área Euro. As actuais projecções comportam riscos de diversa índole, que poderão derivar, como até agora, em revisões sucessivas das estimativas e que determinam prudência na análise dos indicadores macroeconómicos. Os riscos mais representativos incluem o não cumprimento das metas definidas ao nível das exportações líquidas e uma descida mais acentuada do consumo privado em face de uma deterioração do mercado de trabalho. A implementação do PAEF com um clima social mais adverso poderá também prejudicar a sua execução, embora se espere que, simultaneamente, impulse a confiança dos investidores, levando a diminuição das *yields* da dívida soberana e atraindo investimento estrangeiro.

2. PRINCIPAIS EVENTOS

De entre os comunicados divulgados ao mercado em 2012, destacam-se:

Participações Qualificadas
<p>2 de Janeiro de 2012 A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre redução de participação da UBS AG para nível inferior a 2% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.</p>
<p>4 de Janeiro de 2012 A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre redução de participação do Banco BPI, SA para nível inferior a 2% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.</p>
<p>28 de Março de 2012 A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre a alteração do título de imputação de direitos de voto da participação qualificada da Efanor Investimentos, em consequência da alienação, pela Sonae – SGPS, SA a favor da Pareuro BV, de 16.600.000 acções da Sonae Capital.</p>
<p>10 de Outubro de 2012 A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre aumento de participação do Santander Asset Management para 2,28% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.</p>

Participações Qualificadas

12 de Novembro de 2012

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre redução de participação imputável à Dalal Street e Mohnish Pabrai para nível inferior a 5% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.

7 de Dezembro de 2012

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre redução de participação imputável à Dalal Street e Mohnish Pabrai para nível inferior a 2% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.

26 de Dezembro de 2012

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre aumento de participação do Blueshore Global Equity Fund para 2% do capital social e direitos de voto da Sonae Capital, SGPS, SA.

Orgãos Sociais

29 de Fevereiro de 2012

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre alargamento, de dois para três, do número de membros da Comissão Executiva da sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, tendo sido designada para integrar a referida Comissão Executiva Maria Cláudia Teixeira de Azevedo.

Governo da Sociedade

30 de Março de 2012

A Sonae Capital, SGPS, SA informou o mercado sobre deliberações da Assembleia Geral de Accionistas realizada naquela data.

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Valores em 10³ euros

	12M 12	12M 11	Δ (A/B)
	(A)	(B)	
Volume de Negócios	112.288,5	136.884,9	-18,0%
Outros Proveitos Operacionais	11.542,2	11.571,3	-0,3%
Total de Proveitos Operacionais	123.830,7	148.456,2	-16,6%
Custo das Mercadorias Vendidas	-36.584,7	-38.941,9	+6,1%
Varição da Produção	-2.258,2	-3.581,3	+36,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	-44.753,5	-55.810,7	+19,8%
Custos com o Pessoal	-37.216,2	-41.357,7	+10,0%
Outros Custos Operacionais	-3.644,0	-4.635,6	+21,4%
Total de Custos Operacionais	-124.456,5	-144.327,2	+13,8%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	-1.335,6	-2.180,2	+38,7%
Amortizações e Depreciações	-13.479,0	-13.734,9	+1,9%
Provisões e Perdas por Imparidade	-5.128,5	-3.034,1	-69,0%
Resultados Operacionais (EBIT)	-19.233,3	-12.640,1	-52,2%
Resultados Financeiros	-10.965,9	-10.437,1	-5,1%
Resultados relativos a Empresas Associadas	3.501,2	5.166,2	-32,2%
Resultados relativos a Investimentos	16.597,4	28.361,7	-41,5%
Resultado antes de Impostos	-10.100,6	10.450,7	-
Imposto sobre o Rendimento	-1.626,3	-6.664,8	+75,6%
Resultado Líquido	-11.726,9	3.785,9	-
Atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	-11.092,0	2.994,3	-
Atribuível a Interesses sem Controlo	-634,8	791,6	-

O **Volume de Negócios** consolidado ascendeu a 112,3 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 18% face aos 136,9 milhões de euros do ano anterior, tendência extensível à generalidade dos segmentos de negócio do Grupo Sonae Capital, com excepção da Energia (que face ao ano anterior, beneficiou de 12 meses de contributo da operação de cogeração no Colombo e de aproximadamente 6 meses de operação da nova central de cogeração em Vale de Cambra).

O **EBITDA anual** foi negativo em 1,3 milhões de euros, acarretando um aumento face aos 2,2 milhões de euros negativos gerados no período homólogo de 2011, beneficiando do efeito multiplicador associado ao perfil de geração de *cash flow* do negócio de Energia e Ambiente, e do processo de reestruturação de custos, visando a optimização das estruturas de custos e sua adequação aos níveis de actividade efectivos. Este processo, que se encontra num estágio mais avançado de implementação ao nível da Sonae Turismo, contribuiu para a redução de 13% ao nível dos custos operacionais anuais, numa base comparável (ou seja, excluindo o impacto de custos não recorrentes reconhecidos em 2011 relativos a acções judiciais que se encontravam totalmente provisionadas e que contribuíram para o agravamento do EBITDA em 2011). O nível inferior de vendas imobiliárias e a crescente pressão concorrencial associada ao agravamento

das condições macroeconómicas tiveram efeito negativo na rentabilidade operacional, tendo especial impacto a redução de margens do Grupo Sistavac, em Portugal e Espanha.

Os **Resultados Operacionais** do ano incluem um impacto negativo de 2,9 milhões de euros decorrente da opção estratégica de encerrar a unidade de Fitness em Espanha e descontinuar a presença (historicamente deficitária) do negócio nessa geografia, e cerca de 1,0 milhões de euros de perdas de imparidade sobre clientes em consequência das dificuldades que se fazem sentir na economia portuguesa.

O agravamento de 5% nos **Resultados Financeiros** anuais, negativos em 11,0 milhões de euros, decorre de um custo de endividamento superior face ao do ano anterior, em resultado de um *spread* médio de dívida mais elevado nos primeiros seis meses do ano, parcialmente compensado por um nível inferior de taxa de juro de mercado no segundo semestre.

No ano de 2011, os **Resultados relativos a Empresas Associadas** incluíam os contributos do Fundo Imosede e da TP (esta última até à data da sua alienação em Junho de 2011), que totalizaram cerca de 4,1 milhões de euros. Em 2012, o valor total desta rubrica foi de 3,5 milhões de euros, sendo o principal contributo para esta rubrica aportado pela Norscut, com 2,6 milhões de euros. O Fundo Imosede contribuiu igualmente com 1,2 milhões de euros em 2012, até ao momento em que se procedeu à alteração no método de contabilização das unidades de participação do Fundo Imosede de equivalência patrimonial para activo disponível para venda, registado a justo valor.

Os **Resultados relativos a Investimentos** anuais, que ascenderam a 16,6 milhões de euros, reflectem quase exclusivamente o impacto da actualização do valor das unidades de participação do Fundo Imosede, em virtude da sua reclassificação para activos disponíveis para venda (e registo a justo valor).

Em resultado da evolução descrita, o **Resultado Líquido** do ano foi negativo em 13,0 milhões de euros, face a 3,8 milhões de euros positivos em 2011 (significativamente impactados pela mais-valia de 20,3 milhões de euros associada à venda da participação na TP).

4. DESTAQUES POR ÁREA DE NEGÓCIO

4.1. SONAE TURISMO

Valores em 10⁶ euros

	Contributos para Consolidado					
	Volume de Negócios			EBITDA		
	12M 12	12M 11	Δ	12M 12	12M 11	Δ
Resorts	10,8	14,1	-24,0%	-3,0	-3,9	+24,7%
Desenvolvimento de Resorts	3,7	6,7	-44,1%	-2,7	-3,9	+31,8%
Gestão de Resorts (Golfe, Marina e Supermercado)	2,3	2,4	-1,8%	-0,7	-0,8	+12,7%
Atlantic Ferries	4,7	5,1	-7,8%	0,4	0,7	-50,0%
Hotelaria	13,9	15,2	-8,3%	-1,5	-4,5	+65,8%
Fitness	11,7	15,7	-25,3%	-2,0	0,2	-
Outros Sonae Turismo	0,0	0,0	-65,2%	0,3	-0,4	-
Contributo da Sonae Turismo	36,4	45,1	-19,1%	-6,2	-8,6	+28,0%

O volume de negócios da **Sonae Turismo** atingiu 36,4 milhões de euros no ano (representativos de uma diminuição na ordem dos 19%). Apesar da quebra expressiva ao nível da receita, os esforços de racionalização da estrutura de custos contribuíram para a melhoria de 28% no contributo para o EBITDA anual, que atingiu 6,2 milhões de euros negativos.

As vendas de **imobiliário turístico** tiveram expressão reduzida e decrescente face ao ano anterior, reflectindo a maior prudência dos investidores nas decisões de alocação de capital, fruto do clima de incerteza que caracteriza a actual conjuntura económica. No ano de 2012 foram celebradas 7 escrituras de venda e 3 contratos *Try and Buy* (comparativamente com 13 escrituras em 2011). Em termos líquidos, foram comercializadas 8 unidades até Dezembro de 2012, permanecendo ao nível da comercialização no ano anterior.

O desempenho anual da **Atlantic Ferries**, com decréscimos de 8% no volume de negócios, para 4,7 milhões de euros, e de 0,3 milhões de euros no EBITDA, que permaneceu positivo em 0,4 milhões de euros, espelhou essencialmente a quebra observada no tráfego (extensível a passageiros e a veículos).

Na **Hotelaria**, o volume de negócios consolidado diminuiu em 8%, para 13,9 milhões de euros, com os indicadores de ocupação a apresentar evoluções distintas nas várias unidades do Grupo, tendo o número de noites vendidas subido em cerca de 9% nas unidades Aqualuz **troiaresort**, permanecido em linha com o ano anterior na unidade de Lagos, e decrescido 17% no Porto Palácio Hotel. A tendência de diminuição da receita média diária foi transversal a todas as unidades hoteleiras, contribuindo para a referida diminuição ao nível do volume de negócios. Neste segmento, foi particularmente visível a redução ao nível dos custos operacionais, nomeadamente custos com o pessoal, manutenção e limpeza e energia, que permitiu compensar o efeito de quebra no volume de negócios observada nas unidades hoteleiras do

Grupo, acarretando uma variação positiva de 3,0 milhões de euros no respectivo EBITDA, para 1,5 milhões de euros negativos. No Porto Palácio Hotel, o EBITDA foi positivo em 0,3 milhões de euros (face a 1,2 milhões de euros negativos em 2011), permanecendo negativo nas unidades Aqualuz (-0,8 milhões de euros em Tróia, face a comparável de -2,4 milhões de euros em 2011, e -1,0 milhões de euros em Lagos, em linha com o ano anterior).

O **Fitness** continuou a denotar o impacto da pressão crescente sobre o rendimento disponível das famílias, com queda óbvia no número de sócios activos. Neste cenário de contracção, o volume de negócios diminuiu 25% face ao ano anterior, permanecendo nos 11,7 milhões de euros, e o EBITDA permaneceu negativo em 2,0 milhões de euros, comparativamente com contributo marginalmente nulo em 2011. A equipa de gestão tem levado a cabo um conjunto de iniciativas de ajustamento da sua oferta comercial, que se espera continuem a surtir os seus efeitos no incremento de número de sócios em 2013 apesar do detrimento na receita média por sócio, que julgamos necessário tendo em conta a envolvente económica em Portugal caracterizada por uma quebra acentuada do rendimento disponível das famílias. Neste enquadramento os cancelamentos mantiveram-se significativamente abaixo dos valores do ano anterior, tendo em Setembro (mês de lançamento da campanha promocional) o número de adesões superado o número de cancelamentos, pela primeira vez nos últimos 18 meses, padrão que persistiu até ao final do ano.

No âmbito do processo interno de reflexão estratégica, e não tendo sido identificado enquadramento estratégico com as orientações definidas para o negócio do Fitness, decidiu-se pela descontinuação da actividade em Espanha (com aporte histórico de EBITDA negativo, que ascendeu a -0,7 milhões de euros em 2012), tendo a operação cessado no final do ano.

4.2. SPRED

Valores em 10⁶ euros

	Contributos para Volume de Negócios Consolidado					
	Volume de Negócios			EBITDA		
	12M 12	12M 11	Δ	12M 12	12M 11	Δ
Grupo Sistavac	52,8	69,0	-23,5%	0,0	5,3	-
Energia e Ambiente	13,0	8,4	+53,6%	3,3	2,0	+64,9%
Outros Spred	8,1	6,9	+17,2%	0,1	0,0	-
Contributo da Spred	73,9	84,4	-12,4%	3,4	7,2	-53,6%

O volume de negócios da **Spred** totalizou 73,9 milhões de euros no ano, uma quebra de 12% face ao ano anterior justificada pela quebra no contributo do Grupo Sistavac. O EBITDA de 3,4 milhões de euros positivos continua assente no desempenho da área de Energia e Ambiente (com EBITDA de 3,3 milhões de euros, representativo de crescimento de 65%), tendo os restantes negócios contributos anuais próximos de zero.

A evolução observada na actividade das empresas do Grupo **Sistavac** em Portugal, com volume de negócios associado de 45,9 milhões de euros e uma quebra de 24% face ao ano anterior, decorreu essencialmente do desempenho do segmento AVAC, que apesar de ter acomodado um maior volume de obras, sofreu com quebra significativa no valor médio por obra. A refrigeração e a nova área de negócio de *general contracting* (com arranque no 2º semestre do ano) aportaram contributos positivos para o volume de negócios consolidado. A quebra no volume de negócios, não estando ainda concluída a optimização da estrutura de custos e adequação às novas circunstâncias de mercado, acarretou uma diminuição de cerca de 5,0 milhões de euros no EBITDA anual, para 0,5 milhões de euros positivos.

Em Espanha, o nível de actividade baixou significativamente, com o volume de negócios a atingir os 3,6 milhões de euros (5,5 milhões de euros em 2011), e a penalizar a rentabilidade do negócio, gerando um EBITDA negativo de 0,5 milhões de euros (132 mil euros negativos no ano anterior). Como em Portugal, está ainda em curso o processo de optimização de estruturas tendente a aumentar a rentabilidade da operação.

O desempenho no Brasil foi positivo, com um acréscimo ao nível dos trabalhos adjudicados e implementação de medidas com vista a aumentar a eficiência operacional e comercial. Neste cenário, o volume de negócios cresceu 12%, para 3,3 milhões de euros, tendo o EBITDA gerado sido próximo de zero, com crescimento de 0,1 milhões de euros face ao ano anterior.

O crescimento no Volume de Negócios da área de **Energia e Ambiente**, correspondente a 4,6 milhões de euros no ano, para 13,0 milhões de euros, reflecte o contributo da nova central de cogeração em Vale de Cambra (com início de operações no terceiro trimestre de 2012) e um impacto parcial da central de cogeração do Colombo (que se encontrava ainda em fase de arranque no mês de Julho de 2011). O crescimento de 1,3 milhões de euros ao nível do EBITDA, para 3,3 milhões de euros no ano, assenta na mesma explicação (+0,8 milhões de euros relativos a cogeração do Colombo e +0,4 milhões de euros relativos a cogeração Vale de Cambra).

4.3. OUTROS

Valores em 10⁶ euros

	Contributos para Volume de Negócios Consolidado					
	Volume de Negócios			EBITDA		
	12M 12	12M 11	Δ	12M 12	12M 11	Δ
SC Assets	1,8	7,2	-74,3%	3,3	1,3	>100%
Holding e outros	0,1	0,2	-49,3%	-1,8	-2,1	+14,1%
Contributo de Outros	2,0	7,4	-73,5%	1,5	-0,8	-

O desempenho do volume de negócios da **SC Assets** foi inevitavelmente influenciado por um nível inferior de vendas de activos imobiliários em 2012.

O EBITDA da SC Assets inclui o reconhecimento de 3,0 milhões de euros decorrentes de ajustamento contabilístico *one-off* ocasionado pela alteração no método de contabilização das

unidades de participação do Fundo Imosede (de equivalência patrimonial para activo disponível para venda, registado a justo valor), não tendo correspondência com nenhuma transacção imobiliária realizada no período em análise.

5. BALANÇO CONSOLIDADO

Valores em 10³ euros

	31.12.2012	31.12.2011	Δ
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	253.948,5	243.567,0	+4,3%
Diferenças de Consolidação	60.988,6	61.028,5	-0,1%
Investimentos Não Correntes	54.991,2	61.075,6	-10,0%
Outros Activos Não Correntes	48.331,0	45.384,1	+6,5%
Existências	187.800,6	209.213,3	-10,2%
Clientes e Outros Activos Correntes	48.109,6	49.581,6	-3,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.244,7	3.980,6	-18,5%
Total do Activo	657.414,3	673.830,8	-2,4%
Capital Próprio atribuível a Accionistas da Empresa Mãe	315.249,5	327.628,9	-3,8%
Capital Próprio atribuível a Interesses sem Controlo	8.707,6	9.241,8	-5,8%
Total do Capital Próprio	323.957,1	336.870,7	-3,8%
Empréstimos Não Correntes	158.675,7	182.564,9	-13,1%
Passivos por Impostos Diferidos	14.344,5	11.535,4	+24,4%
Outros Passivos Não Correntes	7.077,1	10.341,5	-31,6%
Total de Passivos Não Correntes	180.097,3	204.441,7	-11,9%
Empréstimos Correntes	100.639,2	82.557,5	+21,9%
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	52.720,6	49.960,9	+5,5%
Total de Passivos Correntes	153.359,9	132.518,3	+15,7%
Total do Passivo	333.457,2	336.960,1	-1,0%
Total do Capital Próprio e do Passivo	657.414,3	673.830,8	-2,4%

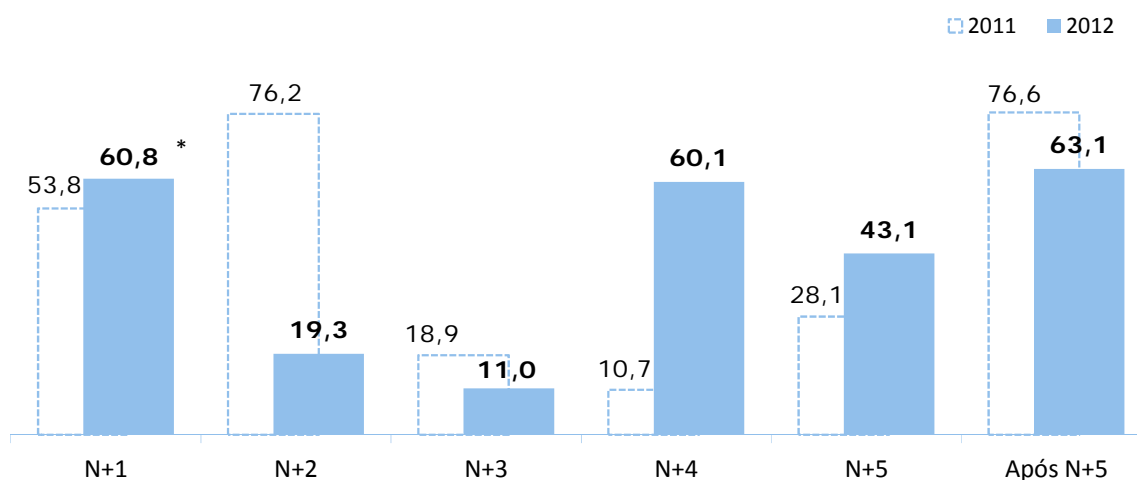
O **Investimento Bruto** totalizou 12,1 milhões de euros no ano, estando 8,6 milhões de euros afectos à prossecução do plano de expansão da área de Energia e Ambiente (3,2 milhões de euros na central de cogeração em Vale de Cambra, que iniciou operações no terceiro trimestre de 2012, e 3,3 milhões de euros afectos ao novo projecto fotovoltaico, que se estima entre em operação no final do último trimestre de 2013). No Fitness, o investimento bruto anual ascendeu a 1,2 milhões de euros, incluindo renovação de equipamento e renovação da marca Solinca. De entre os restantes contributos destacam-se cerca de 0,6 milhões de euros na sua maioria relativos a licenças sobre activos imobiliários, respeitando o remanescente (sem expressão material em termos individuais) a trabalhos de renovação.

A variação ao nível dos **Investimentos Não Correntes** é explicada pelo facto de, no 4º trimestre de 2012, se terem alienado 24.600 UP's do Fundo Imosede, correspondentes a uma participação de 28%.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a **Dívida Líquida** atingiu 256,1 milhões de euros, comparativamente com 261,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 e 267,3 milhões de euros em 30 de Setembro de 2012, diminuição que reflecte a utilização de uma parcela do encaixe gerado na venda das UP's do Fundo Imosede na redução da dívida. O *free cash-flow* operacional gerado pelo Grupo no ano totalizou 1,5 milhões de euros.

O rácio de *gearing* a 31 de Dezembro de 2012 era de 79,0% (77,5% em 31 de Dezembro de 2011).

A expectativa de reembolso dos empréstimos (em milhões de euros), a 31 de Dezembro de 2012, tendo em conta os prazos de compromisso associados a cada operação de financiamento, era a seguinte:



N: Data de Reporte

* Inclui papel comercial tomado ao abrigo de linhas de crédito de curto prazo com renovação automática. Tendo em conta as políticas e medidas de gestão de risco de liquidez e relacionamento bancário implementadas, não se antecipam riscos que ponham em causa a continuidade das operações.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

O resultado líquido da Sonae Capital, SGPS, SA, empresa *holding* do Grupo, foi negativo em 995.091 euros, que compara com 918.206 euros negativos no ano anterior. Os resultados de 2011 foram negativamente impactados por custos de reorganização incorridos durante o ano, registando-se em 2012 uma descida significativa, na ordem dos 1,3 milhões de euros, no total de custos operacionais (para 1,5 milhões de euros). De referir igualmente que os resultados de 2012 incluem cerca de 1,0 milhões de euros relativos ao reconhecimento de imparidade sobre a participação da Sonae Capital, SGPS, SA no Fundo WTC.

7. ACÇÕES PRÓPRIAS

Atendendo ao desempenho bolsista da acção Sonae Capital durante o ano de 2012, e de acordo com autorizações conferidas na última Assembleia Geral de Accionistas, a Sonae Capital adquiriu, de 2 de Janeiro a 21 de Dezembro de 2012, 1.448.710 **acções próprias** através da NYSE Euronext Lisbon Stock Exchange, a um preço médio de 0,157 euros por acção. Em resultado destas transacções, com referência a 31 de Dezembro de 2012 a Sonae Capital detinha 1.600.310 acções próprias, representativas de cerca de 0,640% do seu capital social.

8. COMPORTAMENTO BOLSISTA

A informação sobre o **comportamento bolsista** da acção Sonae Capital durante o ano de 2012, é apresentada no capítulo III.4 do Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo a 2012.

9. PERSPECTIVAS

Mais do que nunca, nenhum exercício prospectivo pode surgir desgarrado de uma realidade económica e social que se afigura difícil e plena de incertezas. Neste sentido, em 2012 foram já visíveis os resultados dos planos de contenção e corte de custos promovidos transversalmente ao nível das diferentes áreas de negócio do Grupo, embora evidenciando níveis distintos de implementação e captura de poupanças potenciais.

A redução de dívida observada no ano foi consentânea com o objectivo de redução de dívida a médio prazo, perspectivando-se redução adicional (de dívida não afecta à expansão do negócio de Energia) no ano de 2013.

No ano de 2013, a equipa de gestão mantém o seu *roadmap* destinado à garantia de sustentabilidade e rentabilidade do portfolio de negócios do Grupo. Desta forma continuará a ser crítica a alienação de activos não estratégicos como forma de permitir a redução dos níveis de dívida e libertar fundos para o desenvolvimento dos negócios *core* do Grupo.

Ao nível dos diferentes negócios, as equipas continuarão focadas no incremento da rentabilidade das suas operações através do desenvolvimento do esforço de vendas e prossecução dos planos de optimização de estruturas de custos aprovados.

Mais concretamente na **Sonae Turismo**, os exercícios de reflexão deverão contemplar alternativas de desenvolvimento de negócio, tendo em vista a maximização de valor de um conjunto de activos definidos como *core*.

No **Grupo Sistavac**, a expansão internacional continuará a ser crítica na sustentabilidade dos negócios mais representativos (Refrigeração e AVAC), acompanhada inevitavelmente por uma alteração material na estrutura de custos em Portugal visando a reposição de níveis de rentabilidade.

Numa óptica de criação de valor, o Grupo continuará a perseguir oportunidades na área de **Energia e Ambiente**, estando nesta fase em avaliação interna um conjunto de novos projectos que permitam a expansão sustentada do portfólio.

Cientes de que os activos não estratégicos (que não imobiliário) são cada vez mais exíguos, e que a colocação de activos imobiliários não vive o seu momento mais favorável, as equipas de gestão estão confiantes e comprometidas com a prossecução de opções estratégicas que permitam assegurar níveis de rentabilidade positivos e geração de *cash flow* compatível com os objectivos de financiamento traçados, assegurando a gestão dos negócios no pressuposto de **continuidade de operações**.

10. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 29 de Fevereiro de 2012, o Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA deliberou alargar, de dois para três, o número de membros que compõem a Comissão Executiva da sociedade, tendo as funções não executivas sido exercidas por dois **Administradores Não Executivos**, nomeados na Assembleia Geral de Accionistas de 2011.

Para além de exercerem funções enquanto membros do Conselho de Administração da Sonae Capital, os Administradores Não Executivos são membros da Comissão de Auditoria e Finanças, sendo um deles igualmente membro da Comissão de Nomeação e Remunerações. Cada uma destas Comissões é nomeada pelo Conselho de Administração, estando disponível no capítulo II do Relatório sobre o Governo da Sociedade, informação adicional sobre as funções e actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2012. Durante o ano de 2012, os Administradores Não Executivos desempenharam de forma efectiva as suas funções, tendo sido consultados relativamente a temas e projectos específicos, aportando contributos significativos no processo de reflexão estratégica promovido no ano, mantendo contacto próximo com os directores corporativos e comunicando directamente com as equipas de gestão dos diferentes negócios sempre que pertinente.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sonae Capital, SGPS, SA, enquanto *holding* do Grupo, registou um resultado líquido negativo de 995.090,69 euros no ano de 2012. O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que o **resultado** negativo do exercício seja **coberto com Reservas Livres**.

12. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa a sua **gradidão a todos os stakeholders** do Grupo que, em esferas de actuação diversa, denotaram apoio, confiança e resiliência ao longo do ano, salientando a cooperação e acompanhamento por parte do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e o inestimável contributo dos nossos colaboradores num cenário de profundos desafios. Como no passado, acreditamos na sustentabilidade do Grupo Sonae Capital e estamos confiantes nas opções estratégicas delineadas para o futuro, observando da prudência necessária na prossecução dos objectivos traçados.

Maia, 21 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Glossário

- AVAC = Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado.
- Investimento Bruto = Investimento em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis.
- Cash-Flow Operacional (EBITDA) = Resultados Operacionais (EBIT) + Amortizações e Depreciações + Provisões e Perdas por Imparidade + Perdas por Imparidade de Activos Imobiliários em Existências (incluídas em Custo das Mercadorias Vendidas) – Reversão de Perdas por Imparidade e Provisões (incluídas em Outros Proveitos Operacionais).
- Dívida Líquida = Empréstimos Não Correntes + Empréstimos Correntes – Caixa e Equivalentes de Caixa – Investimentos Correntes.
- Rácio de Gearing = Endividamento Líquido / Capitais Próprios.
- Receita Média Diária = Receitas de Alojamento / Número de Quartos Vendidos.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

31 DE DEZEMBRO DE 2012

Declaração
Nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente os principais eventos ocorridos no ano de 2012 e os seus impactos, quando aplicáveis, a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Capital, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 21 de Fevereiro de 2013

Belmiro Mendes de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez
Vogal do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela
Vogal do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Vogal do Conselho de Administração

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Vogal do Conselho de Administração

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS
(Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e nº6 do Artigo 14º do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Divulgação do número de acções e obrigações detidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e das transacções sobre aqueles títulos ocorridas durante o ano de 2012:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2012
						Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo						
Imputáveis através de Efanor Investimentos, SGPS, SA (*) (**) (***) (****)	27-Mar-12	16.600.000	0,215	16.600.000	0,215	156.504.947
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Detidas directamente						3.242
Imputáveis através de Sonae, SGPS, SA (**) (****)	27-Mar-12			16.600.000	0,215	0
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Imputáveis através de Efanor Investimentos, SGPS, SA (**) (****) (****)	27-Mar-12	16.600.000	0,215	16.600.000	0,215	156.504.947
Paulo José Jubilado Soares de Pinho						
Detidas directamente						12.650
Imputáveis através de Change Partners, SCR, SA (**)						8.125

(*) Accionista maioritário.

(**) Membro do Conselho de Administração.

(***) Inclui 837.000 acções detidas directamente (1.862 das quais pelo cônjuge).

(****) Inclui 43.912 acções detidas pela Linhacom, SGPS, SA, sociedade onde é accionista maioritário e membro do Conselho de Administração.

(*****) Transacções reportadas respeitam a alienação de acções Sonae Capital pela Sonae SGPS à Pareuro BV.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% ou 50% do capital social:

	<u>Número de acções a 31.12.2012</u>
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	
Sonae Capital, SGPS, SA	88.859.200
Pareuro, BV	2.000.000
Pareuro, BV	
Sonae Capital, SGPS, SA	66.600.000

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o ultimate beneficial owner, porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1, alínea c) do Artigo 9º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2012:

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (1)			
Detidas Directamente	88.859.200	35,544%	35,544%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor)	66.600.000	26,640%	26,640%
Através de Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração da Efanor)	837.000	0,335%	0,335%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	1.862	0,001%	0,001%
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	43.912	0,018%	0,018%
Através da Migracom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	161.250	0,065%	0,065%
Através de descendentes de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	411	0,000%	0,000%
Através de descendentes de Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	1.312	0,001%	0,001%
Total imputável	<u>156.504.947</u>	<u>62,602%</u>	<u>62,602%</u>
CAIXA GEST - Técnicas de Gestão de Fundos, SA			
Através do Fundo CXG ACC Portugal (sociedade dominada pela Caixa Gest)	3.566.421	1,427%	1,427%
Através do Fundo CXG PPA (sociedade dominada pela Caixa Gest)	1.438.218	0,575%	0,575%
Total imputável	<u>5.004.639</u>	<u>2,002%</u>	<u>2,002%</u>
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA			
Através do Fundo Santander Acções Portugal (fundo gerido pela Santander Asset Management)	5.214.974	2,086%	2,086%
Através do Fundo Santander PPA (fundo gerido pela Santander Asset Management)	484.869	0,194%	0,194%
Total imputável	<u>5.699.843</u>	<u>2,280%</u>	<u>2,280%</u>
Blueshore Global Equity Fund			
Total imputável	<u>5.000.000</u>	<u>2,000%</u>	<u>2,000%</u>

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o *ultimate beneficial owner*, porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.



RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

31 DE DEZEMBRO DE 2012

Relatório Sobre o Governo da Sociedade

0. Declaração de Cumprimento

A política da Sonae Capital SGPS S.A. (doravante Sonae Capital ou Sociedade) em matéria de governo societário tem, como um dos seus objectivos, a implementação de procedimentos de fomento da transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado. A estrutura de governo societário da Sonae Capital é definida de forma a assegurar a maximização dos interesses e a satisfação dos direitos legais e regulamentares dos seus accionistas.

0.1 Normas Aplicáveis ao Governo das Sociedades

A Sonae Capital, enquanto sociedade emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, encontra-se sujeita às disposições do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (doravante CMVM) 1/2010, emitido em 7 de Janeiro de 2010.

A Sonae Capital rege ainda as suas práticas de governo societário tendo por referência as recomendações da CMVM contidas no Código de Governo das Sociedades, estando a última versão, emitida em 8 de Janeiro de 2010, disponível em www.cmvm.pt.

0.2 Cumprimento do Código de Governo das Sociedades

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
I.	Assembleia Geral		
I.1	Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade	Sim	I.1
I.1.2	A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade	Sim	I.1
I.2	Participação na Assembleia		
I.2.1	A antecedência imposta para a recepção, pela Mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis	Sim	I.2
I.2.2	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão	Sim	I.2
I.3	Voto e Exercício do Direito de Voto		
I.3.1	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico	Sim	I.3
I.3.2	O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis	Sim	I.3

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
I.3.3	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados	Sim	I.3
I.4	Quórum Deliberativo		
I.4.1	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei	Sim	I.4
I.5	Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas		
I.5.1	Extractos das actas das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos	Sim	I.5
I.6	Medidas relativas ao Controlo das Sociedades		
I.6.1	As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	Sim	0.3 (2); I.6
I.6.2	Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração	Sim	I.6
II.	Conselho de Administração e Conselho Fiscal		
II.1	Temas Gerais		
II.1.1	Estrutura e Competência		
II.1.1.1	O Conselho de Administração deve avaliar no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar	Sim	II.0
II.1.1.2	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias	Sim	II.8
II.1.1.3	O Conselho de Administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade	Sim	II.8
II.1.1.4	As sociedades devem, no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos	Sim	II.8
II.1.1.5	O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade	Sim	II.2; II.5

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
II.1.2	Incompatibilidade e Independência		
II.1.2.1	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos	Sim	II.2
II.1.2.2	De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores	Sim	II.2
II.1.2.3	A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo Conselho de Administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis	Sim	II.2
II.1.3	Elegibilidade e Nomeação		
II.1.3.1	Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções	Sim	II.5
II.1.3.2	O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos	Sim	II.2
II.1.4	Política de Comunicação de Irregularidades		
II.1.4.1	A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante	Sim	II.9
II.1.4.2	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no Relatório sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.9
II.1.5	Remuneração		
II.1.5.1	A remuneração dos Membros do Conselho de Administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os Membros do Conselho de Administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores Executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do Administrador. (viii) A remuneração dos Membros Não Executivos do Conselho de Administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade	Sim	II.10; III.6

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
II.1.5.2	A declaração sobre a política de remunerações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores	Sim	II.10
II.1.5.3	A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de Riscos	Sim	II.10
II.1.5.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários	Sim	I.7; II.10; III.6
II.1.5.6 ¹	Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de Accionistas ¹ O Relatório Sobre o Governo das Sociedades da CMVM não inclui qualquer recomendação com o número II.1.5.5	Sim	I.7
II.2	Conselho de Administração		
II.2.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.2; II.3
II.2.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais	Sim	II.2; II.3
II.2.3	Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.2; II.3
II.2.4	O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos Administradores Não Executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados	Sim	II.2 e II.4
II.2.5	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.2
II.3	Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo		
II.3.1	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos Órgãos Sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas	Sim	II.3
II.3.2	O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões	Sim	II.3

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
II.3.3	O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões	Não Aplicável	0.3 (4)
II.4	Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal		
II.4.1	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais	Não Aplicável	0.3 (5)
II.4.2	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas	Sim	II.5
II.4.3	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados	Sim	II.5
II.4.4	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios	Sim	II.5
II.4.5	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito	Sim	II.5
II.4.6	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade	Sim	II.8
II.5	Comissões Especializadas		
II.5.1	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador	Sim	II.4
II.5.2	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Órgão de Administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração	Sim	I.7
II.5.3	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços	Sim	1.7
II.5.4	Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem	Sim	II.4

Recomendação		Cumprimento	Referência no relatório
III.	Informação e Auditoria		
III.1	Deveres Gerais de Informação		
III.1.1	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um Gabinete de Apoio ao Investidor	Sim	III.8
III.1.2	A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais e do Representante para as Relações com o Mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de Prestação de Contas; f) Calendário semestral de Eventos Societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral	Sim	III.8
III.1.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do Conselho Fiscal que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição	Sim	II.6
III.1.4	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao Órgão de Fiscalização da sociedade	Sim	II.6
III.1.5	A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo Órgão de Fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade	Sim	II.6
IV.	Conflitos de Interesses		
IV.1	Relações com Accionistas		
IV.1.1	Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado	Sim	III.7
IV.1.2	Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do Órgão de Fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção	Sim	III.7

0.3 Fundamentações da não observância ou não aplicação do Código de Governo das Sociedades

Neste capítulo estão explicitadas as fundamentações da não observância ou não aplicação de cada recomendação individual, as quais deverão ser lidas em conjunto com a tabela do capítulo anterior.

Com referência à data de 31 de Dezembro de 2012, as seguintes recomendações não são aplicáveis à Sonae Capital:

- (1) Recomendação II.3.3 – Esta recomendação respeita a um modelo de governo da sociedade que não foi adoptado pela Sonae Capital, e que por esse motivo deve ser considerada como não aplicável. Nos termos e condições previstos no artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, o modelo de governo da sociedade adoptado pela Sonae Capital compreende um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.
- (2) Recomendação II.4.1 – Esta recomendação respeita a um modelo de governo da sociedade que não foi adoptado pela Sonae Capital, e que por esse motivo deve ser considerada como não aplicável. Nos termos e condições previstos no artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, o modelo de governo da sociedade adoptado da Sonae Capital compreende um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

I. Órgãos da Sociedade

São órgãos da Sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. Os membros que integram os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas a qual, igualmente, elege os membros da sua Mesa e os membros da Comissão de Vencimentos.

I.1 Mesa da Assembleia Geral

A 31 de Dezembro de 2012, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o período 2011-2012:

- António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes (Presidente);
- Maria Daniela Farto Baptista Passos (Secretária).

Para além do suporte prestado pelo Secretário da Sociedade durante as fases preparatórias das Assembleias-Gerais, os membros da Mesa têm também o apoio do Departamento Legal da Sociedade na preparação dos diversos documentos e outros elementos de suporte.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por uma quantia fixa, tendo em conta a situação da empresa e as práticas do mercado. Durante o ano de 2012 o valor total de remuneração foi de 3.000 euros.

I.2 Participação na Assembleia Geral

Os Estatutos da Sociedade estão conformes com o disposto no Decreto-Lei nº 49/2010 de 19 de Maio, que alterou as regras de participação dos accionistas nas Assembleias Gerais de sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, não tendo, o accionista, portanto, qualquer obrigação de bloqueio de acções quer para efeitos de participação em Assembleia Geral quer em caso de suspensão da reunião.

A Sociedade não emitiu acções preferenciais sem direito a voto. No caso de virem a ser emitidas acções com essa natureza, a presença de accionistas, detentores de acções preferenciais sem direito a voto, em Assembleia Geral e a sua participação na discussão dos pontos da ordem de trabalhos estará dependente da autorização da Assembleia Geral.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue até ao início dos trabalhos, que indique o nome e domicílio do representante e a data da reunião. Aquela comunicação também pode ser feita por correio electrónico de acordo com as instruções constantes do aviso convocatório.

Um accionista pode designar diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso permitida aos accionistas a título profissional.

A Sociedade disponibiliza, dentro dos prazos legais estabelecidos, informação adequada para que os accionistas participem na Assembleia Geral, directamente ou através de representantes, bem como minuta de carta de representação na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt).

I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto

De acordo com os Estatutos da Sociedade a cada acção corresponde um voto. Adicionalmente, não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único accionista ou grupo de accionistas.

Os accionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, podendo o voto ser efectuado por via electrónica, se esse meio for colocado à disposição dos accionistas e constar do aviso convocatório da respectiva Assembleia Geral.

Os votos por correspondência apenas serão considerados válidos, desde que recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista, nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade e com referência à data de registo. A declaração de voto deve ser assinada pelo accionista ou seu representante legal. Os accionistas individuais devem fazer acompanhar a declaração de voto com uma cópia autenticada do seu documento de identificação. No caso de pessoas colectivas a assinatura deverá ser reconhecida com menção da qualidade e poderes para o acto.

As declarações de voto, para além de terem de cumprir com o supra referido, têm de mencionar de forma expressa e inequívoca: (i) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita; (ii) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes; (iii) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta. Entende-se que os accionistas se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto de voto por correspondência e que tenham sido apresentadas anteriormente à data em que esse mesmo voto tenha sido emitido. Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data de emissão daqueles votos. Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso de presença na Assembleia Geral do accionista ou do seu representante. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, a responsabilidade de verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites. Estão também definidos meios de garantia de confidencialidade do voto por correspondência que são devidamente divulgados na convocatória da reunião.

A Sociedade disponibiliza aos accionistas minutas do boletim de voto por correspondência na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt) após divulgação da convocatória da Assembleia Geral.

I.4 Quórum e Deliberações

A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária, no prazo fixado na lei para a reunião da Assembleia Geral Anual, ou em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal ou accionistas representando pelo menos 2% do capital social (o mínimo de capital social com direito de voto imposto por lei para este efeito), o solicitem.

A Assembleia Geral pode funcionar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social.

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, excepto se a lei exigir diversamente.

I.5 Actas e Deliberações da Assembleia Geral

A convocatória para a Assembleia Geral, as propostas e respectivos anexos exigidos por lei, dirigidos à Mesa da Assembleia Geral, são disponibilizados aos accionistas, para consulta, na sede da Sociedade durante o horário de expediente, na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt) e no Sistema de Divulgação de Informação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt), na data de divulgação da convocatória, que terá de ocorrer, pelo menos 21 dias antes da data da reunião da Assembleia Geral.

A Sociedade mantém, na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt), um registo das listas de presenças, ordem de trabalhos e deliberações das Assembleias-Gerais realizadas, pelo menos, nos últimos três anos. A informação relativa às deliberações das Assembleias Gerais é divulgada na data da Assembleia Geral.

Para além do acesso à informação através dos meios supra referidos, os accionistas podem solicitar informações específicas ou esclarecimentos sobre qualquer tema relacionado com a Assembleia Geral através do Gabinete de Relações com Investidores.

I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades

A Sociedade não adoptou quaisquer medidas com vista a impedir o sucesso de uma oferta pública de aquisição sobre as suas acções. O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de quaisquer direitos especiais ou acordos em que a Sociedade ou os seus accionistas estejam envolvidos.

Os Estatutos da Sociedade não estipulam quaisquer medidas defensivas tendentes a provocar automaticamente uma erosão grave do património da Sociedade em caso de mudança de controlo da Sociedade ou de alteração da composição do órgão de administração.

Adicionalmente, não existem acordos entre a Sociedade e os membros do seu Conselho de Administração ou outros Directores que estabeleçam indemnizações ou penalidades contratuais resultantes do término da relação de trabalho e sejam consequência de uma mudança do controlo da Sociedade.

I.7 Política de Remuneração e Avaliação de Desempenho

A remuneração dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é fixada pela Assembleia Geral, a qual designou uma Comissão de Vencimentos para definir e propor as políticas de remuneração e de avaliação de desempenho e os seus princípios orientadores.

A Comissão de Vencimentos não contratou para a apoiar no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da Sociedade ou que tenha relação actual como consultora da empresa.

De acordo com a Lei nº 28/2009 a Comissão de Vencimentos ou o Conselho de Administração deverão submeter, anualmente, a política de remuneração dos órgãos estatutários à Assembleia Geral de Accionistas. A política de remuneração e o detalhe exigido encontram-se descritos no capítulo II.10 deste relatório.

A Comissão de Vencimentos é composta por dois membros, a sociedade Efanor Investimentos, SGPS, SA (accionista maioritária da Sociedade) representada por Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente) e José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real. Belmiro Mendes de Azevedo é também Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital, e a sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade. Para garantia da independência no exercício das referidas funções este membro não toma parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista conflito de interesses.

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos, permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, salvaguardando o interesse da sociedade.

A Comissão de Vencimentos faz-se representar nas Assembleias Gerais anuais através da presença de, pelo menos, um dos seus membros.

Na tabela infra é disponibilizado o resumo das presenças dos membros da Comissão de Vencimentos nas Assembleias Gerais de Accionistas realizadas desde a constituição da Sonae Capital.

Data da Assembleia Geral	Presença de membros da Comissão de Vencimentos
09 de Abril de 2008	Belmiro Mendes de Azevedo
28 de Abril de 2009	Belmiro Mendes de Azevedo
28 de Abril de 2010	Belmiro Mendes de Azevedo
31 de Março de 2011	Belmiro Mendes de Azevedo
30 de Março de 2012	Belmiro Mendes de Azevedo

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.0 Avaliação do Modelo de Governo da Sociedade

A Sonae Capital foi constituída em Dezembro de 2007. Durante o ano de 2008, a estrutura de governo da sociedade da Sonae Capital foi alvo de alterações importantes de forma a dar resposta às necessidades de gestão e estratégicas do *portfolio* de negócios da Sociedade. A nova estrutura de governo da sociedade proposta pelo Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral de 9 de Abril de 2008, teve como finalidade reforçar as capacidades de formulação estratégica da Sociedade e de avaliação independente da execução da estratégia pelos Administradores Executivos, tendo por base as melhores práticas de Governo das Sociedades.

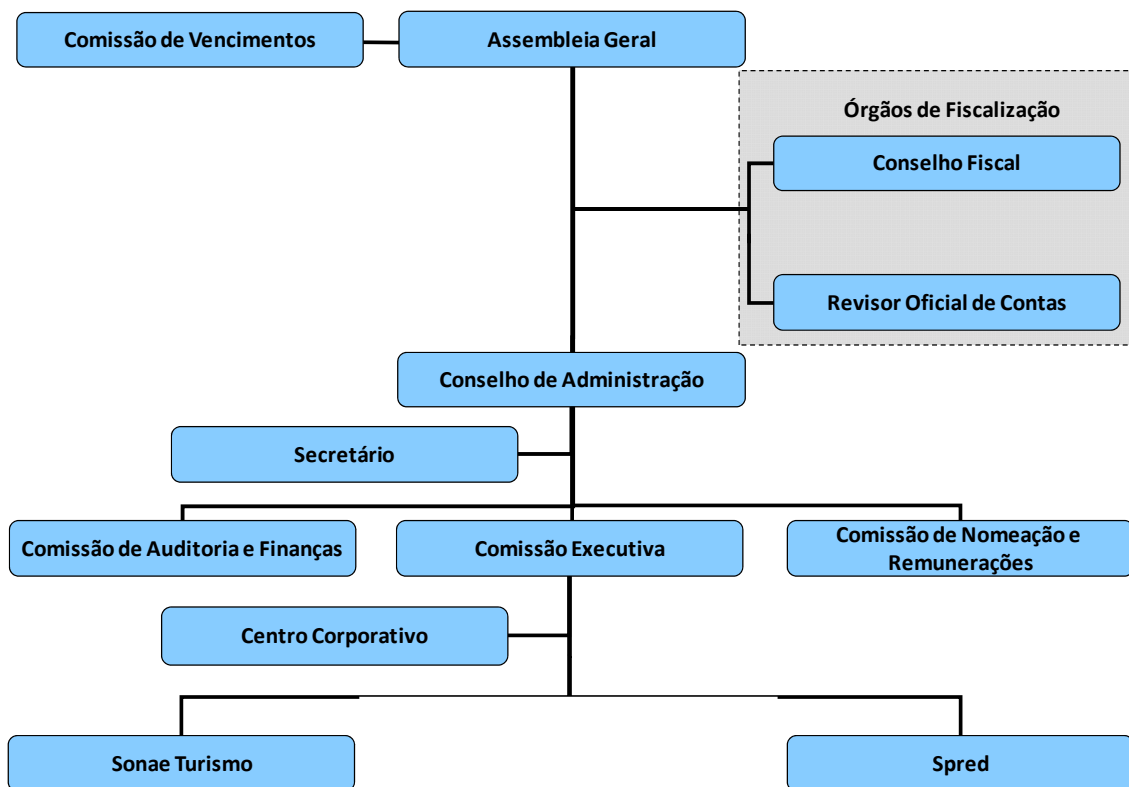
No momento da sua constituição, a Sonae Capital adoptou o modelo latino reforçado (composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas). O Conselho de Administração tem a responsabilidade de administrar a Sociedade e os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

As alterações significativas introduzidas poucos meses após a constituição da Sociedade reforçaram e ampliaram a supervisão da Sociedade nomeadamente através da criação de uma Comissão Executiva, à qual foi delegada a gestão corrente das operações, e da criação de duas comissões especializadas no seio do Conselho de Administração com atribuições de supervisão e aconselhamento. O âmbito da sua actuação está descrito na secção II.4 deste relatório. Os detalhes da estrutura adoptada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados nos capítulos seguintes.

Presentemente, o Conselho de Administração considera que o modelo actual é o adequado à dimensão da Sonae Capital. Com o objectivo de reforçar o seu compromisso na avaliação do modelo actual de governo da sociedade, o Conselho de Administração, através da Comissão de Auditoria e Finanças, tem implementado um processo anual formal de reflexão sobre o governo societário, com vista a reflectir regularmente sobre a sua estrutura e funcionamento,

apresentando as suas reflexões ao Conselho de Administração que afinará procedimentos e políticas, sempre que tal se afigure pertinente.

II.1 Órgãos de Administração e Fiscalização e estrutura funcional



De acordo com a estrutura actual de governo da sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico ao nível do *portfolio* de negócios e da sua implementação. O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente das operações, com excepção das responsabilidades evidenciadas no capítulo II.3 do presente relatório. Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou ainda comissões especializadas, nomeadamente a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações, com o desígnio de fortalecer o processo de tomada de decisão ao nível do próprio Conselho.

A fiscalização da Sociedade é assegurada pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, ambos eleitos em Assembleia Geral. Informação mais detalhada sobre estes dois órgãos está disponível nos capítulos II.5 e II.6, respectivamente.

O Centro Corporativo assume uma função instrumental de apoio à Comissão Executiva e Conselho de Administração no âmbito da definição e controlo da execução das estratégias, das políticas e objectivos definidos e é composto por sete funções soberanas e três funções partilhadas, com o objectivo de prestar serviços de carácter transversal a todas as empresas do Grupo.

As funções são as seguintes:

Funções Soberanas	Funções Partilhadas
Finanças Corporativas	Serviços Financeiros
Legal	Contabilidade & Consolidação
Planeamento e Controlo de Gestão	Recursos Humanos Administrativos
Recursos Humanos Corporativos	
Auditoria Interna e Gestão de Risco	
Fusões & Aquisições	
Sistemas de Informação	

A função de Finanças Corporativas tem a responsabilidade de definir e implementar estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades do Grupo bem como assegurar o relacionamento com os mercados de capitais, de dívida e bancários. É também responsável pela gestão dos riscos financeiros do Grupo e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro do Grupo.

A área Legal presta apoio jurídico em todos os domínios, garantindo a defesa dos interesses do Grupo e promovendo a estratégia definida pelo Conselho de Administração.

O Planeamento e Controlo de Gestão tem como função apoiar no desenvolvimento estratégico do Grupo e na definição de políticas de informação de gestão e assegurar o reporte de informação consolidada ao nível interno. Esta função integra o Gabinete de Relações com Investidores que tem como principais responsabilidades o reporte de informação para o mercado e assegurar o permanente contacto com investidores institucionais, accionistas e analistas.

Os Recursos Humanos Corporativos têm como responsabilidade a definição e implementação de estratégia e políticas de recursos humanos do Grupo bem como planeamento e gestão de talento e carreiras dos gestores de topo.

A função de Fusões & Aquisições tem como missão apoiar o Conselho de Administração da Sonae Capital em projectos de crescimento orgânico e na gestão dos negócios do Grupo, bem como nos projectos de optimização do *portfolio* incluindo a análise e negociação de oportunidades de investimento e desinvestimento.

A função de Auditoria Interna e Gestão de Riscos define e executa as actividades de auditoria interna avaliando de forma sistemática e independente as actividades do Grupo com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno e simultaneamente apoia o Conselho de Administração na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos do Grupo com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

A função de Sistemas de Informação tem como responsabilidade assegurar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégica do Grupo, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

As funções soberanas reportam à Comissão Executiva da Sonae Capital.

Os Serviços Financeiros têm como missão a optimização dos fluxos financeiros do Grupo através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e bancos. A função é coordenada ao nível da função soberana de Finanças Corporativas.

A Contabilidade & Consolidação tem como objectivo garantir um modelo de gestão contabilística que garanta a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado. A função é coordenada por um director ao nível do Centro Corporativo.

Os Recursos Humanos Administrativos asseguram a coordenação das actividades de gestão administrativa de recursos humanos, garantindo o alinhamento com os negócios. A função é coordenada ao nível da função soberana de Recursos Humanos Corporativos.

II.2 Composição do Conselho de Administração

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de sete, eleitos em Assembleia Geral, tendo o Presidente voto de qualidade.

A eleição de um Administrador será efectuada isoladamente, nos termos da lei, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos detenha acções representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. O mesmo accionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o mesmo cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto destas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer um dos seus membros, o Conselho de Administração nomeará um substituto. Caso um Administrador falte a duas reuniões sem apresentar justificação, sendo que a justificação deverá ser aceite pelo Conselho de Administração, incorrerá em falta definitiva. Em caso de falta definitiva de um Administrador eleito de acordo com as regras explanadas no parágrafo anterior, proceder-se-á a eleição.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração era composto por cinco membros, três membros executivos e dois membros não executivos. Os dois membros não executivos são independentes:

Nome	Cargo	Primeira nomeação
Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Dezembro de 2007
Álvaro Carmona e Costa Portela	Executivo	Março de 2011
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Executiva	Março de 2011
Francisco de La Fuente Sánchez	Não Executivo (Independente)	Abril de 2008
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Não Executivo (Independente)	Abril de 2008

Os membros não executivos foram nomeados tendo por base o seu prestígio nos domínios dos negócios, finanças, académico e consultadoria, com o objectivo de reforçar as competências do Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à estratégia de configuração do *portfolio* de negócios e ao plano financeiro anual bem como à revisão dos mesmos.

Os membros não executivos do Conselho de Administração, Francisco de La Fuente Sánchez e Paulo José Jubilado Soares de Pinho, são considerados independentes de acordo com o disposto no número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, e cumprem com as regras de incompatibilidade estabelecidas no número 1 do artigo 414º (com excepção da alínea b), não aplicável aos membros do Conselho de Administração) do Código das Sociedades Comerciais.

Os Administradores Não Executivos independentes têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

No julgamento das regras de incompatibilidade aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, a Sociedade recorre única e exclusivamente aos critérios determinados no número um do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, não tendo definido internamente outros critérios de avaliação.

A composição actual do Conselho de Administração, especialmente no que se refere ao número de Administradores Não Executivos independentes (2 num total de 5 membros) assegura o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos Administradores Executivos. O Relatório de Gestão inclui um capítulo com a descrição das actividades desenvolvidas pelos membros Não Executivos do Conselho de Administração.

Nos termos da lei e dos estatutos, os membros do Conselho de Administração são eleitos de acordo com as propostas aprovadas pela Assembleia Geral, estabelecendo os estatutos que um administrador possa ser eleito isoladamente se existirem propostas subscritas por accionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros accionistas, acções representativas de entre dez a vinte por cento do capital social, não podendo o mesmo accionista subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes accionistas ou grupos de accionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas. Assim, os Administradores Executivos não têm, nem nunca tiveram, qualquer interferência na selecção de candidatos a Administradores não executivos.

Os estatutos estabelecem ainda que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos accionistas na Assembleia Geral seguinte.

De acordo com os Estatutos da Sociedade e com o Regulamento do Conselho de Administração não existem restrições ao número máximo de cargos que os Administradores possam exercer simultaneamente.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios e por levar a cabo todas as actividades relativas ao cumprimento do objecto da Sociedade, pelo que para esse fim, foram atribuídos, pelos estatutos, amplos poderes ao Conselho de Administração, entre os quais:

- Aprovar o orçamento anual da Sociedade;
- Deliberar que a Sociedade se associe com outras pessoas ou entidades nos termos do Artigo quinto do contrato social;
- Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas;
- Deliberar a emissão de obrigações e a contratação de empréstimos no mercado financeiro nacional e no estrangeiro;
- Deliberar sobre a prestação de apoio técnico e financeiro pela Sociedade a filiais ou associadas;
- Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o Conselho de Administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário.

A competência atribuída pelos Estatutos ao Conselho de Administração para aumentar o capital social da Sociedade cessou a sua vigência em Dezembro de 2012, pelo que, a partir daquela data, tal competência reside exclusivamente na Assembleia Geral de accionistas.

Nos termos da política estabelecida, todos os membros da Comissão Executiva, incluindo o CEO, partilham responsabilidades em mais do que um pelouro, sendo a alocação dessas responsabilidades efectuada em função do perfil e da experiência de cada membro. A política estabelecida não contempla, assim, a existência de rotação periódica uma vez que a Comissão Executiva entende tal poderá traduzir-se numa medida com prejuízo para a empresa e para os seus accionistas. Durante o ano de 2012, o pelouro financeiro foi assumido pelo Presidente da Comissão Executiva.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração pode nomear de entre os seus membros, se assim o entender, um ou mais Administradores Delegados ou uma Comissão Executiva, a quem delegará os poderes de gestão dos negócios sociais que entenda dever atribuir-lhe. Em 2011, o Conselho de Administração eleito designou uma Comissão Executiva. Informação sobre a Comissão Executiva está disponível no capítulo II.3 do presente relatório.

O Conselho de Administração pode ainda designar comissões especializadas para assegurar a eficácia dos Administradores Não Executivos e das reuniões do Conselho de Administração. Actualmente encontram-se constituídas a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações. A criação e funcionamento da Comissão de Auditoria e Finanças, constituída exclusivamente por Administradores Não Executivos, e o acesso a toda a informação disponibilizada nos termos do parágrafo II.3 permitem, no entender do Conselho de Administração, o carácter independente e informado das decisões dos Administradores Não Executivos. O capítulo II.4 contém mais informação sobre as comissões especializadas e a sua forma de funcionamento.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois Administradores o convoquem. Durante o ano de 2012, o Conselho de Administração reuniu sete vezes.

O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos Administradores presentes ou representados e dos que votam por correspondência.

O funcionamento e logística das reuniões são assegurados pelo Secretário do Conselho de Administração, que adicionalmente se encarrega de manter registo de todas as deliberações nas actas das reuniões e de enviar as agendas das reuniões com as ordens de trabalhos e respectivos documentos de suporte com pelo menos cinco dias de antecedência, sempre com um fim-de-semana de permissão, da data da reunião.

O Conselho de Administração redigiu e aprovou o seu Regulamento de funcionamento, o qual está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

Informações relativas a outros cargos desempenhados pelos Administradores da Sociedade bem como qualificações e experiência profissional podem ser consultadas nos *curricula vitae* incluídos no anexo a este relatório.

II.3 Comissão Executiva

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva os poderes para a gestão operacional corrente, regula também a forma de funcionamento da Comissão Executiva e a forma de exercício dos poderes delegados. O Conselho de Administração não delega os seguintes poderes:

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de substituto de membro do Conselho de Administração;
- Pedido de convocação de Assembleias-Gerais;
- Aprovação do Relatório e Contas Anuais;
- Prestação de caucões e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberação de mudança de sede ou de aumento de capital;
- Deliberação sobre projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de configuração do *portfolio* de negócios;
- Aprovação do plano de negócios e quaisquer alterações significativas a esse plano.

A actual Comissão Executiva foi nomeada no dia 29 de Fevereiro de 2012 e o seu mandato termina com a cessação de funções do Conselho de Administração, integrando os seguintes membros:

Nome	Cargo
Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente da Comissão Executiva
Álvaro Carmona e Costa Portela	Vice-Presidente
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador

A Comissão Executiva da Sociedade reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente da Comissão Executiva ou a maioria dos seus membros a convoquem, por escrito, com pelo menos 3 dias de antecedência. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2012, tiveram lugar treze reuniões.

A Comissão Executiva só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

Podem participar nas reuniões da Comissão Executiva colaboradores do Centro Corporativo, por solicitação de um dos Administradores Executivos, para suporte e opinião sobre determinados assuntos.

O funcionamento da Comissão e outros aspectos logísticos são assegurados pelo Secretário da Comissão (que também secretaria o Conselho de Administração), sendo este ainda responsável pelo registo das deliberações nas actas das reuniões e por providenciar aos membros da Comissão Executiva a ordem de trabalhos e respectivos documentos de suporte das reuniões, com pelo menos três dias úteis de antecedência da data da respectiva reunião. O facto de o Secretário de ambos os órgãos ser o mesmo, assegura o adequado fluxo de informação entre ambos os órgãos, permite a distribuição atempada da informação e minimiza eventuais problemas de interpretação de pedidos de esclarecimento, contribuindo para a maior eficiência e eficácia do processo.

Durante o ano de 2012, a Comissão Executiva enviou as agendas e as actas aprovadas das respectivas reuniões aos Administradores Não Executivos e aos membros do Conselho Fiscal. Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

II.4 Comissões Especializadas

O Conselho de Administração, em reunião do dia 31 de Março de 2011, designou os membros da Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC – *Board Audit and Finance Committee*) e da Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC – *Board Nomination and Remunerations Committee*). Os mandatos destas comissões terminam com o mandato do Conselho de Administração.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2012, o BAFC é composto pelos Administradores Não Executivos independentes, Francisco de La Fuente Sánchez (Presidente) e Paulo José Jubilado Soares de Pinho e o BNRC é composto pelo Presidente do Conselho de Administração Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente) e pelo Administrador Não Executivo Independente Francisco de La Fuente Sánchez.

O BAFC revê os relatórios, informação financeira e demonstrações financeiras da Sociedade antes da respectiva aprovação pelo Conselho de Administração, emite opinião sobre os relatórios que têm como destinatários os accionistas e os mercados financeiros, sobre a adequabilidade e regularidade da informação prestada pela Comissão Executiva, incluindo os sistemas internos de controlo dos negócios, o cumprimento das melhores práticas de governo societário e acompanha, em nome do Conselho de Administração, as actividades de auditoria e gestão de riscos e avalia os processos e procedimentos de forma a garantir a monitorização

do controlo interno e a gestão eficiente dos riscos. O BAFC reúne com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a equipa de Auditoria Interna.

O BAFC deve reunir pelo menos seis vezes por ano, antes da divulgação anual e intercalar dos resultados, uma vez antes da aprovação do orçamento anual consolidado, uma vez para avaliação da eficácia das políticas e práticas de governo da Sociedade e sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Presidente da Comissão Executiva. Durante o ano de 2012, o BAFC reuniu cinco vezes tendo optado por realizar numa sessão duas das reuniões inicialmente previstas.

O Secretário do BAFC distribui a ordem de trabalhos e respectivos documentos suporte aos membros da Comissão com pelo menos cinco dias de antecedência, com um fim-de-semana de permissão, da data da reunião, para além de assegurar o registo das deliberações tomadas nas actas das reuniões.

O BNRC reporta e propõe ao Conselho de Administração sobre processos de nomeação e os sistemas de remuneração dos Administradores Executivos e Não Executivos, podendo para tal, consultar entidades especializadas externas. Esta Comissão assegura a coordenação com a Comissão de Vencimentos referida no capítulo I.7 do presente relatório.

O BNRC reúne uma vez por ano, antes da reunião da Comissão de Vencimentos.

As comissões internas deliberam desde que a maioria dos seus membros esteja presente, representada ou vote por correspondência. As deliberações destas comissões são tomadas em consideração, a título consultivo, no suporte das decisões do Conselho de Administração.

II.5 Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três membros e um máximo de cinco, sendo este número fixado pela Assembleia Geral. Um ou dois membros suplentes são nomeados se o Conselho Fiscal for constituído por três ou mais membros, respectivamente.

O Conselho Fiscal designa o seu Presidente se a Assembleia Geral não o fizer. Caso o Presidente cesse funções antes do termo do seu mandato, os restantes membros devem escolher entre si quem desempenhe essas funções até ao final do mandato. Os membros suplentes devem substituir os membros efectivos impossibilitados de desempenhar as suas funções ou que a elas tenha renunciado, devendo permanecer como membro efectivo até à próxima Assembleia Geral que nomeará novos membros para preencher os lugares vagos. No caso em que não existam membros suplentes, a Assembleia Geral deverá nomear novos membros.

Os membros designados para o mandato findo em 2012 foram:

Nome	Cargo	Primeira nomeação em
Manuel Heleno Sismeiro	Presidente	Abril 2009
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal	Dezembro 2007
Jorge Manuel Felizes Morgado	Vogal	Dezembro 2007

Os membros do Conselho Fiscal consideram que todos são independentes nos termos do número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e que cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

No julgamento das regras de incompatibilidade aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal, a Sociedade recorre única e exclusivamente aos critérios determinados no número um do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, não tendo definido internamente outros critérios de avaliação.

Conforme os Estatutos da Sociedade e o Regulamento do Conselho Fiscal não existem restrições ao número máximo de cargos a desempenhar, simultaneamente, pelos membros do Conselho Fiscal. A disposição prevista no Código das Sociedades Comerciais que limita a cinco o número máximo de cargos a desempenhar por membros do Conselho Fiscal não é aplicável a sociedades de advogados, a sociedades de revisores oficiais de contas e a revisores oficiais de contas. Todos os membros do Conselho Fiscal da Sociedade são revisores oficiais de contas, pelo que o seu Presidente possui as competências adequadas ao exercício das funções.

Os deveres do Conselho Fiscal, estabelecidos por lei, incluem entre outros:

- Fiscalizar a Administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Fiscalizar a preparação e divulgação da informação financeira;
- Convocar a Assembleia Geral, sempre que o Presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar o trabalho desempenhado, pelo Revisor Oficial de Contas, na revisão das demonstrações financeiras da Sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Conselho Fiscal determina, na primeira reunião do ano, um plano e cronograma de trabalhos para esse ano, no qual fica previsto, entre outros, a coordenação dos trabalhos do Auditor Externo, que engloba as seguintes actividades:

- Aprovação do plano anual de actividades do Auditor Externo;
- Acompanhamento dos trabalhos e discussão das conclusões do trabalho de auditoria e revisão às contas anuais / semestrais;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo, e;
- Reunião conjunta com a Comissão de Auditoria e Finanças para revisão dos temas relacionados com Auditoria Interna e Externa.

Para o desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal:

- Obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua actividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu *portfolio*, condições das transacções realizadas, conteúdo das deliberações tomadas;
- Aprova e acompanha, ao longo do exercício, os planos de actividade das auditorias interna e externa e transmite ao Conselho de Administração as suas recomendações;
- Acompanha o sistema de gestão de risco elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações, se necessário, dirigido à Administração;
- Recebe do Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de dois dias sobre a data da reunião, os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais e o relatório de Gestão, analisando, designadamente, as principais variações, as transacções relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos;
- Recebe do Revisor Oficial de Contas a sua certificação sobre os documentos de prestação de contas e emite as suas apreciações e deliberações;
- Regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, solicitando pedidos de informação e esclarecimentos junto do Conselho de Administração, da auditoria interna e externa e sobre as mesmas elabora o seu relatório;
- Informa o Conselho de Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efectuado e do resultado das mesmas;
- Assiste às Assembleias-Gerais de Accionistas;
- Executa os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

No suporte à actividade do Conselho Fiscal, a Sociedade coloca à disposição os meios humanos e técnicos necessários para a organização das reuniões, preparação de agendas, actas e documentação suporte e a distribuição atempada dos mesmos. Adicionalmente, nessas reuniões estão presentes os interlocutores internos, considerados relevantes para os temas em discussão, para exposição e esclarecimento das questões levantadas pelo Conselho Fiscal. Os pontos da ordem de trabalhos dessas reuniões dedicados aos temas relacionados com a Auditoria Externa desenrolam-se, por opção do Conselho Fiscal, sem a presença de colaboradores da Sociedade. Por fim, os relatórios elaborados pelo Auditor Externo são enviados em simultâneo ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, sendo de referir que são apreciados e discutidos previamente pelo Conselho Fiscal, uma vez que as reuniões deste são por norma agendadas para antes das reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora relativo ao exercício, incluindo uma avaliação anual sobre o Revisor Oficial de Contas, e emite parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas e individuais e relatório sobre o governo da sociedade apresentados pelo Conselho de Administração, de forma a serem respeitados os prazos legais de divulgação à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral anual. O relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora está incluído nos relatórios e contas disponibilizados na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional está disponível nos *curricula vitae* incluídos no anexo a este relatório.

II.6 Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o mandato findo em 2012 foi a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, representada por Hermínio António Paulos Afonso ou por António Joaquim Brochado Correia. O Revisor Oficial de Contas foi eleito em Assembleia Geral por proposta do Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2012, a remuneração total paga ao auditor externo da Sociedade foi de 108.796 euros, correspondendo aos seguintes serviços:

Valores em Euros

	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹	98.796	90,8	90.436	100,0	140.171	68,6	158.542	78,4
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade ²	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Consultoria Fiscal ²	10.000	9,2	0	0,0	21.450	10,5	10.000	4,9
Outros Serviços ²	0	0,0	0	0,0	42.250	20,7	33.750	16,7
Total	108.796	100,0	90.436	100,0	203.871	100,0	202.292	100,0

¹ Fees acordados para o ano.

² Montantes facturados.

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços (essencialmente na área de consultadoria de gestão) foram prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, de forma a assegurar a independência do Auditor Externo. A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal analisaram o âmbito dos outros serviços e consideraram que os mesmos não punham em causa a independência dos Auditores.

Em 2010, o Conselho de Administração aprovou uma política para os serviços profissionais de auditoria e outros serviços conexos prestados pelo Auditor Externo da Sociedade. A implementação desta política visou assegurar a independência do Auditor Externo, através da definição de outros serviços excluídos e do estabelecimento de um limite para os outros serviços conexos permitidos prestar pelo Auditor Externo às empresas do Grupo Sonae Capital, alinhando a Sociedade com as melhores práticas e cumprindo com os normativos legais e regulamentares em vigor. No âmbito desta política, quaisquer serviços não previstos na lista dos serviços excluídos e que não cumpram com os requisitos definidos para os serviços permitidos, têm que ser aprovados pela Comissão de Auditoria e Finanças e pelo Conselho Fiscal antes da sua contratação, tendo por base proposta da Direcção Administrativa competente. A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal deverão ser informados sobre os honorários facturados relativos a serviços permitidos à medida que estes ocorrem, sem prejuízo do reporte semestral do resumo destes honorários que deverá ser assegurado pelo secretário de cada um destes órgãos.

No âmbito da sua actuação, o auditor externo verificou a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, assim como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno, não tendo sido identificadas deficiências materiais que devessem ser reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade.

A Sociedade não definiu nem implementou uma política de rotação para o Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração considera que a substituição do auditor ou sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada nove anos, actualmente imposto por lei, é suficiente para garantir a independência do Revisor Oficial de Contas em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal para garantir a independência do Revisor Oficial de Contas. No entanto, em 2011 a Assembleia Geral da Sociedade elegeu um novo Revisor Oficial de Contas.

II.7 Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração nomeou Anabela Nogueira Matos e Hélio Jacinto de Sousa Brites, como Secretário da Sociedade efectivo e suplente, respectivamente, cujos mandatos terminam com o fim do mandato dos membros do Conselho de Administração. Os deveres do Secretário da Sociedade são os que decorrem da lei, entre os quais:

- Prestar apoio à Assembleia Geral e às reuniões do Conselho de Administração;
- Manter o registo das actas, listas de presenças e o livro de registo de acções;
- Expedir as convocatórias legais para as reuniões dos órgãos sociais;
- Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da Sociedade;
- Certificar o conteúdo, total ou parcial, dos Estatutos da Sociedade, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da Sociedade e quais os poderes de que são titulares;
- Solicitar o registo dos actos dos órgãos sociais no Registo Comercial.

II.8 Sistemas de Controlo e Gestão de Risco

Um dos principais objectivos da Sonae Capital é garantir a implementação de princípios de controlo interno e de gestão de risco adequados às actividades desenvolvidas pelo Grupo. A visibilidade face ao mercado, a exposição e diversificação dos riscos dos negócios e a crescente velocidade de transmissão da informação, tornam fundamental a adopção destes princípios numa lógica de criação de valor e de afirmação ética e de responsabilidade social.

A Gestão de Risco materializa-se na existência de planos e de sistemas coordenados, destinados a gerir e controlar as oportunidades e ameaças que podem afectar os objectivos de negócio e as empresas do Grupo, a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades, a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da organização e a fiabilidade da sua informação, numa perspectiva de continuidade dos negócios.

II.8.1. Controlo dos Riscos

A gestão e monitorização pela Sonae Capital dos seus principais riscos, é alcançada através de diferentes abordagens e agentes, entre as quais:

Políticas e procedimentos de Controlo Interno definidos a nível central e ao nível dos próprios negócios, visando garantir:

- Uma correcta segregação de funções e deveres;
- Definições de autoridade e de responsabilidade;
- A salvaguarda dos activos do Grupo;
- O controlo, a legalidade e a regularidade das operações;
- A execução dos planos e políticas, superiormente definidos;
- A integridade e exactidão dos registos contabilísticos;
- A eficácia da gestão e a qualidade da informação produzida.

Regularmente são realizadas auditorias pela equipa de Auditoria Interna visando garantir o permanente cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos.

Processo de Gestão de Risco apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que compreende, nomeadamente:

- Identificação e classificação dos riscos que afectam a organização (linguagem comum);
- Definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes (críticos);
- Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- Desenvolvimento de um plano de acções de gestão de risco e integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;

Auditoria externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido para este efeito pela Sonae Capital e que se materializa na clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira:

- Ao nível dos negócios (empresas individuais), os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função partilhada de Contabilidade & Consolidação da Sonae Capital. As demonstrações financeiras são posteriormente revistas pelo responsável financeiro de cada área de negócio.
- As demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de Consolidação da função partilhada de Contabilidade & Consolidação do Centro Corporativo da Sonae Capital. Este processo constitui um nível adicional de controlo da veracidade e fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos mesmos princípios contabilísticos de forma transversal a todas as empresas individuais.
- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual e uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. A realização destes exames, efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria

da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tem como objectivo obter um grau de segurança aceitável, no caso da auditoria anual, e moderado, no caso da revisão limitada semestral, sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. São também avaliadas as estimativas e juízos efectuados pelo Conselho de Administração. A adequação das políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação consistente e divulgação são também alvo de verificação.

- O Gabinete de Relações com Investidores é responsável pela preparação do Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas também revê o conteúdo deste relatório (nas suas versões anual e semestral) e a sua conformidade com a informação financeira suporte.
- Adicionalmente e no que concerne ao processo de preparação da informação financeira consolidada e ao Relatório de Gestão, o mesmo é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão. A informação suporte para a discussão destes temas é distribuída antecipadamente em relação à data das reuniões. Os membros da equipa corporativa, relevantes para o efeito, estão, a pedido, presentes nestas reuniões para prestar os esclarecimentos necessários.
- O Revisor Oficial de Contas também expõe directamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame efectuado à informação financeira.

II.8.2. A Organização da Gestão de Risco

A gestão de risco, enquanto pilar da cultura corporativa e objectivos da Sonae Capital, é inerente a todos os processos de gestão e é assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores do Grupo. A gestão de risco tem como objectivo a criação de valor e é uma das componentes principais do desenvolvimento sustentável das empresas através da identificação, compreensão, gestão e controlo das incertezas e das ameaças que podem afectar os diversos negócios, de forma a aumentar a sua probabilidade de êxito e reduzir a ocorrência de falhas.

A actividade de Gestão de Risco é apoiada e suportada pelas funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco:

(i) A função de Auditoria Interna, actuando como órgão independente de aconselhamento interno, identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas.

O plano anual de Auditoria Interna compreende as auditorias aos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.

(ii) A função de Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco promovendo a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

As funções de Gestão de Risco e Auditoria Interna são coordenadas por um director, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital e as suas actividades são reportadas e acompanhadas

em sede da Comissão de Auditoria e Finanças do seu Conselho de Administração. Adicionalmente, o plano anual de auditoria interna e gestão de risco bem como os relatórios de actividade semestrais são entregues ao Conselho Fiscal. O sistema de reporte implementado garante um *feedback* regular, uma revisão adequada das actividades desenvolvidas e a possibilidade de ajustar o plano de actividades às necessidades emergentes.

Na Sonae Capital, existem duas tipologias de risco geridas por funções distintas da função de Auditoria Interna e Gestão de riscos, a saber:

- (i) Riscos Financeiros – Geridos e monitorizados no âmbito da Função de Finanças Corporativas;
- (ii) Riscos Jurídicos - Geridos e monitorizados no âmbito da Função Legal.

À semelhança do que ocorre com as funções de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, a função de gestão de riscos financeiros e jurídicos são também coordenadas por dois directores, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital e as suas actividades são reportadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças sendo também reportadas ao Conselho Fiscal.

A Sonae Capital estimula a formação contínua e a adopção das melhores metodologias e práticas internacionais nas áreas de Gestão de Risco e Auditoria Interna. Nesse sentido, o Grupo apoia a frequência de um programa de formação e actualização de conhecimentos que inclui a certificação profissional internacional em Auditoria Interna promovida pelo IIA – *The Institute of Internal Auditors* – o *Certified Internal Auditor* (CIA). Os membros da equipa de Auditoria Interna obtiveram esta certificação profissional.

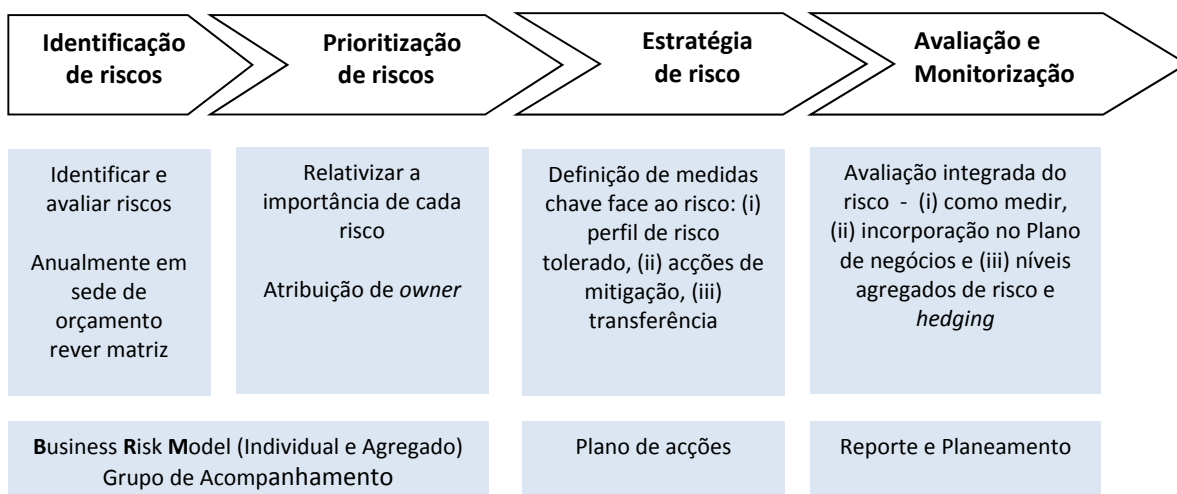
II.8.3. Actividade e Acções realizadas em 2012

A função de Auditoria Interna desenvolveu actividades de acordo com um plano anual previamente aprovado e que se baseou numa avaliação prévia dos riscos dos negócios. Durante 2012, este plano incluiu trabalhos, nas diversas empresas do Grupo, nas áreas de:

- (i) processos de negócios - Processos de facturação e Controle de Receitas, Processos de cobrança, Gestão de fundos de caixa, Processos de compras, Processos de exportação e Gestão de Seguros;
- (ii) cumprimento - Segurança alimentar e.
- (iii) sistemas de informação.

A função de Gestão de Risco prosseguiu o desenvolvimento do processo de *Enterprise Risk Management* iniciado em 2008 com o negócio de Fitness e 2010 para o projecto troiaresort, abordagem com base no padrão internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do COSO.

Dada a diversidade de negócios e riscos pretende-se em 2012 prosseguir e replicar a todas as áreas de negócio do Grupo, o processo:



II.8.4. Principais Riscos a que a Sociedade e suas Filiais estão expostas

II.8.4.1 Riscos Transversais

Riscos Financeiros: A Sonae Capital está exposta a um conjunto diversificado de riscos de natureza financeira, nomeadamente riscos de taxa de juro (pois a maior parte da sua dívida está contratada a taxas variáveis), cambial (riscos de transacção e translação), liquidez e a flutuações nos mercados de capitais e dívida, de crédito (especialmente relevante em cenários de recessão económica) e exposição a preços de matérias-primas.

A política de gestão de riscos financeiros da Sonae Capital visa minimizar os efeitos adversos potenciais decorrentes da volatilidade dos mercados financeiros, e, com esse fim em vista, um conjunto coerente de sistemas e processos estão implementados na Sonae Capital permitindo a atempada identificação, monitorização e gestão por parte da função de Finanças Corporativas.

A situação actual dos mercados financeiros tem levado a que o risco de liquidez, risco de crédito e as flutuações nos mercados de capitais e de dívida assumam lugar de destaque nas prioridades das empresas pelo impacto potencial na continuidade e no desenvolvimento dos negócios. De facto, o desenvolvimento dos negócios de algumas filiais da Sonae Capital poderá prever o reforço do investimento da Sonae Capital nessas filiais, ou a Sonae Capital poderá vir a pretender expandir os seus negócios, através de crescimento orgânico ou de eventuais aquisições e a continuidade dos negócios exige a manutenção de reservas de liquidez apropriadas para fazer face à actividade das sociedades. O reforço do investimento e a manutenção de reservas de liquidez poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sonae Capital não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas, o que pode provocar alterações ou diferimentos nos objectivos ou planos operacionais de desenvolvimento dos negócios.

Neste contexto, os sistemas e processos de gestão de riscos financeiros acima referidos, centralizados no centro corporativo da Sociedade, estão estabelecidos de forma a mitigar esses riscos assegurando a gestão de liquidez através:

- (i) do planeamento financeiro de curto, médio e longo prazo baseados em previsões de *cash flow*;
- (ii) instrumentos de controlo de tesouraria e fundo de maneo;
- (iii) rigorosa gestão de crédito a clientes, e acompanhamento da evolução do risco;
- (iv) diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- (v) ajustamento do perfil de maturidade da dívida ao perfil de geração de *cash flow*; e
- (vi) manutenção de um nível adequado de liquidez através da contratação com bancos de relacionamento de linhas de apoio a tesouraria.

Adicionalmente, a Sonae Capital adoptou uma postura conservadora e prudente em relação à gestão dos riscos financeiros, recorrendo por vezes à utilização de instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos a que alguns dos seus negócios estão expostos e à contratação de seguro de crédito sempre que adequado. A Sociedade não contrata derivados ou outros instrumentos financeiros não relacionados com as suas actividades operacionais.

Riscos Jurídicos: A Sonae Capital e os seus negócios dispõem de uma função legal e fiscal permanentemente dedicada à respectiva actividade, a qual funciona em articulação com as demais funções soberanas e de negócio, de forma a assegurar, preventivamente, a protecção dos interesses da Sonae Capital no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como a aplicação das boas práticas.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, seleccionados de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Riscos de Sistemas de Informação: Os sistemas de informação da Sonae Capital caracterizam-se por serem abrangentes, multifacetados e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias acções de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e da integridade dos dados de negócio, nomeadamente a realização de *backups off-site*, implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infra-estrutura de rede, verificação e controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e implementação de anti-vírus. De forma recorrente, a função de Auditoria Interna realiza auditorias nos vários domínios: aplicações, servidores e redes, com o objectivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio assim como assegurar a protecção da confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação.

Riscos de Pessoas: A capacidade da Sonae Capital para implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos da Sonae Capital estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

Riscos seguráveis: No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), as empresas do Grupo procedem à contratação de coberturas prosseguindo um objectivo de racionalização pela correcta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitectura foi melhorada pela optimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efectiva gestão de seguros.

II.8.4.2 Riscos da Sociedade

A Sonae Capital, enquanto sociedade gestora de participações sociais, tem como principais activos participações sociais. A Sonae Capital depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* distribuídos por essas sociedades. A capacidade das sociedades participadas disponibilizarem fundos à Sonae Capital dependerá, em parte, da sua capacidade de gerarem *cash flows* positivos. A capacidade destas sociedades de, por um lado, distribuírem dividendos, e por outro, pagarem juros e reembolsarem empréstimos concedidos pela Sonae Capital, está sujeita, nomeadamente, a restrições estatutárias e fiscais, aos respectivos resultados, às reservas disponíveis, à sua estrutura financeira e ao cumprimento de eventuais obrigações contratuais atempadamente assumidas.

II.8.4.3 Riscos das Filiais

O *portfolio* da Sonae Capital integra um conjunto de negócios diversificado, pelo que alguns dos principais riscos aos quais as suas filiais estão expostas poderão ser sectoriais. Os principais riscos estão identificados infra.

- As actividades desenvolvidas pela **Sonae Turismo** estão sujeitas aos ciclos económicos e dependem do crescimento da actividade turística e imobiliária em Portugal. As operações turísticas da Sonae Turismo dependem da procura turística, a qual se encontra associada à evolução da economia, quer nacional quer internacional. Eventuais evoluções negativas da economia em Portugal ou nos principais países emissores de turistas para o mercado Português poderão ter um impacto negativo no desempenho da sua actividade. De igual modo, a actividade de lazer (*health clubs*), pode ser afectada pela evolução da economia, nomeadamente, pela diminuição do grau de confiança dos consumidores e consequente impacto no rendimento disponível das famílias.

- O sucesso da comercialização de **empreendimentos turísticos e empreendimentos residenciais** de elevada qualidade depende da conjuntura do sector imobiliário em Portugal e nos principais países europeus (na medida em que uma parte significativa da oferta turística deverá ser promovida junto de investidores estrangeiros), à data da colocação no mercado. Um enquadramento menos favorável do que o esperado poderá pôr em causa as actuais expectativas sobre o negócio, nomeadamente, quanto aos preços de venda e prazos de colocação, com impacto potencialmente negativo sobre a situação financeira da Sonae Turismo.

▪ A actividade desenvolvida pela Sonae Turismo, enquanto operadora do **sector turístico e hoteleiro** está sujeita à fiscalização da Direcção Geral do Turismo e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Qualquer eventual incumprimento bem como qualquer alteração deste vasto enquadramento jurídico actual aplicável ao sector, poderá implicar riscos importantes para a actividade e para o seu desempenho operacional.

▪ A actividade desenvolvida pela **Atlantic Ferries** e pela **Marina de Tróia** está sujeita aos termos e prazos referidos nos contratos de concessão celebrados: (i) a Atlantic Ferries celebrou com a APSS (Associação dos Portos de Setúbal e Sesimbra), em 2005, o contrato de concessão do serviço público de transporte fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e de mercadorias entre Setúbal e a Península de Tróia. A concessão tem um prazo de 15 anos prorrogável por períodos sucessivos de 5 anos, se ambas as partes acordarem nesse sentido; (ii) a Marina de Tróia celebrou, também com a APSS, em 2001, o contrato de concessão da exploração da Marina de Tróia, por um prazo de 50 anos. Qualquer eventual incumprimento das obrigações contratuais, poderá implicar riscos importantes para a actividade e impacto nos resultados dessas empresas.

▪ O nível de actividade da Sonae Turismo poderá depender da intensidade concorrencial – regional e global – dos destinos turísticos em que se encontra. Fruto do crescimento da procura, da massificação do transporte aéreo e do aparecimento de novos destinos, a competição entre destinos turísticos é cada vez mais agressiva. No entanto, além da localização, o grau de notoriedade da marca e a qualidade dos empreendimentos, nomeadamente no que respeita às actividades complementares oferecidas (restauração, golfe, SPA e outras actividades de lazer), constituem vantagens competitivas importantes neste sector. No que se refere especificamente à Península de Tróia, a actividade de promoção imobiliária turística poderá ser ainda afectada pela eventual concorrência de outros empreendimentos, em especial do litoral Alentejano, Algarve e Sul de Espanha. Contudo, importa salientar que o projecto do **troiaresort** está a ser desenvolvido numa área onde a biodiversidade e o património existentes são considerados factores de diferenciação do projecto, podendo ser capitalizado em novos serviços e produtos turísticos com impacto positivo no seu desenvolvimento.

▪ No sector do lazer, nomeadamente no segmento de **Fitness** onde a Sonae Turismo actua através da sociedade Solinca Health & Fitness (*health clubs*), a concorrência é feita através do preço e da qualidade dos serviços prestados. A resposta a uma concorrência acrescida, quer pela entrada de novos operadores, quer pelo aumento da sua dimensão via concentração ou, ainda, a decisão de procurar aumentar o número de clientes/sócios, poderá obrigar à diminuição dos preços praticados ou à aplicação de descontos promocionais.

▪ Alguns dos negócios desenvolvidos pela Sonae Turismo são sazonais, pelo que condições climatéricas anormalmente adversas, durante esses períodos, poderão afectar negativamente o nível de actividade e os resultados operacionais. Estas actividades estão sujeitas a oscilações de procura relacionadas com eventuais desastres naturais, bem como com factores de ordem social ou política que possam ter impacto no fluxo de turistas, e consequentemente, nas taxas de ocupação.

▪ A possibilidade de existirem riscos de saúde pública, no desenvolvimento da actividade de restauração e *health clubs* e a ocorrência de acidentes que ponham em causa a segurança e saúde dos clientes nas respectivas instalações, poderá implicar que a Sonae Turismo seja responsabilizada neste domínio, o que pode ter um efeito adverso sobre os resultados e a situação financeira da empresa. Contudo, os eventuais riscos para o negócio da restauração e outros, decorrentes de situações que possam significar riscos para a saúde pública, estão minimizados pela implementação de um rigoroso sistema de controlo da qualidade e segurança alimentar dos processos e produtos, sendo este regularmente auditado por empresas externas numa perspectiva de melhoria contínua. Nesta perspectiva, a Sonae Turismo utiliza ferramentas como o HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*) definido no “Codex Alimentarius” – Anexo a CAC/RCP 1-1969, Rev. 4 (2003), cumprindo com os requisitos nele especificados, assim como com a legislação em vigor, designadamente com o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios.

▪ As actividades relacionadas com **refrigeração, ar condicionado e serviços de manutenção** conexos, têm riscos específicos, que estão na sua maioria relacionados com a concorrência de outras empresas a actuar nos mesmos mercados e com a evolução da economia. Os riscos mais relevantes são:

- de o negócio de distribuição de equipamentos ver o seu crescimento limitado por pressão de concorrência Espanhola que começa a instalar-se em Portugal;
- de os serviços de engenharia na área da refrigeração registarem um abrandamento das respectivas taxas de crescimento e de rentabilidade por via da diminuição do investimento, quer na Grande Distribuição Alimentar quer no Sector Imobiliário existindo, no entanto, novas oportunidades no âmbito das energias alternativas que poderão compensar esta quebra;
- de os serviços de manutenção, assistência técnica e planeamento nos campos de electricidade, electromecânica e climatização e ventilação estarem dependentes de um número reduzido de clientes, em que a cessação de um contrato pode gerar algum excedente de recursos que deve ser acautelado, quer pela via da dispersão da carteira de clientes, quer pela diversificação dos serviços prestados, permitindo a recolocação dos colaboradores em caso de perda de um destes contratos.

▪ A área de **Energia e Ambiente** desenvolve a sua actividade essencialmente no desenvolvimento e gestão de projectos de cogeração e minigeração. Embora este tipo de produção de energia eléctrica seja uma alternativa mais eficiente e “amiga do ambiente”, comporta, ainda assim, alguns riscos que poderão ter impacto nos resultados das empresas:

▪ A cogeração é uma forma de racionalizar o consumo de energia, dado que a produção de energia eléctrica a partir da energia libertada, aquando da combustão, é sinónimo de um aproveitamento mais eficiente do combustível utilizado, gás natural no caso dos projectos da Sonae Capital. Numa central de cogeração há uma redução no consumo de combustível, comparativamente ao que sucede na produção das mesmas quantidades de energia térmica e eléctrica, em separado. Os riscos associados dizem respeito à atribuição das licenças de emissão de CO₂. Até ao ano de 2012, as licenças para emissão de CO₂ foram atribuídas a título gratuito, mas depois dessa data nada está definido sobre as novas licenças a atribuir, contudo é importante não ultrapassar os limites das emissões de gases com efeito de estufa com que Portugal se comprometeu no Protocolo de Quioto.

▪ A cogeração tem as tarifas pré-definidas pelo Estado, que pela via dessa definição incentiva esta forma alternativa de produção de energia eléctrica mais eficiente e ambientalmente menos poluente. Sendo assim, os riscos quanto ao preço de venda da energia são reduzidos. Nos projectos de cogeração, a energia térmica é vendida para uso industrial, sendo que o seu preço acaba por ser definido tendo como base o dos combustíveis. A energia eléctrica é vendida ao preço definido pelo Estado, para um período alargado de tempo. Em face da implementação das medidas de austeridade no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira assinado com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional admite-se que possam criar barreiras ao desenvolvimento de novos projectos.

▪ A produção de energia em centrais de cogeração, está sujeita à fiscalização da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE) e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), entidades responsáveis pela regulação do sector eléctrico em Portugal, e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Qualquer eventual incumprimento bem como qualquer alteração deste vasto enquadramento jurídico actual aplicável ao sector, poderá implicar riscos importantes para a actividade e para o seu desempenho operacional.

▪ A Norscut detém a concessão da exploração e conservação em regime de portagem sem cobrança aos utilizadores (SCUT) dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados no Interior Norte (auto-estrada que liga Viseu à fronteira de Chaves). A concessão é explorada ao abrigo do contrato celebrado com o Estado em 30 de Dezembro de 2000, por um prazo de 30 anos. Qualquer eventual incumprimento das condições do contrato poderá implicar riscos importantes para a actividade da Norscut e para o seu desempenho operacional. Estão em curso negociações promovidas pela concedente, que pretende alterar o modelo de exploração, não estando ainda acordadas as alterações contratuais e modelo de remuneração definitivo. Estas alterações contratuais poderão afectar significativamente a actividade da Sociedade.

II.9 Política de Comunicação de Irregularidades

Os traços fundamentais da política de comunicação de irregularidades actualmente em vigor são:

- Irregularidades definem-se, no âmbito da Política e Procedimentos para a Comunicação de Irregularidades, como factos que violem ou prejudiquem gravemente:
 - O cumprimento de princípios legais, regulamentares e deontológicos pelos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Sonae Capital ou de sociedades por esta dominadas, no exercício dos seus cargos profissionais;
 - O património da Sociedade e das sociedades por esta dominadas, bem como o património dos clientes, accionistas, fornecedores e parceiros comerciais da Sociedade ou de qualquer sociedade por esta dominada;
 - As boas práticas de gestão e a imagem ou reputação da Sociedade ou qualquer sociedade por esta dominada.

- Os procedimentos para a comunicação de irregularidades, nomeadamente os meios disponíveis para participar ao Presidente do Conselho Fiscal, os procedimentos para garantir que as comunicações chegam de forma inviolável ao destinatário e para a necessidade da identificação explícita e inequívoca do denunciante (ainda que a sua identidade deva ser mantida confidencial e apenas do conhecimento do Presidente do Conselho Fiscal).
- Assegurar um processo de averiguação rigoroso e imparcial através do acesso do Conselho Fiscal a toda a documentação relevante que deva ser disponibilizada pela Sociedade para o processo de investigação de irregularidades, prevenir o acesso ao processo de averiguação de toda e qualquer pessoa que, ainda que indirectamente, possa ter conflito de interesses com o desfecho do processo de averiguação.
- O tratamento de irregularidades, nomeadamente o tratamento célere e eficaz das referidas comunicações, a implementação de medidas correctivas, quando necessárias, e informação ao denunciante do desfecho do processo.
- A comunicação pelo Conselho Fiscal aos órgãos sociais da Sociedade ou de sociedades por aquela dominada, sempre que necessário, de proposta tendente à adopção das medidas consideradas necessárias para suprir as irregularidades investigadas.
- Impedir a existência de represálias que potencialmente decorram da denúncia efectuada, desde que fique comprovada a inexistência de má-fé ou participação em qualquer irregularidade por parte do denunciante.

A Política da Sociedade, da qual as principais características estão supra descritas, está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

Durante 2012, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações versando sobre matérias sob a alçada desta política.

II.10 Remuneração e Outras Compensações

A política de remuneração dos órgãos sociais tem como objectivo remunerar de forma justa, eficaz e competitiva, tendo em atenção as responsabilidades e desempenho individuais, quer no âmbito de cada participada, quer na Sociedade, como um todo.

Com base na política de remunerações e outras compensações aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonae Capital é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

No que diz respeito à remuneração dos administradores Executivos, a Comissão de Nomeação e Remunerações colabora com a Comissão de Vencimentos apresentando-lhe propostas previamente à tomada das suas deliberações.

Remuneração dos Administradores Executivos

As propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos são preparadas tendo por base as comparações de mercado, outras comparações internas e a avaliação individual de cada administrador executivo, avaliação essa efectuada em função de desempenho em relação aos objectivos traçados. Nos termos da política aprovada, o pacote remuneratório deve promover o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos accionistas, fazendo depender o valor da parte variável, não só do desempenho individual mas do desempenho da Sociedade, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objectivo é ainda assegurado pelo facto de, nos termos da política aprovada, cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adopção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos

Assim, a remuneração dos Administradores Executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base e um subsídio de responsabilidade anual, sendo estabelecida por referência ao período de um ano, (ii) Uma componente variável, atribuída no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito e condicionada à concretização dos objectivos fixados do ano anterior, dividida em duas partes (a) um Prémio Variável de Curto Prazo, pago imediatamente após a atribuição, e (b) um Prémio Variável de Médio Prazo, pago após um diferimento pelo período de 3 anos.

(i) A Remuneração fixa do Administrador Executivo é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada Administrador Executivo, e é objecto de revisão anual.

(ii) A Remuneração variável, visa recompensar os Administradores pelo cumprimento de objectivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual e é atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efectuada a avaliação de desempenho. A remuneração variável é determinada anualmente, variando o valor do objectivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objectivo da remuneração variável), dependendo, cerca de 70%, de KPI's de negócio, que têm uma componente significativa de indicadores económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objectivos que se encontram divididos em KPI's colectivos e departamentais. Os KPI's colectivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade, que têm em consideração, no seu estabelecimento, não só o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, como a sua sustentabilidade a longo prazo e a limitação dos riscos assumidos. Por sua vez, os KPI's departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, sendo directamente influenciados pelo desempenho do Administrador Executivo. Os restantes 30% são determinados pela verificação do cumprimento de KPI's individuais, que podem combinar indicadores subjectivos e objectivos.

A estruturação da remuneração da forma supra referida, e o diferimento de, no mínimo, metade do valor correspondente à Remuneração Variável, garante, no entender da Sociedade, o alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com o de todos os accionistas. A Sociedade considera que a exposição dos Administradores Executivos às flutuações no preço

da acção é a forma mais apropriada de alinhar os interesses dos Administradores com os dos accionistas.

Informação adicional sobre os planos de remuneração baseados em acções encontra-se disponível no capítulo III.6 do presente relatório.

No ano de 2012 a componente variável representou cerca de 25% do total auferido.

Administradores Não Executivos

A remuneração dos Administradores Não Executivos é composta por um valor fixo, a determinar em função da situação da empresa e das práticas de mercado.

Remunerações pagas aos membros do Conselho de Administração

Durante o ano de 2012, a remuneração e outras compensações pagas aos membros do Conselho de Administração, exclusivamente na Sonae Capital, SGPS, SA (os Administradores não são remunerados em outras sociedades do Grupo), foram as seguintes:

Valores em Euros

Nome	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Prémio de Desempenho Diferido	Total
Conselho de Administração em funções				
Belmiro Mendes de Azevedo	211.700	83.160	31.300	326.160
Álvaro Carmona e Costa Portela	71.700	0	0	71.700
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	51.220	0	0	51.220
Sub-total Administradores Executivos	334.620	83.160	31.300	449.080
Francisco de La Fuente Sánchez	24.400	0	0	24.400
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	24.500	0	0	24.500
Sub-total Administradores Não Executivos	48.900	0	0	48.900
Total Geral	383.520	83.160	31.300	497.980

A política aprovada estabelece a regra de não atribuição de compensações aos Administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respectivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria. Nesses termos, não existe qualquer acordo com membros do Conselho de Administração que preveja o pagamento de compensação em caso de cessação ou não renovação do mandato, nem existe qualquer

política de atribuição de compensação nessas circunstâncias, aplicando-se, caso venha a ser necessário, os instrumentos jurídicos disponíveis no quadro legal português.

A Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores.

Ainda nos termos da política aprovada, os Administradores Executivos:

- i) não celebraram nem devem celebrar, contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- ii) não alienaram no exercício de 2012, correspondente ao termo do mandato, nem devem alienar durante o novo mandato, as ações da Sociedade a que tenham acedido por via da atribuição da remuneração variável, até ao limite de duas vezes e meia o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade são remunerados através da atribuição de uma remuneração fixa, determinada em função da situação da empresa e das práticas de mercado.

Durante o ano de 2012, os membros do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA auferiram a seguinte remuneração fixa (não tendo auferido outro tipo de remuneração):

	Valores em Euros
	Remuneração Fixa
Manuel Heleno Sismeiro	7.400
Armando Luís Vieira de Magalhães	5.900
Jorge Manuel Felizes Morgado	6.000
Total	19.300

Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral, se a ela houver lugar, corresponderá a uma quantia fixa a determinar tendo em conta a situação da empresa e as práticas de mercado.

A política de remuneração dos membros dos órgãos sociais e dirigentes da Sonae Capital, SGPS, SA vigente no exercício em análise foi aprovada na Assembleia Geral de 30 de Março de 2012 e está disponível em www.sonaecapital.pt (secção relativa a Assembleias Gerais).

III. Divulgação de Informação

III.1 Estrutura do Capital Social

A Sonae Capital foi constituída em 14 de Dezembro de 2007, com um capital social, integralmente subscrito e realizado, de 250.000.000 euros, representado por 250.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 euro.

A totalidade das acções da Sonae Capital foi admitida à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon em 28 de Janeiro de 2008.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as acções podem ser tituladas ou escriturais, nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis nos termos da lei. Podem ainda ser emitidas acções preferenciais sem voto, que podem ser remíveis, pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a Assembleia Geral assim o deliberar. Sendo esse o caso, cabe à Assembleia Geral definir o método de cálculo do eventual prémio de remição. A Sociedade pode ainda emitir *warrants* autónomos, nos termos previstos na lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, nos termos previstos nos seus Estatutos.

Os titulares das acções da Sonae Capital têm, nos termos previstos na lei, o direito à participação nos lucros, o direito a participar na Assembleia Geral e de exercer o seu direito de voto, o direito à partilha do património em caso de dissolução, o direito à conversão das acções, o direito à informação e o direito de preferência em ofertas para a subscrição de valores mobiliários da mesma categoria.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existem accionistas com direitos de voto especiais nem limitações, restrições ou acordos accionistas em relação à transferência, controlo ou venda de acções ou direitos de voto.

As deliberações da Assembleia Geral relativas à alteração dos Estatutos podem ser tomadas em primeira convocatória, desde que accionistas que representem mais de 50% do capital social estejam presentes ou representados (a lei estabelece um limite mínimo de um terço do capital social). A deliberação deverá ser aprovada por dois terços dos votos emitidos, quer a reunião seja realizada em primeira ou segunda convocatória.

A Sonae Capital não tem um sistema de participação dos trabalhadores no capital pelo que não existem mecanismos de controlo previstos para tal sistema em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por eles.

III.2. Participações Qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2012, os accionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código das Sociedades Comerciais, têm uma participação qualificada representativa de pelo menos 2% do capital social da Sonae Capital, são os seguintes:

Accionista	Nº Acções Detidas	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ¹	156.504.947	62,602%	62,602%
Santander Asset Management	5.699.843	2,280%	2,280%
Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	5.004.639	2,002%	2,002%
BlueShore Equity Fund	5.000.000	2,000%	2,000%

¹ Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o *ultimate beneficial owner*, porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

III.3 Acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais

As acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, directamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão os termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e pelo número 6 do artigo 14º do regulamento 5/2008 da CMVM.

Durante 2012, não ocorreram transacções de acções Sonae Capital, atribuíveis aos membros dos Órgãos Sociais.

III.4 Acções Sonae Capital

Informação sobre as acções da Sonae Capital:

Nome: Sonae Capital, SGPS, SA

Entidade Emitente: Sonae Capital, SGPS, SA

Data de Admissão: 28 Janeiro 2008

Capital Social: 250.000.000 €

Quantidade admitida: 250.000.000 acções

Acções próprias: Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a sociedade detinha 1.600.310 acções próprias.

Código ISIN:

PTSNPOAE0008

NYSE Euronext:

SONC

Reuters:

SONAC LS

Bloomberg:

SONC.PL

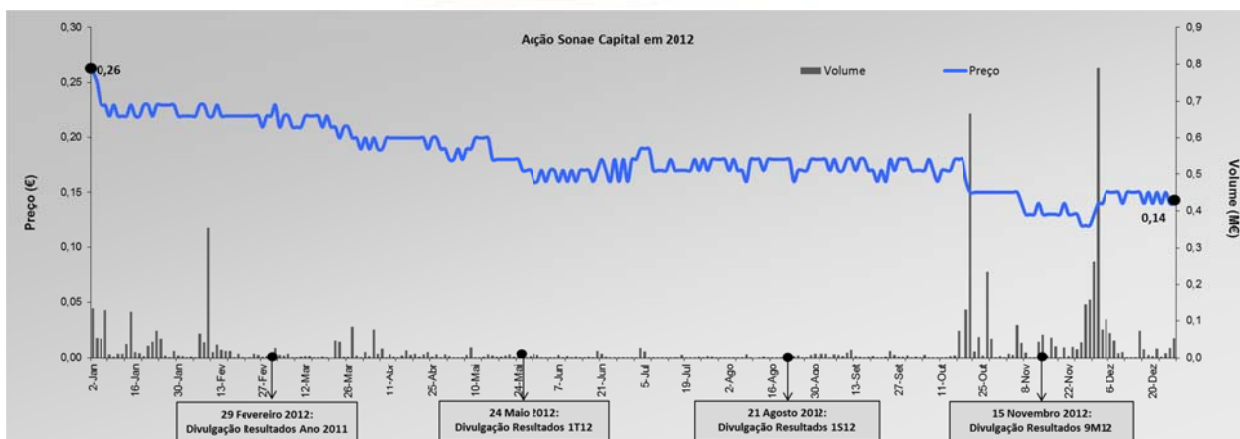
Durante 2012, o preço das acções Sonae Capital desceu 48%, comparativamente com uma subida de 3% no índice de referência na Bolsa Portuguesa (PSI20).

A tabela e gráfico seguinte sumariam a informação mais relevante relativa à negociação das acções da Sonae Capital na Euronext Lisbon.

Euronext Lisbon	2012	2011
Preço de Fecho		
31 Dezembro N-1	0,27 €	0,41 €
Preço máximo	0,26 € (2 Jan.12)	0,45 € (21 Jan.11)
Preço mínimo	0,12 € (27 Nov. 12)	0,20 € (21 Nov. 11)
31 Dezembro N	0,14 €	0,27 €
Transacções		
Quantidade média diária	150.053	175.998
Total de acções transaccionadas	38.413.635	45.231.488
Volume		
Total (milhões de euros)	6,1	14,8
Volume médio diário (milhões de euros)	0,03	0,06
Capitalização bolsista (a)		
Final do ano (31 Dezembro N)	35.000.000 €	67.500.000 €

^(a) Capitalização Bolsista calculada com base no número total de acções.

Fonte: Euronext



Durante o ano de 2012, e para além da informação de resultados divulgada e assinalada no gráfico, não foram comunicados ao Mercado outros factos relevantes.

III.5 Distribuição de Dividendos

A Sociedade foi constituída em Dezembro de 2007 e não tem historial relativo a distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração não irá apresentar proposta de distribuição de dividendos na próxima Assembleia Geral.

No futuro, o Conselho de Administração poderá submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual propostas de distribuição de dividendos, tomando em consideração o desempenho da Sociedade, as suas necessidades de investimento e a envolvente económica das suas actividades.

III.6 Planos de Atribuição de Acções e Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

De acordo com a Plano aprovado em Assembleia Geral, aos membros abrangidos, é atribuído o direito à aquisição, a custo zero, de um número de acções determinado pelo quociente entre o valor do Prémio Variável de Médio Prazo atribuído e o menor dos seguintes valores de cotação do título, no mercado de acções em Portugal: (i) cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou (ii) a cotação média de fecho das últimas 30 sessões de Bolsa anteriores à data de realização da Assembleia Geral.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das acções ou alteração do capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de acções cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

Na data de vencimento, a Sociedade reserva-se o direito de efectuar o pagamento em dinheiro, num montante equivalente ao do valor das acções, encontra-se o vencimento condicionado à manutenção do vínculo profissional entre o Administrador e a Sociedade pelo período de três anos após a sua atribuição.

Em 2007 e em anos anteriores, o Grupo Sonae Capital concedeu prémios de desempenho diferidos baseados em acções da Sonae, SGPS, SA, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. À data de 28 de Janeiro de 2008, as responsabilidades existentes baseadas em acções Sonae, SGPS, SA foram recalculadas para reflectir essas responsabilidades em termos de acções da Sonae Capital, SGPS, SA. Para esse recálculo foram utilizados os preços de fecho àquela data.

Entre 2008 e 2012, o Grupo atribuiu, anualmente, prémios de desempenho diferidos baseados em acções da Sonae Capital, SGPS, SA, em termos similares aos supra descritos no parágrafo anterior.

Em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010, o valor de mercado do total de responsabilidades relativas a pagamentos de remuneração variável diferida baseada em acções, que ainda não estão vencidas, apresenta-se sumariado da seguinte forma:

Ano de atribuição	Ano de Vencimento	Número de participantes ¹	Justo valor		
			31. Dez.12	31 Dez.11	31 Dez.10
2008	2011	-	-	-	34.015
2009	2012	-	-	75.054	141.664
2010	2013	1	24.585	77.011	145.478
2011	2014	2	42.203	132.017	-
2012	2015	8	195.897	-	-
Total			262.685	284.082	321.157

¹ A 31 de Dezembro de 2012

Durante o ano de 2012, a Sociedade não aprovou qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

III.7 Transacções com Partes Relacionadas

Os negócios ou transacções com membros do Conselho de Administração ou titulares de participações qualificadas, fazem parte da actividade normal das filiais da Sonae Capital e são efectuadas em condições normais de mercado. Os montantes envolvidos respeitam essencialmente a rendas cobradas e não são materiais.

Não houve negócios ou transacções com membros do Conselho Fiscal.

As transacções com o Revisor Oficial de Contas decorreram exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos discriminados no capítulo II.6 deste relatório.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo não são materiais, foram efectuadas em condições normais de mercado e fizeram parte da actividade normal da Sociedade, pelo que não merecem divulgação específica.

Em 2010, o Conselho Fiscal aprovou o regulamento sobre transacções da Sociedade com accionistas detentores de participações qualificadas (nos termos do art.º 16 e 20º do Código dos Valores Mobiliários) e suas partes relacionadas (definição do art.º 20º n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários), que define o nível relevante de transacções executadas a partir do qual a Comissão Executiva terá que notificar a Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal. No âmbito deste regulamento, juntamente com a notificação da realização da transacção, a Comissão Executiva deverá apresentar à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal os procedimentos adoptados para assegurar que a transacção é realizada em condições normais de mercado e que está salvaguardada de quaisquer potenciais conflitos de interesses. Depois de obtida toda a informação relevante, o Conselho Fiscal emitirá o seu parecer sobre as transacções que lhe foram submetidas. Em 2012 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir pareceres dado que não ocorreram transacções passíveis de ser submetidas para apreciação.

III.8 Gabinete de Relações com Investidores

A Sonae Capital, SGPS, SA, através do Gabinete de Relações com Investidores mantém o contacto permanente com os seus accionistas e analistas através de informação sempre actualizada. Adicionalmente, por solicitação, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das actividades da Sociedade, entretanto divulgados nos termos da lei.

O objectivo do Gabinete de Relações com Investidores da Sonae Capital, SGPS, SA é assegurar uma adequada comunicação com os accionistas, investidores, analistas e mercados financeiros, particularmente com a Euronext Lisbon e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A Sociedade disponibiliza na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt), toda a informação divulgada bem como a informação exigida pelo artigo 5º do Regulamento da CMVM 1/2010.

O Gabinete de Relações com Investidores presta, quando necessário, toda a informação relacionada com eventos relevantes e responde às questões dos accionistas, investidores, analistas e público em geral sobre os indicadores financeiros e informação, dos diferentes negócios, que seja pública.

No estrito cumprimento da lei e dos regulamentos, a Sociedade informa de forma expedita os seus accionistas e o mercado de capitais em geral, sobre todos os factos relevantes da sua actividade, evitando atrasos entre a sua ocorrência e a sua divulgação.

Essa divulgação é tornada pública através da publicação no Sistema de Difusão da Informação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).


O Gabinete de Relações com Investidores pode ser contactado através de: Telefone: +351 22 010 79 03; Fax: +351 22 010 79 35; e-mail: ir@sonaecapital.pt; Morada: Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-909 Maia. A directora do Gabinete de Relações com Investidores é Bárbara Almeida, que pode ser contactada através dos mesmos meios.

O representante para as Relações com o Mercado de Capitais é Anabela Nogueira Matos (Telefone: +351 22 010 79 25; Fax: +351 22 010 79 35; e-mail: anm@sonaecapital.pt).

A Sonae Capital tem disponível uma página na Internet para a divulgação da informação sobre a Sociedade. O endereço da página é: <http://www.sonaecapital.pt>.

De modo a permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores, a página contém uma secção integralmente dedicada às Relações com Investidores, cuja informação disponível inclui:

- **Identificação da Sociedade** – Informação geral sobre a Sociedade;
- **Estatutos**;
- **Governo da Sociedade** – Membros dos Órgãos Sociais, Regulamentos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Relatórios do Governo da Sociedade e Política de Comunicação de Irregularidades;
- **Relações com o Mercado de Capitais** - Contacto do Representante para as Relações com o Mercado de Capitais;
- **Gabinete de Relações com Investidores** – Contactos do Gabinete;
- **Calendário de Eventos Societários** – Datas da divulgação dos Resultados;
- **Assembleias-Gerais** – Descrição de todos os procedimentos e inclusão de todos os documentos relacionados (convocatória, propostas, participação e condições de voto e decisões);
- **Informação de Mercado** – Preço das acções da Sonae Capital, evolução face ao PSI20 e download dos dados históricos;
- **Comunicados** – Todos os comunicados divulgados ao Mercado (página na Internet da CMVM);
- **Relatórios e Contas** – Relatório e Contas Anuais e Trimestrais disponíveis desde a constituição da Sociedade;
- **Outros Relatórios e Apresentações** – Apresentação Institucional (actualizada todos os 6 meses), Relatório de Avaliação da Cushman & Wakefield e Prospecto de Admissão à Negociação das acções da Sonae Capital;
- **Analistas** – Lista dos analistas que acompanham a Sonae Capital.



A Sociedade acredita que através destes procedimentos assegura um contacto permanente com o Mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Maia, 21 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Anexo ao Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Curricula Vitae dos membros dos órgãos sociais

Belmiro Mendes de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA

Idade: 75

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Engenharia Química Industrial - FEUP (1964)▪ PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School (1973)▪ Financial Management Programme - Stanford University (1985)▪ Strategic Management - Wharton University (1987)▪ Global Strategy – University of California (1995)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ SC, SGPS, SA▪ Spred SGPS SA
Cargos exercidos em outras sociedades:	<ul style="list-style-type: none">▪ Presidente da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial▪ Presidente do Conselho de Administração da EGP-UPBS▪ Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa - Escola de Negócios▪ Membro Fundador do Instituto Superior de Estudos Empresariais (ISEE), actual EGP-UPBS (University of Porto Business School)▪ Membro do Conselho Consultivo do IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto▪ Membro do WBCSD – Order of Outstanding Contributors to Sustainable Development▪ Membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee▪ Membro do International Advisory Board da Allianz AG▪ Membro fundador do Conselho de Fundadores do Forum Manufature Portugal▪ Membro do European Advisory Board da Harvard Business School
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ Desde 2005 – Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA▪ Desde 2007 - Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital SGPS, SA Presidente dos Conselhos de Administração da Spred, SGPS, SA e SC, SGPS, SA▪ 2007-2012 - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, SA

Álvaro Carmona e Costa Portela

Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA

Idade: 61

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Engenharia Mecânica – FEUP (1974)▪ Mestrado em Gestão de Empresas – MBA (Universidade Nova de Lisboa – 1983)▪ AMP / ISMP – Harvard Business School - 1997
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ SC, SGPS, SA▪ Sonae Turismo, SGPS, SA▪ Spred, SGPS, SA
Cargos exercidos em outras sociedades:	Administrador Não Executivo das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, SA▪ Casa Agrícola HMR, SA▪ Sonae, SGPS, SA▪ Fundação Victor e Graça Carmona e Costa▪ Fundação Belmiro de Azevedo▪ SPDI-SECURE PROPERTY Development & Investment plc <p>Presidente Não Executivo de MAF Properties (EAU)</p> <p>Membro do Investment Committee do European Prime Shopping Centre Fund (Alemanha)</p> <p>Membro do Investment Advisory Committee do PanEuropean Property Limited Partnership (Reino Unido)</p>
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ 1990-2010 – Presidente Executivo da Sonae Sierra SGPS e de todas as suas empresas▪ 1999-2010 – Administrador Executivo e Vice-Presidente da Sonae SGPS, SA▪ 2004-2009 – Trustee do ESCT – European Shopping Centre Trust (Reino Unido)▪ 2004-2009 – Membro do International Advisory Board Member do Eurohypo (Alemanha)▪ 2005-2008 – Trustee e Membro do International Advisory Board do ICSC – International Council of Shopping Centres (EUA)▪ Desde 2010 – Presidente (até 2012) e Membro do Conselho de Representantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto▪ 2010-2012 – Trustee do Urban Land Institute (EUA)▪ Desde 2011 – Administrador da Sonae Capital, SGPS, SA▪ 2010-2012 – Administrador da Sonae RP

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Administradora Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA

Idade: 42

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa▪ MBA pelo INSEAD (Fontainebleau)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	<ul style="list-style-type: none">▪ Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Turismo, SGPS, SA▪ Presidente do Conselho de Administração da Imoareia - Investimentos Turísticos, SGPS, SA▪ Membro da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA▪ Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, SA
Cargos exercidos em outras sociedades:	<p>Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Cape Tehnologies Limited (Ireland)▪ Connectiv Solutions Inc.▪ Digitmarket – Sistemas de Informação, SA▪ Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA▪ Imparfin, SGPS, SA▪ Linhacom, SGPS, SA▪ Lugares Virtuais, SA▪ Mairoad – Serviços de Tecnologias de Informação, SA▪ Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, SA▪ Praesidium Services Limited▪ Saphety Level – Trusted Services, SA▪ WeDo Technologies Americas, INC▪ WeDo Technologies Australia PTY Limited▪ WeDo Technologies Chile, SPA▪ WeDo Technologies (UK) Limited▪ WeDo Technologies Panamá, SA▪ WeDo Technologies Singapore PTE LTD <p>Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Efanor Investimentos, SGPS, SA▪ Fundação Belmiro de Azevedo▪ Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.▪ Optimus – Comunicações, SA▪ Optimus, SGPS, SA▪ PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.▪ Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA▪ Público Comunicação Social, SA▪ Sonaecom, SGPS, SA▪ Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, SA▪ Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.▪ Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.▪ WeDo Consulting, Sistemas de Informação, SA▪ ZOPT, SGPS, S.A.

Administradora das seguintes sociedades:

- Sonaecom – Sistemas de Información España, SL
- WeDo Technologies Egypt
- WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. de C.V.

Gerente da seguinte sociedade:

- WeDo Poland SP. Z.o.o.

Principais actividades
profissionais dos últimos
cinco anos:

- Administradora Executiva da Sonaecom, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, SA
 - Sonae Matrix Multimédia
 - WeDo Consulting, Sistemas de Informação, SA
 - Profimetrics
 - Efanor Investimentos, SGPS, SA
-

Francisco de La Fuente Sánchez

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA

Idade: 71

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Engenharia Electrotécnica - Instituto Superior Técnico (1965)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	-
Cargos exercidos em outras sociedades:	<ul style="list-style-type: none">▪ Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind – Desenvolvimento e Projectos, SA▪ Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEDS – Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social▪ Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico▪ Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital ▪ Presidente da Direcção da AAAIST – Associação de Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico▪ Presidente do Conselho Geral da PROFORUM▪ Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros▪ Membro do Patronato da Fundação Hidroeléctrica del Cantábrico▪ Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade▪ Presidente de Honra da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA▪ Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira▪ Membro do Fórum Ibero América▪ Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<p>No Grupo EDP e no sector eléctrico em Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 2005 - 2009 - Presidente da Fundação EDP▪ 2006 - 2007 - Conselheiro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, SA▪ 2004 - 2006 - Presidente da ELECPOR - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico▪ 2003 - 2006 - Presidente do Conselho de Administração da EDP - Energias de Portugal, SA <p>No sector eléctrico fora de Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Desde 2005 - Presidente de Honra da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA▪ 2002 - 2005 - Administrador da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA <p>Noutros Sectores:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Desde 2012 - Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital▪ Desde 2010 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind – Desenvolvimento e Projectos, SA▪ Desde 2009 - Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico

- Desde 2007 - Presidente do Conselho Geral da PROFORUM
 - Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros
 - Desde 2005 - Membro do Patronato da Fundação Hidroeléctrica del Cantábrico
 - Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade
 - Desde 2004 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
 - Desde 2003 - Membro do Fórum Ibero América
 - Desde 2002 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola
 - 2007 - 2012 - Vogal convidado do Conselho Nacional da Água
 - 2007 – 2010 – Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores do Instituto Superior Técnico
 - 2007 – 2012 - Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital
 - 2007 - 2009 - Presidente da Comissão de Governo Societário do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP
 - 2006 - 2009 - Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP – Banco Comercial Português
 - 2006 - 2007 - Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital
 - 2004 - 2010 - Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance
 - 2004 - 2007 - Presidente do BCSD-Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
 - Presidente da PROFORUM – Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
 - 2003 - 2005 - Director do Fórum para a Competitividade
 - 2001 – 2006 - Membro do Conselho Consultivo da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
 - 2000 -2010 - Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África
 - 2000 - 2006 - Membro do Conselho Superior do BCP – Banco Comercial Português
 - Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da ONI
 - Membro do Conselho Geral da AIP – Associação Industrial Portuguesa
-

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA

Idade: 50

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1985)▪ MBA - Master in Business Administration - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1989)▪ Doutoramento em Banking and Finance - City University Business School, Londres (1994)▪ Negotiation Analysis - Amsterdam Institute of Finance (2005)▪ Advanced Course - European Venture Capital and Private Equity Association (2006)▪ Valuation Guidelines Masterclass - European Venture Capital and Private Equity Association (2007)▪ Private Equity and Venture Capital Programme - Harvard Business School (2007)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	-
Cargos exercidos em outras sociedades:	<ul style="list-style-type: none">▪ Membro do Conselho de Administração da Change Partners, SCR, SA▪ Membro do Conselho de Administração da Biotecnol, SA
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ 2004-2007 - Administrador Executivo e Membro do Conselho de Administração da REN - Redes Eléctricas Nacionais, SA▪ Desde 2003 – Presidente do Conselho Geral do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI▪ Desde 2005 - Membro do Conselho Consultivo e Estratégico do Fundo Fast Change Venture Capital▪ 2007-2008 – Presidente do Conselho de Administração da Xis Vending - Serviços de Vending, SA▪ 2007 – 2010 - Consultor Sénior para a Ibéria da Profit Technologies, EUA▪ Desde 2007 - Consultor Sénior da New Next Moves Consultants, Portugal▪ Desde 2007 - Administrador (representante em Portugal) da Venture Valuation, Suíça▪ Desde 2008 - Professor Convidado na Cass Business School, Londres▪ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa ▪ Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa

Manuel Heleno Sismeiro

Presidente do Conselho Fiscal de Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Contabilista - ICL, Lisboa (1964)▪ Licenciatura em Finanças - ISCEF, Lisboa (1971)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	-
Cargos exercidos em outras sociedades:	Presidente do Conselho Fiscal das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ OCP Portugal Produtos Farmacêuticos, SA▪ Sonae Indústria, SGPS, SA Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Segafredo Zanetti (Portugal), SA
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ 1980 - 2008 - Sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados▪ Desde 2008 - Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controlo interno

Armando Luís Vieira de Magalhães

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Bacharelato em Contabilidade, ISCAP (1972)▪ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia, Universidade do Porto (1978)▪ Executive MBA - European Management, IESF/IFG (1996)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	-
Cargos exercidos em outras sociedades:	Membro do Conselho Fiscal das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ Sonaecom, SGPS, SA▪ Sonae Indústria, SGPS, SA▪ Futebol Clube do Porto - Futebol SAD▪ Fundação Eça de Queiroz▪ Porto Comercial – Sociedade de Comercialização, Licenciamento e Sponsorização, SA▪
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ 1989 - 2010 - Revisor Oficial de Contas e Sócio da Santos Carvalho & Associados, SROC, SA▪ Desde 2010 – Revisor Oficial de Contas e Sócio da Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda

Jorge Manuel Felizes Morgado

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Gestão - ISEG, Universidade Técnica de Lisboa▪ MBA em Finanças - IEDE, Madrid▪ MBA em Gestão e Sistemas de Informação - Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	-
Cargos exercidos em outras sociedades:	Membro do Conselho Fiscal das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">▪ Sonae, SGPS, SA▪ Sonae Indústria, SGPS, SA▪
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">▪ Desde 2004 - Revisor Oficial de Contas Partner da Econotopia - Consultoria e Gestão, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.12.2012	31.12.2011
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	246.117.450	236.088.219
Activos intangíveis	11	7.831.062	7.478.779
Diferenças de consolidação	12	60.988.643	61.028.512
Investimentos em associadas	6	4.666.035	60.060.236
Outros investimentos	7, 9 e 13	50.325.207	1.015.381
Activos por impostos diferidos	20	27.849.077	23.563.437
Outros activos não correntes	9 e 14	20.481.928	21.820.629
Total de activos não correntes		<u>418.259.402</u>	<u>411.055.193</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	15	187.800.644	209.213.344
Clientes	9 e 16	23.475.283	26.595.961
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	7.703.322	7.904.975
Estado e outros entes públicos	18	12.380.617	12.385.331
Outros activos correntes	19	4.550.336	2.695.344
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	3.244.695	3.980.640
Total de activos correntes		<u>239.154.897</u>	<u>262.775.595</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>657.414.299</u>	<u>673.830.788</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	250.000.000	250.000.000
Acções próprias	22	(264.705)	(36.143)
Reservas e resultados transitados		76.606.169	74.670.814
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		(11.092.003)	2.994.272
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>315.249.461</u>	<u>327.628.943</u>
Interesses sem controlo	23	8.707.639	9.241.777
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>323.957.100</u>	<u>336.870.720</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	9 e 24	70.140.254	91.421.464
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	59.655.971	59.509.816
Credores por locações financeira	9, 24 e 25	24.543.588	27.409.503
Outros empréstimos	9 e 24	4.335.860	4.224.101
Outros passivos não correntes	9 e 27	3.997.310	7.155.507
Passivos por impostos diferidos	20	14.344.526	11.535.355
Provisões	32	3.079.824	3.185.974
Total de passivos não correntes		<u>180.097.333</u>	<u>204.441.720</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	9 e 24	96.937.328	49.135.397
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	-	30.000.000
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	2.813.237	2.607.993
Outros empréstimos	9 e 24	888.683	814.103
Fornecedores	9 e 29	17.589.482	14.851.465
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	4.449.870	3.986.803
Estado e outros entes públicos	18	6.727.194	5.596.653
Outros passivos correntes	31	22.798.965	24.470.718
Provisões	32	1.155.107	1.055.216
Total de passivos correntes		<u>153.359.866</u>	<u>132.518.348</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>333.457.199</u>	<u>336.960.068</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>657.414.299</u>	<u>673.830.788</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Vendas	35	51.916.061	74.130.471
Prestações de serviços	35	60.372.417	62.754.429
Outros rendimentos e ganhos	36	11.542.233	11.571.340
Custo das vendas	15	(36.584.661)	(38.941.946)
Variação da produção	37	(2.258.161)	(3.581.253)
Fornecimentos e serviços externos	38	(44.753.524)	(55.810.735)
Gastos com o pessoal	39	(37.216.180)	(41.357.695)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(13.478.980)	(13.734.933)
Provisões e perdas por imparidade	32	(5.128.480)	(3.034.123)
Outros gastos e perdas	40	(3.644.019)	(4.635.621)
Resultados operacionais		<u>(19.233.294)</u>	<u>(12.640.066)</u>
Gastos e perdas financeiras	41	(12.682.142)	(12.018.377)
Rendimentos e ganhos financeiros	41	1.716.396	1.581.241
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas	6	3.501.150	5.166.233
Resultados relativos a investimentos	42	16.597.379	28.361.670
Resultado antes de impostos		<u>(10.100.511)</u>	<u>10.450.701</u>
Imposto sobre o rendimento	43	(1.626.308)	(6.664.829)
Resultado consolidado do exercício	44	<u>(11.726.819)</u>	<u>3.785.872</u>
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(11.092.003)	2.994.272
Interesses sem controlo	23	<u>(634.816)</u>	<u>791.600</u>
Resultados por acção			
Básico	46	(0,044494)	0,011979
Diluído	46	<u>(0,044494)</u>	<u>0,011979</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	4º Trimestre 12 ¹	4º Trimestre 11 ¹
Vendas		15.118.246	20.692.728
Prestações de serviços		13.447.330	13.766.386
Outros rendimentos e ganhos		2.634.400	1.700.380
Custo das vendas		(10.651.939)	(7.350.735)
Variação da produção		(1.340.849)	(1.248.472)
Fornecimentos e serviços externos		(12.011.198)	(13.657.075)
Gastos com o pessoal		(9.247.269)	(11.057.852)
Amortizações e depreciações		(3.325.742)	(3.603.912)
Provisões e perdas por imparidade		(4.623.665)	(2.958.776)
Outros gastos e perdas		(1.017.246)	(707.710)
Resultados operacionais		(11.017.932)	(4.425.038)
Gastos e perdas financeiras		(2.848.492)	(3.036.886)
Rendimentos e ganhos financeiros		460.650	632.104
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas		(1.395.660)	853.993
Resultados relativos a investimentos		837.161	2
Resultado antes de impostos		(13.964.273)	(5.975.825)
Imposto sobre o rendimento		169.571	(5.672.740)
Resultado consolidado do período		(13.794.702)	(11.648.565)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(13.329.701)	(11.698.109)
Interesses sem controlo		(465.002)	49.544
Resultados por acção			
Básico		(0,053460)	(0,046791)
Diluído		(0,053460)	(0,046791)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

¹ Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido consolidado do período	(11.726.819)	3.785.872
Variação nas reservas de conversão cambial	(99.523)	(74.637)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)	(128.605)	192.478
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	153.082	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(589.966)	(901.204)
Outros	(365.685)	-
Outro rendimento integral do período	(1.030.697)	(783.363)
Total rendimento integral consolidado do período	<u>(12.757.516)</u>	<u>3.002.509</u>
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(12.108.253)	2.253.542
Interesses sem controlo	<u>(649.263)</u>	<u>748.967</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 12 ¹	4º Trimestre 11 ¹
Resultado líquido consolidado do período	(13.794.703)	(11.648.565)
Variação nas reservas de conversão cambial	(1.265.906)	32.833
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)	196.247	362.933
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	153.082	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	183.988	29.382
Outros	<u>(365.685)</u>	<u>-</u>
Outro rendimento integral do período	(1.098.274)	425.148
Total rendimento integral consolidado do período	<u><u>(14.892.977)</u></u>	<u><u>(11.223.417)</u></u>
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(14.445.123)	(11.273.201)
Interesses sem controlo	<u>(447.854)</u>	<u>49.784</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

¹ Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital

	Capital social	Acções próprias	Reserva de cisão (Nota 16)	Reservas de conversão	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura	Outras reservas e Resultados Transitados	Sub total	Resultado Líquido	Total	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	250.000.000	-	132.638.253	(1.129.394)	-	(854.880)	(49.318.776)	81.335.203	(4.420.429)	326.914.774	12.454.796	339.369.570
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	(50.108)	-	(883.100)	192.478	(740.730)	2.994.272	2.253.542	748.967	3.002.509
Aplicação do resultado consolidado de 2010:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(4.420.429)	(4.420.429)	4.420.429	-	-	-
Aquisição de Acções próprias	-	(36.143)	-	-	-	-	-	-	-	(36.143)	-	(36.143)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(1.596.425)	(1.596.425)	-	(1.596.425)	(4.103.273)	(5.699.698)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	93.195	93.195	-	93.195	141.286	234.481
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>250.000.000</u>	<u>(36.143)</u>	<u>132.638.253</u>	<u>(1.179.502)</u>	<u>-</u>	<u>(1.737.980)</u>	<u>(55.049.957)</u>	<u>74.670.814</u>	<u>2.994.272</u>	<u>327.628.943</u>	<u>9.241.777</u>	<u>336.870.720</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	250.000.000	(36.143)	132.638.253	(1.179.502)	-	(1.737.980)	(55.049.957)	74.670.814	2.994.272	327.628.943	9.241.777	336.870.720
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	1.168.016	153.082	(599.196)	(1.738.152)	(1.016.250)	(11.092.003)	(12.108.253)	(649.263)	(12.757.516)
Aplicação do resultado consolidado de 2011:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	2.994.272	2.994.272	(2.994.272)	-	-	-
Aquisição de Acções próprias	-	(228.562)	-	-	-	-	-	-	-	(228.562)	-	(228.562)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.556	119.556
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(42.667)	(42.667)	-	(42.667)	(4.431)	(47.098)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>250.000.000</u>	<u>(264.705)</u>	<u>132.638.253</u>	<u>(11.486)</u>	<u>153.082</u>	<u>(2.337.176)</u>	<u>(53.836.504)</u>	<u>76.606.169</u>	<u>(11.092.003)</u>	<u>315.249.461</u>	<u>8.707.639</u>	<u>323.957.100</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES E PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011	4 Trimestre 12 ¹	4º Trimestre 11 ¹
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		112.795.703	142.830.165	29.537.878	37.688.482
Pagamentos a fornecedores		(73.538.547)	(102.949.672)	(20.274.362)	(28.728.792)
Pagamentos ao pessoal		(38.581.231)	(41.027.715)	(10.378.990)	(11.361.458)
Fluxos gerados pelas operações		<u>675.925</u>	<u>(1.147.222)</u>	<u>(1.115.474)</u>	<u>(2.401.768)</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1.359.996)	(1.869.478)	(1.298.533)	(2.051.930)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		<u>2.202.975</u>	<u>(3.445)</u>	<u>(110.012)</u>	<u>1.062.424</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1.518.904</u>	<u>(3.020.145)</u>	<u>(2.524.019)</u>	<u>(3.391.274)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	47	29.223.861	45.314.594	20.018.958	310.522
Activos fixos tangíveis		312.100	1.282.208	106.019	340.011
Juros e proveitos similares		649.850	575.583	163.142	306.632
Empréstimos concedidos		-	96.856	-	-
Dividendos		214.698	201.314	-	-
		<u>30.400.509</u>	<u>47.470.555</u>	<u>20.288.119</u>	<u>957.165</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	47	(292.060)	(6.199.799)	32.658	(1.934)
Activos fixos tangíveis		(12.047.596)	(11.916.883)	(4.216.597)	(1.115.959)
Activos intangíveis		(838.845)	(277.326)	(421.405)	155.670
Empréstimos concedidos		(10.387)	(170.000)	(10.387)	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>17.211.621</u>	<u>28.906.547</u>	<u>15.672.388</u>	<u>(5.058)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		38.418.299	61.692.285	(12.905.235)	(25.950.619)
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		75.985	-	75.985	-
		<u>38.494.284</u>	<u>61.692.285</u>	<u>(12.829.250)</u>	<u>(25.950.619)</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(44.895.257)	(76.038.697)	762.834	33.816.122
Juros e custos similares		(12.456.940)	(11.024.417)	(1.581.467)	(2.356.436)
Aquisições de acções (quotas) próprias		(228.562)	(36.143)	(163.705)	(36.143)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(57.580.759)</u>	<u>(87.099.257)</u>	<u>(982.338)</u>	<u>31.423.543</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(355.950)</u>	<u>479.430</u>	<u>(663.219)</u>	<u>2.076.592</u>
Efeito das diferenças de câmbio		20.968	(9.430)	8.855	(13.804)
Caixa e seus equivalentes no início do período	21	2.986.070	2.497.210	3.281.226	895.674
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21	<u>2.609.152</u>	<u>2.986.070</u>	<u>2.609.152</u>	<u>2.986.070</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

¹ Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Álvaro Carmona e Costa Portela

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA ("Empresa", "Grupo" ou "Sonae Capital") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 ("Grupo Sonae Capital") e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples da Sonae, SGPS, SA, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

No âmbito do processo de reflexão estratégica que decorreu no primeiro semestre de 2012, foram identificados como estratégicos dois ramos de actividade distintos e autónomos:

- O primeiro, liderado pela Sonae Turismo, SGPS, SA, desenvolve negócios enquadrados no sector do turismo, através do desenvolvimento e gestão de *resorts* turísticos, no sector hoteleiro, através da gestão de unidades hoteleiras e serviços e no sector de *health & fitness*, por via da gestão de *health clubs*;
- O segundo ramo de actividade, liderado pela Spred, SGPS, SA, compreende três áreas de negócio distintas: refrigeração, AVAC e manutenção; Energia e Ambiente (serviços energéticos nas áreas de cogeração, solar térmica e fotovoltaica) e gestão de uma carteira de participações numa lógica de investimento financeiro.

Em resultado do exercício de reflexão efectuada, foi decidido descontinuar a gestão de activos imobiliários enquanto unidade de negócio, abandonando-se desta forma o desenvolvimento do segmento orientado para a detenção, desenvolvimento e gestão de activos imobiliários.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas filiais, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto no caso de instrumentos financeiros derivados e investimentos disponíveis para venda, que se encontram registados pelo justo valor.

Em 1 de Julho de 2012, a Sonae Capital deixou de ter um representante no Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede. Assim, a Sonae Capital perdeu a influência significativa detida no Fundo Imosede dado que actualmente não pode em nenhum caso influenciar as políticas de natureza operacional ou as políticas financeiras e não possui qualquer direito futuro sobre a nomeação de outro administrador, capacidade detida exclusivamente pela sociedade gestora do Fundo Imosede. No decurso desta situação, a contabilização do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede alterou para Investimentos disponíveis para venda. A diferença do valor de investimento de associada para o justo valor foi reconhecida em Setembro de 2012 em Resultados. As variações de justo valor posteriores a Setembro de 2012 estão a ser reconhecidas por capitais próprios.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões

- a) em vigor durante o exercício de 2012 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012:

	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgações – Transferências de Activos Financeiros)	22-11-2011	01-07-2011

- b) em vigor em exercícios posteriores a 31 de Dezembro de 2012:

	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Apresentação das rubricas de Outro Rendimento Integral)	05-06-2012	01-07-2012
Emendas à IAS 19 – Benefícios de empregados	05-06-2012	01-01-2013
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 12 – Divulgação de Interesses em Entidades	11-12-2012	01-01-2014
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas	11-12-2012	01-01-2014
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS (Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para adoptantes pela primeira vez)	11-12-2012	01-01-2013
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Imposto Diferido)	11-12-2012	01-01-2013
IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor	11-12-2012	01-01-2013
IFRIC 20 – Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto	11-12-2012	01-01-2013
Emendas à IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgações – Compensação entre Activos Financeiros e Passivos Financeiros)	13-12-2012	01-01-2013
Emendas à IAS 32 - Instrumentos financeiros (Apresentação – Compensação entre Activos Financeiros e Passivos Financeiros)	13-12-2012	01-01-2014

Não são esperados efeitos significativos com a futura adopção das normas supramencionadas.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

- a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de

controlo utilizada pelo Grupo) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capitais próprios são atribuídas aos detentores de interesses sem controlo mesmo que essas rubricas assumam valores negativos.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição da participação acrescido do valor de interesses sem controlo face ao justo valor dos activos e passivos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do valor de interesses sem controlo e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses sem controlo são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas nas quais o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) e em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou empresa controlada conjuntamente, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas ou empresas controladas conjuntamente são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhados na Nota 6.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente (Nota 6).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor das diferenças de consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Final do período	Media do período	Final do período	Media do período
Libra Inglesa	1,22534	1,23368	1,16850	1,14966
Real Brasileiro	0,36988	0,39996	0,41083	0,43213
Kwanza Angolano	0,00791	0,00817	0,00792	0,00764

Fonte Bloomberg

2.3 Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade, detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica Provisões e perdas por imparidade da demonstração consolidada de resultados, com excepção das relativas a activos registados em existências cuja imparidade é registada em Custo das vendas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de activos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4 Activos Intangíveis

Os Activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Activos Intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como Activos Intangíveis.

O Grupo passou a adoptar a partir do exercício de 2009 o "IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços", nas situações em que uma entidade pública atribui, sob a forma de concessão, o fornecimento de serviços públicos. A única concessão detida pelo Grupo enquadrável nesta norma é a exploração da Marina de Tróia, sendo que o Grupo segue o modelo do activo fixo intangível, uma vez que recebeu o direito de debitar aos utentes o serviço público, não lhe sendo dada no entanto, por parte do concedente, garantia sobre o nível de rédito a ser recebido durante o período de concessão. De acordo com este modelo, todos os custos relacionados com a respectiva infraestrutura são reconhecidos como Activos Intangíveis e amortizados linearmente ao longo do período de concessão.

As amortizações dos Activos Intangíveis são calculadas, após se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde geralmente a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados, com excepção dos activos associados à concessão da Marina de Tróia, registados na rubrica “Activos Intangíveis” ao abrigo do “IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”, os quais são amortizados durante o período da concessão (50 anos).

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos a efectuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Locações em que o Grupo age como locador

Nas situações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e as rendas são reconhecidas na demonstração de resultados de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos correntes e são creditados na demonstração dos resultados, na rubrica Outros proveitos operacionais em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos subsidiados.

2.7 Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de Consolidação

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efectiva dos mesmos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em existências são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.10 Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no curso normal da actividade.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semiacabados, subprodutos e trabalhos em curso.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados no balanço consolidado como Investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até ao vencimento. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em empresas que não sejam cotadas e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica Reservas de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) numa rubrica de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo entrega dinheiro ou fornece bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de Clientes e as Outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Provisões e perdas por imparidade em contas a receber, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por não se considerar material o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de *funding*.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou *hedge accounting*, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

h) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos bancários de curto prazo no balanço consolidado.

2.13 Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Capital, SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e é posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro.

2.14 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação ou dos grupos de empresas no caso de opção pelo regime de tributação especial de grupos de sociedades, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito das obras em curso no final de cada exercício é reconhecido da seguinte forma: quando a facturação é superior aos custos incorridos correspondentes, o excesso é registado na rubrica Outros passivos correntes, quando os custos incorridos são superiores à facturação efectuada correspondente, o excesso é registado na rubrica Produtos e trabalhos em curso.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registados

como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registado directamente em capital próprio.

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;
- d) Estimativas de lucros tributáveis futuros e recuperabilidade de activos por impostos diferidos;
- e) Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Informação por segmentos

A informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 48.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu balanço consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de trading ou fins especulativos;
- Os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado nos planos de negócios;
- A contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas instituições financeiras com *rating* mínimo de Investment Grade e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o *standard* de mercado (ISDA - International Swaps and Derivatives Association), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevaletentes à data de balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2012 seria inferior em 1.141.051 euros e superior em 1.147.308 euros (em 31 de Dezembro de 2011 seria inferior em 1.026.125 euros e superior em 1.004.629 euros). O capital próprio sem resultado líquido resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2012 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2011 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

c) Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital, enquanto Grupo com presença essencialmente Ibérica, apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

Relativamente ao risco de translação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos a participadas são denominados em euros, não existe qualquer exposição a este risco.

Relativamente ao risco de transacção, sempre que surgem exposições a este nível é efectuada a gestão deste risco principalmente através do recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo, de forma a eliminar a volatilidade das flutuações cambiais, e consequentemente aumentar a certeza dos fluxos de caixa. Pontualmente, e caso os montantes envolvidos e grau de incerteza sejam relevantes, o Grupo, mediante a aprovação casuística do Conselho de Administração, poderá recorrer à utilização de opções.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade á variação da taxa de câmbio.

d) Outros Risco de Preço

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portefólio.

Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- uma regular monitorização das contas de cliente;
- o estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, o Grupo:

- Só executa operações com contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade* e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo;

- Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Operações de Compra/Venda de participações: No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de *due diligences*, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação, exigência de garantias bancárias, criação de *escrow accounts*, obtenção de colaterais, entre outros.

3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da Holding, procurando otimizar a função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual quer ao nível consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos seis meses) e programas de papel comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Tal como referido na Nota 2. As alterações às normas internacionais de relato financeiro não resultaram em alterações relevantes de políticas contabilísticas. Não ocorreram correcções de erros materiais de períodos anteriores.

5. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Capital SGPS, SA	Maia	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Turismo					
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	a) Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, SA	a) Marco de Canaveses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Atlantic Ferries - Traf.Loc.Flu.e Marit., SA	a) Grândola	83,41%	83,41%	80,00%	80,00%
1) Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado WTC	a) Maia	99,82%	99,82%	99,84%	99,84%
Golf Time - Golfe e Inv.Turísticos, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoarea Investimentos Turísticos,SGPS, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Imoferro-Soc.Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) Investalentejo, SGPS, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marina de Tróia, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Marina Magic -Exploração de Centros Lúd, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marvero-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) Modus Faciendi – Gestão e Serviços, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SII - Soberana Investimentos Imobiliários, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sete e Meio-Investimentos e Consultadoria,SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solinca - Health & Fitness, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solinca-Investimentos Turísticos, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
8) Solinfitness - Club Málaga, SL	a) Málaga (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Solswim – Gestão e Expl.de Equip. Aquáticos, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Turismo - SGPS, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontur, BV	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Market, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Natura, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiareort - Investimentos Turísticos, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) World Trade Center Porto, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC Assets					
Bloco Q-Sociedade Imobiliária, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bloco W-Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Empreend.Imob.Quinta da Azenha, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Centro Residencial da Maia,Urbân., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Country Club da Maia-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6)	Espimaia, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imobiliária da Cacula, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoponte-Soc.Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosedas-Imobiliária e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Implantação – Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Porturbe-Edifícios e Urbanizações, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium II-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium – Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium-SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Prédios Privados Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predisedas-Predial das Sedas, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Promessa Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Assets, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soconstrução, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turísticos, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Torre São Gabriel-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Urbisedas-Imobiliária das Sedas, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Vistas do Freixo-Emp.Tur.imobiliários,SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spred						
	Contacto Concessões, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cronosaúde – Gestão Hospitalar, SA	a)	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Ecociclo II – Energias, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Friengineering, SA	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Inparvi SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Integrum Colombo – Energia, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Integrum-Energia, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Integrum Martim Longo - Energia, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Integrum Vale do Caima- Energia, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Invesaude – Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Martimope - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

	SC – Eng. e Promo Imobiliária,SGPS,SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Sistavac, SGPS, SA	a) Matosinhos	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
	Sistavac, SA	a) Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
4)	SKK Distribucion de Refrigeración, S.R.L.	a) Espanha	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	SKK-Central de Distr., SA	a) Porto	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	SKKFOR - Ser.For.e Desen. de Recursos, SA	a) Maia	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Société de Tranchage Isoroy SAS	a) Honfleur (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sopair, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Spinarq–Engenharia, Energia e Ambiente,SA	a) Luanda (Angola)	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%
	Spred SGPS, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outras

	Interlog-SGPS, SA	a) Lisboa	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%
4)	Rochester Real Estate, Ltd	a) Kent (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC – Sociedade de Consultadoria, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC-SGPS, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Finance, BV	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

a) Controlo detido por maioria dos votos

- 1) Filial incluída no segmento SC Assets no ano de 2011;
- 2) Filial constituída no período;
- 3) Ex-Selfrio, SGPS, SA;
- 4) Filial liquidada no período;
- 5) Filial alienada no período;
- 6) Filial absorvida por fusão na SC Assets, SGPS, SA;
- 7) Filial absorvida por fusão na Sonae Turismo, SGPS, SA;
- 8) Filial operacionalmente encerrada no período.

As empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As empresas associadas e conjuntamente controladas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011		31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
		Directo	Total	Directo	Total		
Turismo e SC Assets							
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	637.735	860.217
1) Sociedade de Construções do Chile, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário	Maia	-	-	45,45%	45,45%	-	57.713.465
2) Fechado Imosedede							
1) Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
1) Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Spred							
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24,50%	24,50%	24,50%	24,50%	510.194	400.936
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	Lisboa	36,00%	36,00%	36,00%	36,00%	3.494.106	1.061.618
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA	Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	24.000	24.000
Total						4.666.035	60.060.236

- 1) Os valores nulos de participação resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial na Andar – Sociedade Imobiliária, SA, detentora da totalidade destas participações.
- 2) Alteração de método de consolidação decorrente de perda de influência significativa após 1 Julho 2012. O Fundo Imosedede passou a ser classificado como um activo disponível para venda.

As empresas associadas e as empresas conjuntamente controladas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Os valores de balanço nulos resultam da redução do valor de aquisição por aplicação do método da equivalência patrimonial, descontinuando o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais ao abrigo da IAS 28.

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Total de Activos	684.639.926	815.672.321
Total de Passivos	628.141.343	639.016.620
Proveitos	123.046.279	124.980.188
Custos	114.807.275	114.912.419

Os montantes referidos nesta nota relativa aos principais indicadores financeiros de associadas, incluem em Dezembro de 2011 os seguintes valores referentes ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo:

Total de Activos de 131.620.071 euros e de passivos 4.637.751 euros, bem como 11.357.838 euros de total de Proveitos e 5.732.146 euros de total de Custos.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Saldo em 1 de Janeiro	60.092.179	72.410.209
Aquisições durante o período	195.600	346.712
Alienações durante o período	-	(18.023.453)
Equivalência patrimonial	3.372.545	5.358.711
Mudança de método de consolidação	(58.962.346)	-
Saldo em 31 Dezembro	4.697.978	60.092.179
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22)	(31.943)	(31.943)
	<u>4.666.035</u>	<u>60.060.236</u>

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de 3.501.150 euros em resultados relativos a empresas associadas (5.166.233 euros em 31 de Dezembro de 2011), e -128.605 euros de outras variações registadas em reservas (192.478 euros em reservas em 31 de Dezembro de 2011).

7. OUTROS INVESTIMENTOS

As empresas incluídas em Outros Investimentos são as empresas cujas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
		31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011			
		Directo	Total	Directo	Total		
Turismo							
Infratroia – Emp. de Infraest. de Troia, E.N.	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	64.747	64.747
SC Assets							
1) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	Maia	32,36%	32,36%	-	-	49.286.915	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	Maia	0,06%	0,06%	0,06%	0,06%	124.934	112.025

Spred

Net, SA	Lisboa	2,80%	2,80%	2,80%	2,80%	11.132	11.132
Sear - Sociedade Europeia de Arroz, SA	Santiago do Cacém	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	150.031	150.031
Fundo de Capital de Risco F-HITEC	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	250.000	250.000
Outros investimentos						437.448	427.446
Total (Nota 13)						50.325.207	1.015.381

Os valores de balanço nulos decorrem do registo de perdas de imparidade.

- 1) Anteriormente incluída pelo método de equivalência patrimonial.

8. ALTERAÇÕES OCORRIDA NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício ocorreu a seguinte alienação:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		Na data da alienação da participação	
		Directo	Total
Edifícios Saudáveis Consultores – Ambiente e Energia em Edifícios, SA	Porto	100,00%	100,00%

A alienação supramencionada teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Data da alienação da participação	31 Dezembro 2011
Activos líquidos alienados		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11)	35.315	35.315
Existências	-	-
Outros activos	99.862	167.760
Caixa e equivalentes de caixa	4.327	1.219
Outros passivos	(154.336)	(159.849)
	(14.832)	44.445
Diferenças de consolidação (Nota 12)	39.869	
	25.037	44.445
Ganho/(Perda) na saída	(14.134)	
	10.903	44.445
	Data da alienação da participação	31 Dezembro 2011
Vendas e prestações de serviços	362.672	587.259
Outros proveitos operacionais	6.684	83.965
Outros custos operacionais	(435.592)	(669.888)
Resultado financeiro	(198)	(3.950)
Resultado antes impostos	(66.434)	(2.614)
Imposto sobre o rendimento	(2.622)	(7.163)
Resultado líquido	(69.056)	(9.777)

9. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1, foram classificados como segue:

Activos financeiros	Nota	Classe de instrumentos financeiros					Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
		Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Investimentos detidos até ao vencimento	Sub-total			
A 31 de Dezembro de 2012								
Activos não correntes								
Outros investimentos	13	-	50.325.207	-	50.325.207	-	50.325.207	
Outros activos não correntes	14	20.481.928	-	-	20.481.928	-	20.481.928	
		20.481.928	50.325.207		70.807.135	-	70.807.135	
Activos correntes								
Clientes	16	23.475.283	-	-	23.475.283	-	23.475.283	
Outras dividas de terceiros	17	7.703.322	-	-	7.703.322	-	7.703.322	
Caixa e equivalentes de caixa	21	3.244.695	-	-	3.244.695	-	3.244.695	
		34.423.300	-	-	34.423.300	-	34.423.300	
		54.905.228	50.325.207	-	105.230.435	-	105.230.435	
A 31 de Dezembro de 2011								
Activos não correntes								
Outros investimentos	13	-	1.015.381	-	1.015.381	-	1.015.381	
Outros activos não correntes	14	21.820.629	-	-	21.820.629	-	21.820.629	
		21.820.629	1.015.381	-	22.836.010	-	22.836.010	
Activos correntes								
Clientes	16	26.595.961	-	-	26.595.961	-	26.595.961	
Outras dividas de terceiros	17	7.904.975	-	-	7.904.975	-	7.904.975	
Caixa e equivalentes de caixa	21	3.980.640	-	-	3.980.640	-	3.980.640	
		38.481.576	-	-	38.481.576	-	38.481.576	
		60.302.205	1.015.381	-	61.317.586	-	61.317.586	

Passivos financeiros	Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2012				
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	24	70.140.254	-	70.140.254
Empréstimos obrigacionistas	24	59.655.971	-	59.655.971
Outros empréstimos	24	28.879.450	-	28.879.450
Outros passivos não correntes	27	3.879.350	117.960	3.997.310
		<u>162.555.024</u>	<u>117.960</u>	<u>162.672.984</u>
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	21 e 24	96.937.328	-	96.937.328
Outros empréstimos	24	3.701.920	-	3.701.920
Empréstimos obrigacionistas	24	-	-	-
Fornecedores	29	17.589.482	-	17.589.482
Outras dívidas a terceiros	30	2.363.836	2.086.034	4.449.870
		<u>120.592.567</u>	<u>2.086.034</u>	<u>122.678.601</u>
		<u>283.147.591</u>	<u>2.203.994</u>	<u>285.351.585</u>
Passivos financeiros				
	Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2011				
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	24	91.421.464	-	91.421.464
Empréstimos obrigacionistas	24	59.509.816	-	59.509.816
Outros empréstimos	24	31.633.604	-	31.633.604
Outros passivos não correntes	27	4.045.519	3.109.988	7.155.507
		<u>186.610.403</u>	<u>3.109.988</u>	<u>189.720.391</u>
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	21 e 24	49.135.397	-	49.135.397
Outros empréstimos	24	3.422.096	-	3.422.096
Empréstimos obrigacionistas	24	30.000.000	-	30.000.000
Fornecedores	29	14.851.465	-	14.851.465
Outras dívidas a terceiros	30	1.940.444	2.046.359	3.986.803
		<u>99.349.401</u>	<u>2.046.359</u>	<u>101.395.760</u>
		<u>285.959.804</u>	<u>5.156.347</u>	<u>291.116.151</u>

10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos fixos tangíveis						Total dos Activos fixos tangíveis
	Terrenos e Edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Activo bruto:							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	200.519.144	119.006.537	1.404.553	6.549.968	3.463.524	13.774.203	344.717.929
Investimento	351.691	67.228	253.389	38.436	13.609	9.868.575	10.592.928
Desinvestimento	(1.252.858)	(371.140)	(59.708)	(1.011.482)	(1.188.396)	(1.563)	(3.885.147)
Variações cambiais	(8.584)	(975)	9.658	(2.242)	(4.962)	-	(7.105)
Transferências	15.435.777	13.073.158	141	100.146	123.449	(14.283.117)	14.449.554
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	215.045.171	131.774.808	1.608.033	5.674.826	2.407.224	9.358.098	365.868.160
Variações do perímetro (saídas)	-	(133.284)	-	(31.868)	(54.335)	-	(219.487)
Investimento	90.973	91.274	181.565	26.407	29.641	10.822.810	11.242.670
Desinvestimento	(617.236)	(1.979.838)	(100.136)	(395.263)	(26.479)	(2.325)	(3.121.277)
Variações cambiais	-	(5.039)	(7.615)	(5.985)	(6.692)	-	(25.331)
Transferências	9.748.793	13.642.690	(106.145)	10.935	66.748	(8.072.751)	15.290.270
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	224.267.701	143.390.611	1.575.702	5.279.052	2.416.107	12.105.832	389.035.005
Amortizações e perdas por imparidades acumuladas							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	44.334.203	34.033.947	1.089.479	4.927.268	2.643.287	-	87.028.184
Depreciações e perdas de imparidade do período 1)	35.057.892	9.785.373	182.352	468.765	77.038	-	45.571.420
Desinvestimento 2)	(498.447)	(253.894)	(59.709)	(996.801)	(740.741)	-	(2.549.592)
Variações cambiais	(2.275)	(1.020)	1.421	(2.999)	(3.335)	-	(8.208)
Transferências	6	(202.917)	(33.726)	(19.430)	(5.797)	-	(261.864)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	78.891.380	43.361.489	1.179.817	4.376.803	1.970.452	-	129.779.941
Variações do perímetro (saídas)	-	(103.218)	-	(29.796)	(51.634)	-	(184.648)
Depreciações e perdas de imparidade do período 1)	5.272.414	10.203.351	208.641	360.136	81.350	-	16.125.892
Desinvestimento 2)	(662.479)	(1.947.009)	(97.074)	(254.151)	(9.470)	-	(2.970.183)
Variações cambiais	-	(1.702)	(3.301)	(4.237)	(3.994)	-	(13.234)
Transferências	209.697	95.199	(115.215)	(39.927)	30.033	-	179.787
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	83.711.012	51.608.110	1.172.868	4.408.828	2.016.737	-	142.917.555
Valor líquido							
A 31 de Dezembro de 2011	136.153.791	88.413.319	428.216	1.298.023	436.772	9.358.098	236.088.219
A 31 de Dezembro de 2012	140.556.689	91.782.501	402.834	870.224	399.370	12.105.832	246.117.450

1) Incluem perdas de imparidade no valor de 2.992.249 euros (32.227.417 euros em Dezembro de 2011).

2) Inclui reversão de perdas de imparidade no valor de 336.242 euros (9.797 euros em Dezembro 2011).

O património imobiliário do Grupo – Activos Fixos Tangíveis e empreendimentos imobiliários registados em Existências (excluindo imóveis detidos por fundos de imobiliário nos quais o Grupo detém unidades de participação) foi avaliado por entidade independente externa, no exercício de 2011.

Durante o exercício de 2012, ocorreram transferências de existências no montante de 16.291.918 euros (15.508.287 euros em Dezembro de 2011) relativos a projectos imobiliários temporariamente afectas a explorações turísticas.

O custo de aquisição dos Activos fixos tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, ascendia a 37.426.837 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 28.859.002 euros e de 31.329.630 euros, respectivamente (Nota 25).

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de activos fixos tangíveis em curso referem-se aos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Troiaresort	7.316.889	8.074.490
Projecto Fotovoltaico	3.260.000	-
Outros	1.528.943	1.283.608
	<u>12.105.832</u>	<u>9.358.098</u>

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos Intangíveis				Total dos activos Intangíveis
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em Curso	
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	7.441.756	2.649.462	8.202	36.788	10.136.208
Variações do perímetro - Nota 8	-	-	-	-	-
Investimento	332.175	30.227	-	79.799	442.201
Desinvestimento	(489)	(154.822)	-	-	(155.311)
Variações cambiais	-	(1.768)	-	-	(1.768)
Transferências	32.358	63.321	166.620	(49.660)	212.639
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	<u>7.805.800</u>	<u>2.586.420</u>	<u>174.822</u>	<u>66.927</u>	<u>10.633.969</u>
Variações do perímetro (saídas)	-	(22.464)	-	-	(22.464)
Investimento	184.500	17.884	-	695.744	898.128
Desinvestimento	(13.072)	(1.106.588)	(167.300)	-	(1.286.960)
Variações cambiais	-	(2.360)	-	-	(2.360)
Transferências	11.029	134.386	1.900	(117.231)	30.084
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	<u>7.988.257</u>	<u>1.607.278</u>	<u>9.422</u>	<u>645.440</u>	<u>10.250.397</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	836.125	2.041.853	8.202	-	2.886.180
Depreciações e perdas de imparidade do período	177.956	186.049	26.752	-	390.757
Desinvestimento	(489)	(138.331)	-	-	(138.820)
Variações cambiais	-	(1.081)	-	-	(1.081)
Transferências	2	18.833	(680)	-	18.155
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	<u>1.013.594</u>	<u>2.107.323</u>	<u>34.274</u>	<u>-</u>	<u>3.155.191</u>
Variações do perímetro (saídas)	-	(21.988)	-	-	(21.988)
Depreciações e perdas de imparidade do período	180.656	164.048	633	-	345.337
Desinvestimento	(13.072)	(1.018.006)	(26.752)	-	(1.057.830)
Variações cambiais	-	(1.374)	-	-	(1.374)
Transferências	(8.917)	8.917	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	<u>1.172.261</u>	<u>1.238.920</u>	<u>8.155</u>	<u>-</u>	<u>2.419.336</u>
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2011	<u>6.792.206</u>	<u>479.098</u>	<u>140.548</u>	<u>66.927</u>	<u>7.478.779</u>
A 31 de Dezembro de 2012	<u>6.815.996</u>	<u>368.359</u>	<u>1.267</u>	<u>645.440</u>	<u>7.831.062</u>

Em Dezembro de 2012, os activos da Marina de Tróia ascendem ao montante líquido de 6.290.637 euros (6.433.873 euros em 31 de Dezembro de 2011).

Foi atribuído em 2007 pela APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) ao Grupo o contrato de construção e exploração, em regime de serviço público de uma marina e serviços de apoio em Tróia, durante um período de 50 anos a partir da data de entrada em exploração da marina, podendo o prazo de concessão ser prorrogado por um período máximo de 10 anos por acordo entre as partes. Cessando a concessão reverterá gratuitamente para a concedente (APSS) o estabelecimento da concessão, com algumas excepções previstas no contrato.

O Grupo tem o direito de cobrar tarifas pelos serviços a prestar no âmbito da concessão, tendo os limites máximos de ser aprovados pela concedente sob proposta do concessionário.

Durante o período da concessão o Grupo obriga-se a manter em bom estado de funcionamento e conservação os meios que constituem o estabelecimento da concessão, e como contrapartida da concessão paga uma verba fixa anual e uma variável indexada à receita pela prestação de serviços.

A concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, desde que decorrido pelo menos o prazo da concessão e com aviso de pelo menos 1 ano de antecedência, tendo o Grupo direito a uma indemnização pelo valor da quota-parte do estabelecimento não amortizado, e uma indemnização pela receita perdida calculada de acordo com os termos do contrato.

12. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Valor Bruto:		
Saldo inicial	62.330.108	62.434.923
Diminuições por alienações de filiais (Nota 8)	(39.869)	-
Diminuições por alienações de activos de filiais	-	(104.815)
Saldo final	<u>62.290.239</u>	<u>62.330.108</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	1.301.596	1.301.596
Saldo final	<u>1.301.596</u>	<u>1.301.596</u>
Total Acumulado	<u><u>60.988.643</u></u>	<u><u>61.028.512</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica diferenças de consolidação tinha a seguinte composição:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
SC Assets	11.384.551	11.384.551
Turismo	24.384.960	24.384.960
Spred	25.195.861	25.235.730
Holding e Outras	23.271	23.271
	<u><u>60.988.643</u></u>	<u><u>61.028.512</u></u>

Uma parte significativa das diferenças de consolidação dos segmentos Turismo e SC Assets está relacionada com projectos imobiliários, os quais foram alvo de avaliação por uma entidade independente em 2011.

13. INVESTIMENTOS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	8.200.508	-	8.324.249	-
Aquisições durante o período	22.910	-	119.553	-
Alienações durante o período	-	-	(51.787)	-
Varição de perímetro	-	-	(191.507)	-
Saldo em 31 de Dezembro	8.223.418	-	8.200.508	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(7.707.935)	-	(7.707.935)	-
	515.483	-	492.573	-
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	651.807	-	651.807	-
Alienações durante o período	(19.874.257)	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	16.605.709	-	-	-
Transferências	52.555.464	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro	49.938.723	-	651.807	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(128.999)	-	(128.999)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 30 de Dezembro	49.809.724	-	522.808	-
	50.325.207	-	1.015.381	-

Os montantes indicados em “Justo valor” são relativos ao Fundo Imosede.

Tal como referido nas Notas 6 e 7, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede foi objecto de uma alteração de método de contabilização, passando a estar considerado no Balanço como um activo disponível para venda registado ao justo valor. Relativamente aos restantes investimentos indicados nesta nota, é entendimento do Grupo que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para os mesmos.

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

14. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas		
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	16.646.298	15.689.170
Outros	215.303	34.916
	16.861.601	15.724.086
Perdas por imparidade (Nota 32)	(34.916)	(34.916)
	16.826.685	15.689.170
Clientes e outros devedores		
Devedores por alienação de Investimentos Financeiros	2.457.493	4.914.984
Outros	1.197.750	1.216.475
Perdas por imparidade (Nota 32)	-	-
	3.655.243	6.131.459
Outros activos não correntes	20.481.928	21.820.629

Os valores incluídos em Outros activos não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

Os valores de devedores por alienação de Investimentos Financeiros são relativos à alienação em 2011 da Sociedade Imobiliária Tróia B3, S.A..

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de Clientes e outros devedores pode ser analisada como segue:

	Clientes e outros devedores	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Não vencido	2.484.521	5.009.984
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	26.019	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	1.144.703	1.121.475
	1.170.722	1.121.475
Vencido com registo de imparidade		
> 1 ano	-	-
	3.655.243	6.131.459

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas têm carácter de suprimentos sem prazo definido, não se encontrando consequentemente vencidos. Estes empréstimos são remunerados.

15. EXISTÊNCIAS

O detalhe de existências em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte, explicitando os valores correspondentes a empreendimentos imobiliários:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Total	dos quais empreendimentos imobiliários	Total	dos quais empreendimentos imobiliários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.268.569	-	1.047.342	-
Mercadorias	33.039.474	30.781.226	34.749.797	29.160.330
Produtos acabados e intermédios	76.347.355	76.347.355	96.759.113	96.759.113
Produtos e trabalhos em curso	80.592.327	78.222.630	80.094.214	78.978.708
Adiantamentos por conta de compras	68.459	-	68.459	-
	191.316.184	185.351.211	212.718.924	204.898.151
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 32)	(3.515.540)	(3.434.621)	(3.505.580)	(3.437.121)
	187.800.644	181.916.590	209.213.344	201.461.030

O património imobiliário do Grupo – Activos Fixos Tangíveis e empreendimentos imobiliários registados em Existências (excluindo imóveis detidos por fundos de imobiliário nos quais o Grupo detém unidades de participação) foi avaliado por entidade independente externa, no exercício de 2011.

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 ascendeu a 36.584.661 a 38.941.946 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Existências iniciais	35.797.138	47.380.174
Efeito da conversão cambial	(44.021)	25.814
Variações de perímetro	-	-
Compras	36.102.963	39.627.454
Regularizações de existências	(976.139)	(10.334.473)
Existências finais	34.308.043	35.797.138
	36.571.899	40.901.831
Perdas por imparidade (Nota 32)	12.762	1.219.211
Reversão de perdas por imparidade	-	(3.179.095)
Total Acumulado	36.584.661	38.941.946

16. CLIENTES

O detalhe de Clientes em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Clientes correntes		
SC Assets	133.602	765.734
Turismo	3.356.610	2.978.183
Spred	21.692.802	23.015.920
Holding e Outras	71.065	158.728
	<u>25.254.079</u>	<u>26.918.564</u>
Clientes, conta letras	131.485	327.414
Clientes de cobrança duvidosa	3.530.814	3.785.494
	<u>28.916.378</u>	<u>31.031.472</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(5.441.095)	(4.435.511)
Total Acumulado	<u><u>23.475.283</u></u>	<u><u>26.595.961</u></u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2012 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2012	Clientes				
	SC Assets	Turismo	Spred	Holding e Outras	Total
Não vencido	13.171	965.938	15.563.102	-	16.542.211
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	15.459	325.464	2.042.353	24.600	2.407.876
30 - 90 dias	6.038	339.648	1.707.454	367	2.053.507
+ 90 dias	101.305	463.520	1.717.460	46.099	2.328.384
Total	<u>122.801</u>	<u>1.128.632</u>	<u>5.467.267</u>	<u>71.066</u>	<u>6.789.766</u>
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	2.327	27.204	19.972	-	49.503
90 - 180 dias	3.464	134.333	-	-	137.797
180 - 360 dias	7.759	95.717	-	-	103.476
+ 360 dias	173.006	2.692.512	2.334.600	93.508	5.293.626
Total	<u>186.555</u>	<u>2.949.766</u>	<u>2.354.572</u>	<u>93.508</u>	<u>5.584.401</u>
Actividades Continuadas antes de imparidades	<u><u>322.527</u></u>	<u><u>5.044.336</u></u>	<u><u>23.384.941</u></u>	<u><u>164.574</u></u>	<u><u>28.916.378</u></u>

31 Dezembro 2011	SC Assets	Turismo	Spred	Holding e Outras	Total
Não vencido	179.714	518.061	12.677.318	24.511	13.399.604
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	66.815	148.998	5.466.996	14.019	5.696.828
30 - 90 dias	134.584	748.269	3.130.384	15.088	4.028.325
+ 90 dias	359.369	592.033	2.162.552	105.110	3.219.064
Total	560.768	1.489.300	10.759.932	134.217	12.944.217
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	2.250	47.718	-	-	49.968
90 - 180 dias	3.373	80.804	-	-	84.177
180 - 360 dias	23.267	148.746	19.837	-	191.850
+ 360 dias	218.749	2.324.255	1.365.146	453.508	4.361.657
Total	247.638	2.601.523	1.384.983	453.508	4.687.652
Actividades Continuadas antes de imparidades	988.119	4.608.884	24.822.233	612.236	31.031.472

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente o Grupo considera que a exposição máxima ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado no balanço consolidado.

17. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas		
Sit B3	-	-
Outros	68.102	224.547
	68.102	224.547
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	1.240.239	1.130.303
Alienação de imobilizado	14.720	4.859
Alienação de investimentos financeiros	24.203.831	24.756.968
Outros	10.042.786	9.521.048
	35.501.576	35.413.178
Outras Dívidas de Terceiros	35.569.678	35.637.725
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(27.866.356)	(27.732.750)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	7.703.322	7.904.975
Total Acumulado	7.703.322	7.904.975

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Não vencido	3.118.973	3.675.792
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	302.391	700.100
30 - 90 dias	282.396	209.487
+ 90 dias	3.967.334	3.130.263
Total	4.552.121	4.039.850
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	1.451	65
90 - 180 dias	197	-
180 - 360 dias	1.451	4.375
+ 360 dias	27.827.383	27.693.096
Total	27.830.482	27.697.536
Outros devedores antes de imparidades	35.501.576	35.413.178

A 31 de Dezembro 2012, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	5.860.952	5.522.678
Imposto sobre o valor acrescentado	6.166.066	6.472.778
Outros Impostos	353.599	389.875
Total Acumulado	12.380.617	12.385.331
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	3.946.103	1.942.520
Imposto sobre o valor acrescentado	891.767	1.804.656
Retenção na fonte - Imposto sobre o rendimento	1.202.554	1.097.933
Contribuições para a Segurança Social	564.911	637.483
Outros Impostos	121.859	114.061
Total Acumulado	6.727.194	5.596.653

19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Juros a receber	1.195.981	1.098.341
Gastos a reconhecer - fornecimentos e serviços externos	756.891	740.609
gastos a reconhecer - rendas	292.513	211.172
Outros activos correntes	2.304.951	645.222
Total Acumulado	4.550.336	2.695.344

20. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Homogeneização de amortizações	1.019.814	963.841	2.440.744	2.077.347
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	9,907,502	10.137.246	40.234	-
Anulação de Activos fixos tangíveis e intangíveis	620.196	888.433	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	273.593	410.390	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	113.359	173.406
Prejuízos fiscais reportáveis	15.800.521	10.922.466	-	-
Instrumentos Financeiros	-	-	2.590.303	-
Anulação de existências	-	-	1.020.906	1.104.407
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do justo valor de passivos mlp	-	-	7.746.432	7.757.222
Outros	227.451	241.061	392.548	422.973
	27.849.077	23.563.437	14.344.526	11.535.355

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Saldo inicial	23.563.437	19.655.869	11.535.355	3.616.046
Efeito em resultados (Nota 43):				
Homogeneização de amortizações	55.972	(535.022)	363.397	607.871
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	(229.744)	7.171.891	40.234	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	(268.237)	(330.836)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(136.797)	(136.796)	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	-	(294.447)
Prejuízos fiscais reportáveis	4.878.055	(2.472.549)	-	-
Anulação de existências	-	-	-	(24.184)
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do justo valor de passivos mlp	-	-	-	7.757.222
Intrumentos financeiros	-	-	2.590.303	-
Outros	(13.609)	229.565	(124.717)	(36.651)
	<u>4.285.640</u>	<u>3.926.253</u>	<u>2.869.217</u>	<u>8.009.811</u>
Efeito em reservas:	-	(18.685)	(60.046)	(90.502)
Saldo final	<u>27.849.077</u>	<u>23.563.437</u>	<u>14.344.526</u>	<u>11.535.355</u>

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas que registam activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2006	-	-	2012	326.542	81.635	2012
Gerados em 2007	1.416.550	354.137	2013	1.416.550	354.137	2013
Gerados em 2008	1.426.557	356.639	2014	1.426.557	356.639	2014
Gerados em 2009	6.448.363	1.612.091	2015	6.448.363	1.612.091	2015
Gerados em 2010	18.343.706	4.585.927	2014	18.432.007	4.608.002	2014
Gerados em 2011	18.076.637	4.519.159	2015	15.136.075	3.784.019	2015
Gerados em 2012	16.718.251	4.179.563	2017	-	-	
	<u>62.430.063</u>	<u>15.607.516</u>		<u>43.186.092</u>	<u>10.796.523</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	569.640	193.005		490.158	125.943	
	<u>62.999.704</u>	<u>15.800.521</u>		<u>43.676.250</u>	<u>10.922.466</u>	

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Os activos por impostos diferidos foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças temporárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Em 31 de Dezembro de 2012 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 177.450.385 euros (172.302.504 euros em 31 de Dezembro de 2011), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados e que se detalham como segue:

	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2006	-	-	2012	16.259.895	4.064.974	2012
Gerados em 2007	17.895.099	4.473.774	2013	18.052.642	4.513.161	2013
Gerados em 2008	37.294.794	9.323.699	2014	37.313.096	9.328.274	2014
Gerados em 2009	42.270.653	10.567.664	2015	49.919.363	12.479.840	2015
Gerados em 2010	17.922.419	4.480.605	2014	18.523.204	4.630.801	2014
Gerados em 2011	19.698.860	4.924.715	2015	17.677.579	4.419.395	2015
Gerados em 2012	22.854.282	5.713.579	2017	-	-	
	<u>157.936.107</u>	<u>39.484.036</u>		<u>157.745.779</u>	<u>39.436.445</u>	
Sem limite de data de utilização	1.186.715	395.532		1.186.715	395.532	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	18.327.563	5.427.546		13.370.010	3.944.355	
	<u>19.514.278</u>	<u>5.823.079</u>		<u>14.556.725</u>	<u>4.339.887</u>	
	<u>177.450.385</u>	<u>45.307.115</u>		<u>172.302.504</u>	<u>43.776.332</u>	

21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Numerário	161.516	1.689.543
Depósitos bancários	3.083.179	2.291.097
Aplicações de tesouraria	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>3.244.695</u>	<u>3.980.640</u>
Descobertos bancários (Nota 24)	(135.542)	(494.571)
Depósito caução	(500.000)	(500.000)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>2.609.152</u>	<u>2.986.070</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 24).

22. CAPITAL PRÓPRIO

A Sonae Capital, SGPS, SA tem o capital social representado por 250.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de um euro.

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 a Sonae Capital SGPS, S.A., detém 1.600.310 acções próprias (151.600 acções em 31 de Dezembro de 2011), registadas por 264.705 euros (36.143 euros em 31 de Dezembro de 2011).

23. INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2012 e de 2011 foram os seguintes:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Saldo inicial em 1 de Janeiro	9.241.777	12.454.796
Varição das Reservas de Cobertura	9.230	(18.104)
Varição de percentagem em filiais	119.556	(4.103.273)
Varição resultante da conversão cambial	(23.677)	(24.529)
Outras variações	(4.431)	141.287
Resultado do período atribuível aos interesses sem controlo	(634.816)	791.600
Saldo final	8.707.639	9.241.777

24. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de Dezembro de 2011 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011		Vencimento
	Montante utilizado		Montante utilizado		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Empréstimos bancários					
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	10.000.000	-	-	30.000.000	Mar/2013
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	58.450.000	-	39.600.000	-	Mar/2018
Sonae Capital SGPS - papel comercial e)	-	8.250.000	-	12.250.000	Jan/2014
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	23.950.000	-	-	16.000.000	Ago/2016
Sonae Capital SGPS - papel comercial f)	2.000.000	-	4.550.000	-	Fev/2016
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	-	-	3.000.000	-	Jun/2016
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	-	30.000.000	-	-	Dez/2017
Sistavac SA - papel comercial	-	-	700.000	-	Mai/2012
Sonae Capital SGPS h)	2.000.000	31.000.000	650.000	33.000.000	Jun/2017
Custos de montagem de financiamentos		(317.336)	-	(437.911)	
Outros	401.786	1.207.589	140.825	609.375	
	<u>96.801.786</u>	<u>70.140.254</u>	<u>48.640.825</u>	<u>91.421.464</u>	
Descobertos bancários (Nota 21)	135.542	-	494.571	-	
Empréstimos bancários	<u>96.937.328</u>	<u>70.140.254</u>	<u>49.135.397</u>	<u>91.421.464</u>	
Empréstimos por Obrigações					
Obrigações Sonae Capital 2007/2012	-	-	30.000.000	-	Dez/2012
Obrigações Sonae Capital 2011/2016	-	10.000.000	-	10.000.000	Jan/2016
Obrigações SC, SGPS, S.A. 2008/2018	-	50.000.000	-	50.000.000	Mar/2018
Custos de montagem de financiamentos	-	(344.029)	-	(490.184)	
Empréstimos por Obrigações	<u>-</u>	<u>59.655.971</u>	<u>30.000.000</u>	<u>59.509.816</u>	
Outros empréstimos	<u>689.568</u>	<u>1.803.305</u>	<u>675.655</u>	<u>2.490.273</u>	
Instrumentos derivados (Nota 26)	199.115	2.532.557	138.448	1.733.828	
Credores por locações financeiras	2.813.237	24.657.747	2.607.993	27.536.520	
Custos de montagem de locações financeiras	-	(114.159)	-	(127.017)	
	<u>100.639.248</u>	<u>158.675.674</u>	<u>82.557.493</u>	<u>182.564.884</u>	

- a) Programa de emissões de títulos de papel comercial com garantia de subscrição, iniciado em 14 de Março de 2008 e válido por um período de 5 anos.
- b) Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos, podendo ser prorrogado por iniciativa da Sonae Capital. Emissões colocadas junto de investidores e/ou instituições financeiras suportadas por linhas de crédito *committed* de prazos entre 6 meses e um ano, contratadas junto de bancos de relacionamento.
- c) Programa de emissão de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Março de 2011 e válido até Agosto de 2016.
- d) Programa de emissão de títulos de papel comercial com garantia de subscrição, iniciado em 27 de Dezembro de 2012 e válido até Dezembro de 2017.
- e) Programa de emissões de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Dezembro de 2010 com renovações anuais até 3 anos.

- f) Programa de emissão de títulos de papel comercial de curto prazo, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Fevereiro de 2011 e válido por um ano, sendo automaticamente prorrogável por sucessivos e iguais períodos até ao máximo de 5 anos.
- g) Programa de emissão de títulos de papel comercial de curto prazo, com garantia de subscrição, iniciado em 1 de Junho de 2011 e válido por um ano, sendo automaticamente prorrogável por sucessivos e iguais períodos até ao máximo de 5 anos
- h) Empréstimo bancário garantido por hipoteca sobre imóveis, iniciado em 2 de Junho de 2011 válido por um período de 6 anos com amortizações anuais.

Em 31 de Dezembro de 2012 o resumo dos empréstimos obrigacionistas do Grupo era como se segue:

- Empréstimo obrigacionista SC, SGPS, SA, 2008/2018 no valor de 50.000.000 euros, reembolsável ao fim de 10 anos, numa única prestação em 3 de Março de 2018, salvo se ocorrer reembolso antecipado, total ou parcial, o qual poderá ocorrer em 3 de Março de 2016. As obrigações vencem juros semestralmente.
- Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2011/2016 no valor de 10.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 17 de Janeiro de 2016, salvo se ocorrer o reembolso total ou parcial, o qual poderá ocorrer a 17 de Janeiro de 2014. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários em vigor a 31 de Dezembro de 2012 era em média 3.412%.

Os empréstimos bancários pagam juros que estão indexados a taxas de mercado Euribor dos respectivos prazos, pelo que se considera que o justo valor destes empréstimos está próximo do seu valor contabilístico.

O saldo da rubrica Outros empréstimos não correntes refere-se a subsídios reembolsáveis atribuídos a empresas filiais por organismos oficiais, os quais não vencem juros.

O saldo da rubrica Outros empréstimos correntes refere-se a letras descontadas e não vencidas.

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31 December 2012		31 Dezembro 2011	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	100.440.133	8.393.490	82.419.045	8.892.411
N+2	19.279.012	7.208.617	55.571.186	6.799.606
N+3	11.002.099	5.941.516	18.899.142	5.918.320
N+4	20.447.129	3.713.646	10.656.839	5.305.279
N+5	43.053.564	2.875.583	20.205.856	4.019.406
Após N+5	63.136.837	1.010.080	76.553.144	3.308.452
	<u>257.358.774</u>	<u>29.142.932</u>	<u>264.305.213</u>	<u>34.243.474</u>

- a) Inclui montantes utilizados ao abrigo de programas de papel comercial. Do valor total com maturidade em n+1, 39% diz respeito a papel comercial tomado ao abrigo de linhas de crédito com *commitment* superior a um ano. Efectivamente tendo em conta as políticas e medidas de gestão de risco de liquidez, não se antecipam riscos que possam por em causa a continuidade das operações.

À data de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Spred	8.186.317	-	4.801.865	-
Holding e outras	48.899.398	15.650.000	24.949.398	20.600.000
	<u>57.085.715</u>	<u>15.650.000</u>	<u>29.751.263</u>	<u>20.600.000</u>
Montantes de linhas contratadas				
Spred	8.236.978	-	5.750.000	-
Holding e outras	61.599.398	79.850.000	44.599.398	78.850.000
	<u>69.836.376</u>	<u>79.850.000</u>	<u>50.349.398</u>	<u>78.850.000</u>

25. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de Dezembro de 2011 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	3.352.546	3.556.159	2.813.237	2,607,993
N+2	3.340.653	3.554.432	2.865.496	2,696,368
N+3	3.257.165	3.542.148	2.842.437	2,774,728
N+4	3.228.744	3.457.183	2.874.544	2,782,668
N+5	3.228.742	3.428.400	2.936.733	2,847,013
Após N+5	13.771.082	18.015.247	13.138.537	16,435,744
	<u>30.178.933</u>	<u>35.553.569</u>	<u>27.470.984</u>	<u>30,144,514</u>
Juros futuros	(2.707.949)	(5.409.056)		
	<u>27.470.984</u>	<u>30.144.513</u>		
Custos de montagem de locações financeiras			(114.159)	(127,017)
Componente de curto prazo			<u>2.813.237</u>	<u>2,607,993</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>24.543.588</u>	<u>27.409.503</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 o valor líquido contabilístico dos bens objecto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objecto de locação financeira	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Terrenos e Edifícios	-	-
Equipamento Básico	28.851.465	31.316.342
Equipamento Transporte	230	403
Ferramentas e Utensílios	594	2.218
Equipamento Administrativo	6.713	10.667
Total de activos fixos tangíveis (Nota 10)	<u>28.859.002</u>	<u>31.329.630</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2012, respeitam, fundamentalmente a opções de taxa de juro (*cash flow hedges*) contraídas com o objectivo de cobertura de risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 55.000.000 de euros cujo justo valor ascendia a 2.731.672 euros (1.872.276 euros em 31 de Dezembro de 2011), registados no passivo. Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, todos os derivados são considerados de cobertura.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. Para opções, o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes.

O justo valor dos derivados é calculado usando modelos de valorização com pressupostos observáveis no mercado, enquadrando-se assim no nível 2 definido na IFRS 7.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- *Matching* entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro do derivado;
- *Matching* perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo esse perfil de risco mensurado normalmente através da nota de *rating* atribuída por empresas de *rating* de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são instituições financeiras de primeira linha, de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de juro	-	-	-	-
Derivados de cobertura				
Taxa de juro (Nota 24)	-	-	2.731.672	1.872.276
Outros derivados	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.731.672</u>	<u>1.872.276</u>

27. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas		
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	2.153.861	2.236.843
Outros	1.314.645	1.298.000
	<u>3.468.506</u>	<u>3.534.843</u>
Outros credores		
Credores do processo de reestruturação Torralta	410,844	370.128
Outros	-	140.548
	<u>410.844</u>	<u>510.676</u>
Proveitos diferidos		
Mais-valias diferidas	-	3.003.042
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 28)	117,960	106.946
	<u>117.960</u>	<u>3.109.988</u>
Outros passivos não correntes	<u>3.997.310</u>	<u>7.155.507</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a maturidade dos saldos de Outros Credores pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2012	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos						-
Outras dívidas a terceiros não correntes					410.844	410.844
Total acumulado	-	-	-	-	410.844	410.844
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>410.844</u>	<u>410.844</u>
31 Dezembro 2011	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	140.548	-	-	-	370.128	510.676
Total acumulado	140.548	-	-	-	370.128	510.676
	<u>140.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>370.128</u>	<u>510.676</u>

28. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Capital concedeu em 2012 e nos anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções Sonae Capital SGPS, SA, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae Capital na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Acções					
	2009	2012	3	-	75.054
	2010	2013	1	24.585	77.011
	2011	2014	2	42.203	132.017
	2012	2015	8	195.897	-
Total				262.685	284.082

Os valores registados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Registado em outros passivos não correntes	117.960	106.946
Registado em outros passivos correntes	30.794	95.317
Registado em reservas	129.184	143.765
Valor registado em gastos com pessoal	19.570	58.498

29. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
SC Assets	207.055	190.643	270	16.142
Turismo	2.930.467	2.265.755	196.922	467.790
Spred	13.458.741	12.794.935	365.808	297.998
Holding e outras	360.700	349.570	4.357	6.774
	16.956.963	15.600.903	567.357	788.704
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	632.519	603.694	10.219	18.606
Total Acumulado	17.589.482	16.204.597	577.576	807.310

	31 Dezembro 2011	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
SC Assets	498.512	414.292	64.896	19.324
Turismo	3.268.099	2.869.904	153.446	244.749
Spred	10.390.563	9.900.725	296.883	192.955
Holding e outras	628.281	582.326	29.054	16.901
	14.785.455	13.767.247	544.279	473.929
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	66.010	17.161	17.357	31.492
Total Acumulado	14.851.465	13.784.408	561.636	505.421

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de actualização destes montantes não é material.

30. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	1.096.072	979.266	33.149	83.657
Outros	1.267.764	643.189	14.840	609.735
	<u>2.363.836</u>	<u>1.622.455</u>	<u>47.989</u>	<u>693.392</u>
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	1.968.241			
	<u>4.332.077</u>			
Empresas relacionadas	117.793			
Total Acumulado	<u>4.449.870</u>			
	31 Dezembro 2011	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	514.752	389.388	852	124.512
Outros	1.425.692	659.542	114.380	651.771
	<u>1.940.444</u>	<u>1.048.930</u>	<u>115.232</u>	<u>776.283</u>
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	1.938.599			
	<u>3.879.043</u>			
Empresas relacionadas	107.760			
Total Acumulado	<u>3.986.803</u>			

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos e não incorpora juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de existências e activos fixos e montantes adiantados por instituições financeiras por conta do desconto de letras sobre clientes. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Custos com o pessoal	5.256.361	6.555.743
Obras já facturadas mas ainda não realizadas	5.632.274	4.400.408
Outros fornecimentos e serviços externos		4.988.701
Encargos financeiros a liquidar	1.009.851	1.472.238
Custos com contratos de construção	401.198	509.507
Subsídios ao investimento	1.664.142	1.699.859
Outros	8.835.139	4.844.262
Total Acumulado	22.798.965	24.470.718

32. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2012	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo em 31 Dezembro 2012
Perdas por imparidade acumuladas em:					
Outros investimentos (Notas 6 e 13)	7.868.877	-	-	-	7.868.877
Outros activos não correntes (Nota 14)	34.916	-	-	-	34.916
Clientes (Nota 16)	4.435.511	1.706.324	(438.815)	(261.926)	5.441.095
Devedores diversos correntes (Nota 17)	27.732.750	152.775	(14.100)	(5.070)	27.866.356
Existências (Nota 15)	3.505.580	12.460	(2.500)	-	3.515.540
Provisões não correntes	3.185.974	-	(106.150)	-	3.079.824
Provisões correntes	1.055.216	276.423	(162.532)	(14.000)	1.155.107
	47.818.824	2.147.982	(724.097)	(280.996)	48.961.714

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2011	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo em 31 Dezembro 2011
Perdas por imparidade acumuladas em:					
Outros investimentos (Notas 6 e 13)	7.868.877	-	-	-	7.868.877
Outros activos não correntes (Nota 14)	34.916	-	-	-	34.916
Clientes (Nota 16)	4.367.254	554.977	(486.720)	-	4.435.511
Devedores diversos correntes (Nota 17)	27.906.786	23.239	(197.275)	-	27.732.750
Existências (Nota 15)	7.726.492	1.219.211	(5.440.123)	-	3.505.580
Provisões não correntes	3.185.975	-	(1)	-	3.185.974
Provisões correntes	2.704.909	-	(1.649.693)	-	1.055.216
	53.795.209	1.797.427	(7.773.812)	-	47.818.824

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Provisões e perdas de imparidade	5.128.480	3.034.123
Perdas por imparidade não reflectidas nesta nota		
Activos fixos tangíveis	(2.992.249)	(2.455.910)
Provisões para imparidade de existências registada em custo das vendas (Nota 15)	12.762	1.219.211
Imparidade para investimentos financeiros	-	-
Outros	(1.011)	3
	<u>2.147.982</u>	<u>1.797.427</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Processos judiciais em curso	1.792.273	1.707.327
Outros	2.442.657	2.533.863
	<u>4.234.930</u>	<u>4.241.190</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

33. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Garantias prestadas:		
Em processos de recuperação de IVA	4.988.723	7.606.253
Em processos fiscais em curso	4.126.605	2.367.143
Em processos autárquicos em curso	3.100.248	3.700.393
Outras	16.964.193	17.317.084

O valor de Outras inclui as seguintes garantias:

- 5.658.660 euros (6.923.850 euros em 31 de Dezembro de 2011) como garantias prestadas a clientes relativas a contratos de construção;
- 5.581.280 euros (8.643.393 euros em 31 Dezembro de 2011) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo.

O Grupo não registou provisões para os eventos/diferendos para os quais foram prestados estas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, ascenderam a 3.016.190 euros e 2.781.329 euros, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.376.046	2.266.774
N+1	668.634	649.986
N+2	307.543	656.855
N+3	277.945	647.516
N+4	145.044	233.675
N+5	112.006	148.413
Após N+5	51.546	230.507
	<u>3.938.763</u>	<u>4.833.726</u>

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi reconhecido como custo do período o montante de 3.578.504 euros (4.814.510 euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.033.542	1.973.854
N+1	1.097.824	1.770.714
N+2	591.733	1.025.766
N+3	434.442	912.486
N+4	340.345	810.623
N+5	290.710	740.934
Após N+5	1.287.494	1.683.583
	<u>6.076.091</u>	<u>8.917.960</u>

35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Vendas de mercadorias	27.459.675	20.692.386
Vendas de produtos	24.456.386	53.438.085
	<u>51.916.061</u>	<u>74.130.471</u>
Prestações de serviços	60.372.417	62.754.429
Total Acumulado	<u>112.288.478</u>	<u>136.884.900</u>

36. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A repartição dos outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Trabalhos para a própria empresa	3.303.515	4.715.860
Ganhos na alienação de activos	3.238.047	585.566
Reversão de perdas de imparidade e provisões	720.061	2.088.327
Proveitos suplementares	1.581.314	1.499.894
Outros	2.699.296	2.681.693
Total Acumulado	<u><u>11.542.233</u></u>	<u><u>11.571.340</u></u>

37. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Produtos acabados	(1.824.808)	(3.747.093)
Produtos e trabalhos em curso	(435.853)	(2.095.188)
Ganhos / (Perdas) por imparidade produtos acabados e produtos e trabalhos em curso	2.500	2.261.028
Total Acumulado	<u><u>(2.258.161)</u></u>	<u><u>(3.581.253)</u></u>

A variação da produção foi apurada como segue:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Existências iniciais	176.853.327	190.060.455
Variações de perímetro		-
Regularizações de existências	(17.652.984)	(7.364.847)
Existências finais (Nota 15)	<u>156.939.682</u>	<u>176.853.327</u>
	(2.260.661)	(5.842.281)
Perdas por imparidade		
Reversão de perdas por imparidade	2.500	2.261.028
Total Acumulado	<u><u>(2.258.161)</u></u>	<u><u>(3.581.253)</u></u>

A rubrica de "Regularização de existências" refere-se fundamentalmente a transferências de activos tangíveis de montantes imputados aos projectos imobiliários em Tróia (Nota 10).

38. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Subcontratos	9.940.356	17.225.430
Trabalhos especializados	5.116.197	5.615.480
Rendas e alugueres	6.815.016	7.662.118
Honorários	2.307.648	3.247.165
Conservação e reparação	2.783.117	2.968.515
Limpeza, higiene e conforto	2.779.690	3.402.673
Electricidade	2.797.031	2.736.686
Deslocações e estadas	906.485	1.044.181
Publicidade e propaganda	1.010.799	1.071.988
Combustíveis	1.055.778	1.317.119
Vigilância e segurança	749.726	847.400
Comunicação	1.048.528	1.106.608
Comissões	928.759	811.788
Outros fluidos	1.936.918	1.844.718
Seguros	916.189	1.079.776
Outros	3.661.287	3.829.090
Total Acumulado	44.753.524	55.810.735

39. GASTOS COM PESSOAL

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Remunerações	29.205.134	32.168.068
Encargos sobre remunerações	5.499.232	6.114.379
Seguros	619.919	637.438
Custos com acção social	63.973	104.542
Outros custos com pessoal	1.827.922	2.333.268
Total Acumulado	37.216.180	41.357.695

40. OUTROS GASTOS E PERDAS

A repartição dos outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Perdas na alienação de activos	584.818	673.926
Outros impostos	725.486	636.911
Imposto municipal sobre imóveis	767.906	762.369
Dívidas incobráveis	205.344	4.384
Outros	1.360.465	2.558.031
Total Acumulado	<u><u>3.644.019</u></u>	<u><u>4.635.621</u></u>

41. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 têm a seguinte composição:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Gastos e perdas:		
Juros Suportados		
Relativos a descobertos e emprést. bancários	6.153.061	5.645.409
Relativos a obrigações não convertíveis	2.243.344	2.432.673
Relativos a contratos de locação financeira	817.232	873.121
Relativos a derivados de cobertura	689.551	-
Outros	356.496	840.826
	<u>10.259.684</u>	<u>9.792.029</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	11.796
Descontos de pronto pagamento concedidos	36.189	25.108
Encargos com emissão de dívida	2.226.029	2.037.992
Outros custos e perdas financeiras	160.240	151.452
	<u>12.682.142</u>	<u>12.018.377</u>
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos	1.424.726	1.186.689
Diferenças de câmbio favoráveis	-	172.001
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	30.127
Outros proveitos e ganhos financeiros	291.670	192.424
	<u>1.716.396</u>	<u>1.581.241</u>
Resultados financeiros	<u><u>(10.965.747)</u></u>	<u><u>(10.437.136)</u></u>

42. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Dividendos	214.698	201.314
Alienação da Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, SA	(14.134)	-
Liquidação da Rochester Real Estate Ltd	13.365	-
Liquidação da Marina Magic - Exploração de Centros Lúd., SA	2.609	-
Liquidação da SKK Distribución de Refrigeración, S.R.L.	2.608	-
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	4.448	-
Alienação da TP - Soc.Térmica, SA	-	20.260.010
Alienação da Sociedade Imobiliária Tróia B3, SA	-	6.219.558
Acerto do preço de venda da Choice Car, SGPS, SA	-	1.000.000
Alienação total da Cinclus Plan.e Gest. Projectos, SA	-	693.325
Liquidação da Sodesa, SA	2.347	(12.537)
Resultados obtidos na alienação de investimentos em associadas e empresas conjuntamente controladas	2.347	28.160.356
Alteração da classificação do Fundo de Investimento Imosede para activos disponíveis para Venda	16.773.670	-
Alienação de Unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	125.746	-
Rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	12.490	-
Alienação Solinca Eventos e Catering	(536.000)	-
Resultados obtidos na alienação de investimentos em empresas associadas excluídas da consolidação e de investimentos disponíveis para venda	16.375.906	-
Outros	(20)	-
Resultados relativos a Investimentos	-	28.361.670

43. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Imposto corrente	3.042.730	2.581.273
Imposto diferido (Nota 20)	(1.416.422)	4.083.556
Imposto sobre o rendimento	1.626.308	6.664.829

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Resultado antes de impostos	(10.100.511)	10.450.701
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(1.432.759)	(25.042.743)
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 6)	(3.501.150)	(5.166.233)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	559.535	8.219.420
Outras diferenças permanentes	(1.817.562)	181.189
Lucro tributável	(16.292.447)	(11.357.666)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(9.396.285)	(8.549.049)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	29.585.123	23.739.375
	3.896.391	3.832.660
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	974.098	958.165
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(193.266)	(12.925)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	278.172	4.750.550
Derrama	412.839	423.099
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	(76.362)	347.905
Tributação autónoma e benefícios fiscais	230.828	198.035
Imposto sobre o rendimento	1.626.308	6.664.829

44. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM O RESULTADO INDIVIDUAL

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Resultados líquidos individuais agregados	(18.947.339)	31.531.213
Homogeneização de critérios	490.119	690.791
Eliminação de dividendos intra-grupo	(7.683.714)	(7.417.841)
Equivalência patrimonial	3.501.150	5.166.233
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	-	(20.896.421)
Eliminação de imparidade intra-grupo	356.506	1.121.072
Correcção das mais e menos valias na alienação de activos	3.003.042	(104.815)
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	7.554.033	(6.360.143)
Outros	(616)	55.783
Resultado consolidado do período	(11.726.819)	3.785.872

45. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas durante os exercícios finos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	-	605.083	21.452	509.932
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	31.869.881	30.507.919	7.626.230	6.947.867
	<u>31.869.881</u>	<u>31.113.002</u>	<u>7.647.682</u>	<u>7.457.799</u>

Transacções	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	1.111.565	959.720	-	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	-	-	142.163	145.743
	<u>1.111.565</u>	<u>959.720</u>	<u>142.163</u>	<u>145.743</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	1.101.343	902.395	4.932	57.485
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	13.671.174	9.645.265	2.673.449	3.336.327
	<u>14.772.517</u>	<u>10.547.660</u>	<u>2.678.381</u>	<u>3.393.812</u>

Saldos	Empréstimos Obtidos		Empréstimos Concedidos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	16.826.685	15.859.170
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	2.153.861	2.236.843	-	-
	<u>2.153.861</u>	<u>2.236.843</u>	<u>16.826.685</u>	<u>15.859.170</u>

a) A empresa Mãe é a Efanor Investimentos, SGPS, SA;

b) A rubrica Entidades parceiras e accionistas inclui valores com a Sonae, SGPS, SA e com a Sonae Indústria, SGPS.

As remunerações atribuídas em 2012 aos membros em funções do Conselho de Administração da Sonae Capital. SGPS. SA totalizaram 497.980 euros (383.150 euros em 2011), repartidas entre 383.520 euros (294.950 euros em 2011) de remuneração fixa e 114.460 euros (88.200 euros em 2011) relativos a remunerações variáveis.

46. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	(11.092.003)	2.994.272
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(11.092.003)	2.994.272
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	249.290.870	249.962.100
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	249.290.870	249.962.100
Resultado por acção (básico e diluído):	(0,044494)	0,011979

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA, pelo que não existe diluição dos resultados.

47. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Alienação de unidades de participação do Fundo Imobiliário fechado Imosede	20.000.000	-	-	-
Rendimentos do Fundo Imobiliário fechado Imosede	6.727.926	-	-	-
Alienação da Sociedade Imobiliária Tróia B3, SA	2.457.492	-	-	-
Alienação da TP - Soc.Térmica, SA	-	-	37.210.954	-
Alienação da Sociedade Imobiliária Tróia B3, SA	-	-	1.905.766	-
Alienação total da Cinclus Plan.e Gest. Projectos, SA	-	-	1.300.000	-
Acerto do preço de venda da Choice Car, SGPS, SA	-	-	1.000.000	-
Aquisição da Espimaia, SGPS, SA	-	-	-	5.816.469
Alienação da Box Lines Navegação	-	-	3.800.000	-
Outros	38.443	292.060	97.874	383.330
Total Acumulado	29.223.861	292.060	45.314.594	6.199.799

48. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram identificados os seguintes segmentos:

- Sonae Turismo:
 - Operações Turísticas
 - Atlantic Ferries
 - Outros
- SC Assets
- Spred:
 - Energia e Ambiente
 - Grupo Sistavac
 - Outros
- Holding e Outras

Os contributos dos principais segmentos de negócio para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2012					
Demonstração de resultados	Vendas	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Total de rendimentos operacionais	Cash-flow operacional (EBITDA)
Operações Turísticas	4.134.586	26.641.558	3.341.128	34.117.272	(6.142.575)
Atlantic Ferries	-	4.683.708	211.910	4.895.618	362.920
Outros	277	2.620.074	750.622	3.370.973	(405.141)
Proveitos intersegmentos	(1)	(1.458.952)	(365.783)	(1.824.736)	7.003
Total Turismo	4.134.862	32.486.388	3.937.877	40.559.127	(6.177.793)
Empreendimentos residencias	173.320	762.991	96.753	1.033.064	(629.231)
Outros Activos em exploração	158.500	3.551.920	3.470.264	7.180.684	3.955.526
Outros Activos	-	-	63.893	63.893	4.985
Proveitos intersegmentos	-	(295.018)	(89.871)	(384.889)	(623)
Total SC Assets	331.820	4.019.893	3.541.039	7.892.752	3.330.657
Energia e ambiente	12.674.154	494.299	551.391	13.719.844	3.307.555
Grupo Sistavac	38.792.852	18.846.222	378.953	58.018.027	(50.390)
Outros	65.955	8.068.474	554.359	8.688.788	105.228
Proveitos intersegmentos	(3.559.763)	(187.859)	2.234.536	(1.513.086)	(2.195)
Total Spred	47.973.198	27.221.136	3.719.239	78.913.573	3.360.198
Holding e Outras	-	4.590.289	531.961	5.122.250	(1.846.196)
Proveitos entre os subgrupos	(523.819)	(7.945.289)	(187.883)	(8.656.991)	(2.497)
Consolidado	51.916.061	60.372.417	11.542.233	123.830.711	(1.335.631)

31 Dezembro 2011					
Demonstração de resultados	Vendas	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Total de rendimentos operacionais	Cash-flow operacional (EBITDA)
Operações Turísticas	7.390.163	31.290.067	3.873.011	42.553.241	(8.322.250)
Atlantic Ferries	-	5.074.632	101.191	5.175.823	725.742
Outros	10.738	3.155.195	271.286	3.437.219	(396.886)
Proveitos intersegmentos	-	(1.600.247)	(440.688)	(2.040.935)	952
Total Turismo	7.400.901	37.919.647	3.804.800	49.125.348	(7.992.442)
Empreendimentos residencias	2.753.900	1.052.718	150.230	3.956.848	681.494
Outros Activos em exploração	5.349.767	3.669.927	585.192	9.604.886	42.369
Outros Activos	-	-	90.551	90.551	(86.658)
Proveitos intersegmentos	(2.800.000)	(197.589)	(143.191)	(3.140.780)	(25.894)
Total SC Assets	5.303.667	4.525.056	682.782	10.511.505	611.311
Energia e ambiente	7.859.758	797.858	658.201	9.315.817	2.004.970
Grupo Sistavac	58.181.992	18.167.305	930.709	77.280.006	5.277.624
Outros	1.721.765	5.215.396	867.447	7.804.608	(40.916)
Proveitos intersegmentos	(1.852.853)	(26.310)	(184)	(1.879.347)	(518)
Total Spred	65.910.662	24.154.249	2.456.173	92.521.084	7.241.160
Holding e Outras	-	4.237.970	784.655	5.022.625	(2.148.723)
Proveitos entre os subgrupos	(4.484.759)	(8.082.493)	3.842.930	(8.724.322)	108.445
Consolidado	74.130.471	62.754.429	11.571.340	148.456.240	(2.180.249)

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Balanços consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2012

Balanço	Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	Investimentos	Outros Ativos	Total do Activo	Total passivo	Investimento Técnico	Dívida Bruta	Dívida Líquida
Operações Turísticas	162.060.574	257.390	189.531.349	351.849.312	184.192.922	1.917.024	3.701.197	2.421.861
Atlantic Ferries	23.389.591	-	1.723.195	25.112.786	22.243.863	11.510	18.799.802	18.729.488
Outros	4.601	274.154	147.563.831	147.842.586	247.769.052	-	17.575	(48.035)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(149.018.490)	(149.018.490)	(149.016.876)	-	-	-
Total Turismo	185.454.766	531.544	189.799.885	375.786.195	305.188.961	1.928.535	22.518.574	21.103.314
Empreendimentos residencias	318.979	17.822	50.284.582	50.621.383	50.952.001	-	140	(510.741)
Outros Activos em exploração	47.126.265	693.928	102.265.379	150.085.572	134.468.040	593.923	58.806	51.260
Outros Activos	-	20.014.775	138.211.300	158.226.075	165.751.943	-	-	(4.995)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(185.625.629)	(185.625.629)	(182.825.627)	-	-	-
Total SC Assets	47.445.244	20.726.524	105.135.632	173.307.400	168.346.357	593.923	58.946	(464.476)
Energia e ambiente	18.363.784	2.546	6.189.031	24.555.361	21.811.393	8.632.381	9.154.806	9.137.748
Grupo Selfrio	566.282	0	54.027.362	54.593.644	20.256.144	397.830	5.651	(501.072)
Outros	1.662.998	4.447.050	51.084.792	57.194.840	26.694.523	156.437	54.771	(345.778)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(27.327.556)	(27.327.556)	(27.320.504)	-	-	-
Total Spred	20.593.064	4.449.596	83.973.629	109.016.289	41.441.556	9.186.648	9.215.228	8.290.898
Holding e Outras	455.437	29.283.577	403.934.944	433.673.957	256.268.090	431.691	227.522.174	227.140.491
Ajustamentos entre os subgrupos	-	-	(434.369.543)	(434.369.543)	(437.787.765)	-	-	-
Consolidado	253.948.512	54.991.242	348.474.546	657.414.299	333.457.199	12.140.798	259.314.922	256.070.226

31 Dezembro 2011

Balanço	Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	Investimentos	Outros Ativos	Total do Activo	Total passivo	Investimento Técnico	Dívida Bruta	Dívida Líquida
Operações Turísticas	153.836.994	247.390	193.878.092	347.962.476	226.361.773	5.894.579	3.466.557	3.014.460
Atlantic Ferries	24.755.340	-	1.672.236	26.427.576	23.305.133	78.690	20.291.480	20.204.261
Outros	3.466.648	274.154	185.449.021	189.189.823	232.676.579	90.771	1.151	(80.747)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(185.215.444)	(185.215.444)	(185.215.271)	-	-	-
Total Turismo	182.058.982	521.544	195.783.905	378.364.431	297.128.214	6.064.040	23.759.188	23.137.974
Empreendimentos residencias	339.537	17.822	50.546.041	50.903.400	48.691.236	333.150	678	(509.228)
Outros Activos em exploração	47.685.906	903.500	99.448.689	148.038.095	130.571.528	442.644	200	(17.281)
Outros Activos	-	57.716.011	133.708.180	191.424.191	184.198.370	-	-	(4.931)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(175.460.093)	(175.460.093)	(172.660.096)	-	-	-
Total SC Assets	48.025.443	58.637.333	108.242.817	214.905.593	190.801.038	775.794	879	(531.441)
Energia e ambiente	11.253.391	2.546	4.506.946	15.762.883	14.147.725	3.748.308	10.168.918	10.149.905
Grupo Selfrio	322.342	0	54.857.951	55.180.293	19.283.480	162.018	1.084.721	(854.719)
Outros	1.820.079	1.905.304	46.052.081	49.777.464	21.587.619	264.854	252.937	(248.699)
Ajustamentos intersegmento	-	-	(16.312.913)	(16.312.913)	(16.313.663)	-	-	-
Total Spred	13.395.812	1.907.850	89.104.064	104.407.726	38.705.161	4.175.179	11.506.577	9.046.486
Holding e Outras	86.761	8.889	422.196.516	422.292.165	259.478.733	20.116	229.855.733	229.488.718
Ajustamentos entre os subgrupos	-	-	(446.139.127)	(446.139.127)	(449.153.078)	-	-	-
Consolidado	243.566.998	61.075.617	369.188.174	673.830.789	336.960.068	11.035.130	265.122.377	261.141.737

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Fluxos de Caixa consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2012					
	SC Assets	Turismo	Spred	Holding e Outras	Consolidado
Actividades operacionais	(1.795.912)	2.019.659	8.321.143	(7.025.986)	1.518.904
Actividades de investimento	1.167.254	551.545	(8.917.868)	24.410.690	17.211.621
Actividades de financiamento	49.527	(2.051.814)	(2.132.424)	(14.951.764)	(19.086.475)
Varição de caixa e equivalentes	(579.131)	519.390	(2.729.149)	2.432.940	(355.950)

31 Dezembro 2011					
	SC Assets	Turismo	Spred	Holding e Outras	Consolidado
Actividades operacionais	1.488.644	(1.911.179)	3.334.043	(5.931.653)	(3.020.145)
Actividades de investimento	(6.129.320)	(5.089.502)	418.268	39.707.101	28.906.547
Actividades de financiamento	(581.000)	(1.654.406)	2.318.670	(25.490.236)	(25.406.972)
Varição de caixa e equivalentes	(5.221.676)	(8.655.087)	6.070.981	8.285.212	479.430

O endividamento líquido da Holding pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2012
Recursos	
Dívida ao Mercado	238.629.362
Disponibilidades	353.545
Endividamento Bancário Líquido	238.275.817
Sonae Turismo	-
SC Assets	-
Spred	20.746.970
Operações Tesouraria Obtidas	20.746.970
Total de Recursos	259.022.787
Aplicações	
Sonae Turismo	239.514.296
SC Assets	135.655.333
Spred	916.744
Suprimentos e Op. Financ. Concedidos	376.086.374

Os colaboradores da Sonae Capital podem ser analisados como segue:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
SC Assets	3	16
Turismo	464	544
Spred	807	846
Holding e Outras	92	90
Total	<u>1.366</u>	<u>1.496</u>

49. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-lei N.º 185/09 art.º 11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, foram pagas ao auditor externo da sociedade, as seguintes remunerações:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹	98.023	90.436
Consultoria Fiscal ²	5.000	-
Outros Serviços ²	5.000	-
Total	<u>108.023</u>	<u>90.436</u>

¹ Honorários acordados para o ano.

² Montantes facturados.

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2012 até esta data que necessitem ser divulgados.

51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sánchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2012

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas		-	-
Investimentos financeiros	4	582.772.362	542.141.999
Activos por impostos diferidos	7	429.213	451.247
Outros activos não correntes	5	133.517.946	164.370.542
Total de activos não correntes		716.719.521	706.963.788
ACTIVOS CORRENTES:			
Outros activos correntes	6	26.036.184	21.481.201
Caixa e equivalentes de caixa	8	374.001	350.634
Total de activos correntes		26.410.185	21.831.835
TOTAL DO ACTIVO		743.129.706	728.795.623
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	9	250.000.000	250.000.000
Acções próprias	9	(264.705)	(36.143)
Reservas legais	10	8.307.376	8.307.376
Outras reservas	10	288.710.416	289.628.622
Resultados transitados		-	-
Resultado líquido do período		(995.091)	(918.206)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		545.757.996	546.981.649
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	11	68.932.664	90.812.089
Empréstimos obrigacionistas	11	9.985.411	9.943.470
Outros passivos não correntes		52.605	63.054
Passivos por impostos diferidos	7	778	11.699
Total de passivos não correntes		78.971.458	100.830.312
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		68.784	1.638.046
Empréstimos bancários	11	96.400.981	47.800.000
Empréstimos obrigacionistas	11	-	30.000.000
Outras dívidas a terceiros	12	20.748.477	31.923
Outros passivos correntes	13	1.182.010	1.513.693
Total de passivos correntes		118.400.252	80.983.662
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		743.129.706	728.795.623

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Proveitos operacionais			
Outros proveitos operacionais		30.892	329.649
Total de proveitos operacionais		<u>30.892</u>	<u>329.649</u>
Custos operacionais			
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.060.454)	(1.935.976)
Custos com o pessoal	16	(461.579)	(881.785)
Amortizações e depreciações			(1)
Outros custos operacionais		(7.519)	(6.067)
Total de custos operacionais		<u>(1.529.552)</u>	<u>(2.823.829)</u>
Resultados operacionais		<u>(1.498.660)</u>	<u>(2.494.180)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	17	11.418.111	10.756.300
Custos e perdas financeiras	17	<u>(9.846.148)</u>	<u>(9.470.803)</u>
Resultados financeiros		<u>1.571.963</u>	<u>1.285.497</u>
Resultados relativos a investimentos	17	<u>(1.043.989)</u>	<u>-</u>
Resultado antes de impostos		<u>(970.686)</u>	<u>(1.208.683)</u>
Imposto sobre o rendimento	18	<u>(24.405)</u>	<u>290.477</u>
Resultado do período		<u>(995.091)</u>	<u>(918.206)</u>
Resultados por acção			
Básico e Diluído	19	(0,003992)	(0,003673)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	4º Trimestre 2012 (Não auditado)	4º Trimestre 2011 (Não auditado)
Proveitos operacionais		
Outros proveitos operacionais	21.760	4.067
Total de proveitos operacionais	<u>21.760</u>	<u>4.067</u>
Custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	(343.297)	(1.738.924)
Custos com o pessoal	(72.918)	(182.917)
Amortizações e depreciações	-	-
Outros custos operacionais	(7.445)	(1.566)
Total de custos operacionais	<u>(423.660)</u>	<u>(1.923.407)</u>
Resultados operacionais	<u>(401.900)</u>	<u>(1.919.340)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	2.647.544	2.824.324
Custos e perdas financeiras	(2.133.874)	(2.275.684)
Resultados financeiros	<u>513.670</u>	<u>548.640</u>
Resultados relativos a investimentos	(1.426.910)	-
Resultado antes de impostos	<u>(1.315.140)</u>	<u>(1.370.700)</u>
Imposto sobre o rendimento	(26.824)	337.724
Resultado do período	<u>(1.341.964)</u>	<u>(1.032.976)</u>
Resultados por acção		
Básico e Diluído	(0,005383)	(0,004133)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Resultado líquido do período	(995.091)	(918.206)
Diferenças de conversão cambial	-	-
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	-	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Ganhos relativos a reavaliações de imobilizado	-	-
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	-	-
Outro rendimento integral do período	-	-
Total rendimento integral individual do período	<u>(995.091)</u>	<u>(918.206)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Camona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	<u>4º Trimestre 2012</u> (Não auditado)	<u>4º Trimestre 2011</u> (Não auditado)
Resultado líquido do período	(1.341.964)	(1.032.976)
Diferenças de conversão cambial	-	-
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	-	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Ganhos relativos a reavaliações de imobilizado	-	-
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	-	-
Outro rendimento integral do período	-	-
Total rendimento integral individual do período	<u>(1.341.964)</u>	<u>(1.032.976)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Sub total	Resultado líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	250.000.000	-	8.191.127	287.419.883	-	295.611.010	2.324.988	547.935.998
Total rendimento integral individual do período	-	-	-	-	-	-	(918.206)	(918.206)
Aplicação do resultado individual de 2010								
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	116.249	2.208.739	-	2.324.988	(2.324.988)	-
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	(36.143)	-	-	-	-	-	(36.143)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>250.000.000</u>	<u>(36.143)</u>	<u>8.307.376</u>	<u>289.628.622</u>	<u>-</u>	<u>297.935.998</u>	<u>(918.206)</u>	<u>546.981.649</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	250.000.000	(36.143)	8.307.376	289.628.622	-	297.935.998	(918.206)	546.981.649
Total rendimento integral individual do período	-	-	-	-	-	-	(995.091)	(995.091)
Aplicação do resultado individual de 2011								
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	(918.206)	-	(918.206)	918.206	-
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	(228.562)	-	-	-	-	-	(228.562)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>250.000.000</u>	<u>(264.705)</u>	<u>8.307.376</u>	<u>288.710.416</u>	<u>-</u>	<u>297.017.792</u>	<u>(995.091)</u>	<u>545.757.996</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos a fornecedores		2.512.421	320.267
Pagamentos ao pessoal		593.928	784.945
Fluxo gerado pelas operações		<u>(3.106.349)</u>	<u>(1.105.212)</u>
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento		(95.646)	117.516
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(15.133)	8.394
Fluxo das actividades operacionais [1]		<u>(3.025.836)</u>	<u>(1.214.334)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		11.439.257	8.654.296
Dividendos recebidos		382.921	-
Empréstimos concedidos		95.998.597	76.104.046
		<u>107.820.775</u>	<u>84.758.342</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		42.057.274	2.546
Imobilizações corpóreas		-	-
Empréstimos concedidos		69.831.543	18.924.000
		<u>111.888.817</u>	<u>18.926.546</u>
Fluxo das actividades investimento [2]		<u>(4.068.042)</u>	<u>65.831.796</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		86.946.600	68.800.000
		<u>86.946.600</u>	<u>68.800.000</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		10.001.774	9.064.840
Aquisição de acções (quotas) próprias		228.562	36.143
Empréstimos obtidos		69.600.000	123.993.200
		<u>79.830.336</u>	<u>133.094.183</u>
Fluxo das actividades de financiamento [3]		<u>7.116.264</u>	<u>(64.294.183)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]		22.386	323.279
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	<u>350.634</u>	<u>27.355</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	<u>373.019</u>	<u>350.634</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Camona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	4º Trimestre 2012 (Não auditado)	4º Trimestre 2011 (Não auditado)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos a fornecedores	661.465	110.507
Pagamentos ao pessoal	147.422	149.124
Fluxo gerado pelas operações	(808.887)	(259.631)
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento	169.319	192.592
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	10.510	66.704
Fluxo das actividades operacionais [1]	(967.696)	(385.519)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	675.340	1.163.716
Dividendos recebidos	-	-
Empréstimos concedidos	95.998.597	31.048.046
	96.673.937	32.211.762
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	42.057.274	2.546
Imobilizações corpóreas	-	-
Empréstimos concedidos	40.354.097	(5.600.600)
	82.411.371	(5.598.054)
Fluxo das actividades investimento [2]	14.262.566	37.809.816
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	38.864.600	(17.666.000)
	38.864.600	(17.666.000)
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	2.447.111	3.069.224
Aquisição de acções (quotas) próprias	163.705	36.143
Empréstimos obtidos	49.300.000	17.543.200
	51.910.816	20.648.567
Fluxo das actividades de financiamento [3]	(13.046.216)	(38.314.567)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]	248.654	(890.270)
Caixa e seus equivalentes no início do período	124.366	1.240.904
Caixa e seus equivalentes no fim do período	373.019	350.634

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Alvaro Camona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA (“Sociedade” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA, na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA, actual SC, SGPS, SA.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2012.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões.

- a) em vigor durante o exercício de 2012 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012:

Norma contabilística	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgações - Transferências de Activos Financeiros)	22-11-2011	01-07-2011

b) em vigor em exercícios posteriores a 31 de Dezembro de 2012:

Norma contabilística	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Apresentação das rubricas de Outro Rendimento Integral)	05-06-2012	01-07-2012
Emendas à IAS 19 – Benefícios de empregados	05-06-2012	01-01-2013
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 12 – Divulgação de Interesses em Entidades	11-12-2012	01-01-2014
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas	11-12-2012	01-01-2014
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS (Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para adoptantes pela primeira vez)	11-12-2012	01-01-2013
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Imposto Diferido)	11-12-2012	01-01-2013
IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor	11-12-2012	01-01-2013
IFRIC 20 – Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto	11-12-2012	01-01-2013
Emendas à IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgações – Compensação entre Activos Financeiros e Passivos Financeiros)	13-12-2012	01-01-2013
Emendas à IAS 32 - Instrumentos financeiros (Apresentação – Compensação entre Activos Financeiros e Passivos Financeiros)	13-12-2012	01-01-2014

Não se esperam impactos relevantes da implementação destas normas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.3).

2.2 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.3 Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sociedade adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo e são classificados no balanço como Investimentos correntes.

A Sociedade classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é considerado como sendo o valor pago, incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros valorados a justo valor através de resultados são registados nas demonstrações de resultados na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27 ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.4. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

e) Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de *funding*, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura derem origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas

situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

2.4 Rédito e especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.5 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.6 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- c) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas

estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Sociedade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a volatilidade nos resultados da Sociedade não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos *cash-flows* associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado,

a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- os derivados não são utilizados com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente deve ser sempre conhecido e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;
- a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas Instituições Financeiras com *rating* mínimo de *Investment Grade* e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se sempre que possível as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sociedade utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de *cash-flows* futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juro fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de *cash-flows* para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39, afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os cash-flows futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores ou superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 seriam 289.539,84 euros inferiores ou superiores respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2011 seriam inferiores ou superiores respectivamente em 753.336,84 euros.

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

d) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2 Riscos de Crédito

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

- Instituições Financeiras : O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Sociedade:

- a) Só executa operações com contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade* e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia sendo que se privilegia as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não seja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

- Operações de Compra/Venda de Participações : No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de *due dilligences*, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionada à liquidação financeira da operação.

3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Planeamento financeiro baseado em previsões de *cash-flows*, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controle financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de *Treasury* e *Cash Management*), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos seis meses) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez, otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas;

- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos Investimentos financeiros era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Investimentos em empresas do grupo e associadas	584.195.526	542.138.253
Investimentos em outras empresas:		
Sonae RE - (0,04%)	1.200	1.200
Fundo Invest. Imob. Imosonae Dois - (0,001%)	<u>2.546</u>	<u>2.546</u>
	584.199.272	542.141.999
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(1.426.910)</u>	-
	<u><u>582.772.362</u></u>	<u><u>542.141.999</u></u>

4.1 Investimentos em Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos Investimentos em Empresas do Grupo e Associadas era o abaixo indicado.

Sociedade	<u>31 Dezembro 2012</u>			<u>31 Dezembro 2011</u>		
	% de detenção	Valor de Aquisição	Ajust. em Reservas	% de detenção	Valor de Aquisição	Ajust. em Reservas
SC, SGPS, SA	100,00	382.638.253	-	100,00	382.638.253	-
Spred, SGPS, SA	54,05	40.000.000	-	54,05	40.000.000	-
SC Assets, SGPS, SA	76,64	82.000.000	-	76,64	82.000.000	-
Sonae Turismo, SGPS, SA	23,08	37.500.000	-	23,08	37.500.000	-
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	59,57	42.057.273	-	-	-	-
Total		<u>584.195.526</u>	<u>-</u>		<u>542.138.253</u>	<u>-</u>

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Os investimentos financeiros foram sujeitos a testes de imparidade no sentido de aferir o justo valor dos mesmos, cujo cálculo teve em conta as avaliações externas obtidas do património imobiliário das participadas. Na sequência desta análise foi constituída uma imparidade no montante de 1.426.910 euros para a participação no Fundo Esp.Inv.Imo. WTC.

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos Outros Activos Não Correntes era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
SC, SGPS, SA	111.341.743	106.142.743
SC Assets, SGPS, SA	<u>22.176.203</u>	<u>58.227.800</u>
	<u>133.517.946</u>	<u>164.370.543</u>

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2012. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo superior a 1 ano.

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos Outros Activos Correntes era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
SC, SGPS, SA	20.450.367	1.690.381
SC-Consultadoria,SA	-	3.413.021
SC Assets SGPS, SA	255.130	-
Sonae Turismo-SGPS,SA	-	10.916.552
Fornecedores	5.213	-
Estado e Outros entes públicos	189.194	298.516
Outros Devedores	5.500	9.956
Acréscimos de proveitos	5.107.967	5.128.767
Custos diferidos	<u>22.812</u>	<u>24.008</u>
	<u>26.036.184</u>	<u>21.481.201</u>

As operações financeiras concedidas a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivo por impostos diferidos	
	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	429.213	451.247	-	-
Outros	-	-	11.699	11.699

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivo por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Saldo inicial	451.247	157.965	11.699	22.586
Efeito em resultados (Nota 18):				
Prejuízos fiscais reportáveis	(22.034)	293.282	-	-
Outros	-	-	(10.921)	(10.887)
	<u>429.213</u>	<u>451.247</u>	<u>778</u>	<u>11.699</u>
Efeito em reservas:	-	-	-	-
Saldo final	<u>429.213</u>	<u>451.247</u>	<u>778</u>	<u>11.699</u>

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento, os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2010	551.761	137.940	2014	640.062	160.016	2014
Gerados em 2011	1.165.089	291.272	2015	1.164.925	291.231	2015
	<u>1.716.850</u>	<u>429.213</u>		<u>1.804.987</u>	<u>451.247</u>	

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Caixa	1.004	1.004
Depósitos bancários	372.997	349.631
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>374.001</u>	<u>350.634</u>
Descobertos Bancários	981	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>373.019</u>	<u>350.634</u>

9. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2012 o Capital Social está representado por 250.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a sociedade adquiriu em bolsa 1.448.710 acções próprias, representativas de 0,579% do capital social, pelo montante global de 228.562 euros. Em 31 de Dezembro de 2012 o total de acções próprias detidas pela sociedade é de 1.600.310, representativas de 0,640% do capital social.

10. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe de Outras Reservas era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Reservas livres	155.807.458	156.954.227
Reserva - cisão	132.638.252	132.638.252
Reserva - acções próprias	<u>264.705</u>	<u>36.143</u>
	<u>288.710.416</u>	<u>289.628.622</u>

O valor global da reserva de cisão (Nota 1), corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.638.252 euros) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000 euros) a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reserva Legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2012 o valor desta rubrica ascende a 8.307.376 Euros.

11. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empréstimos bancários - papel comercial	38.250.000	58.250.000
Empréstimos bancários - Mútuo	31.000.000	33.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(317.336)</u>	<u>(437.911)</u>
Empréstimos bancários não correntes	<u>68.932.664</u>	<u>90.812.089</u>
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	10.000.000	10.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(14.589)</u>	<u>(56.531)</u>
Empréstimos obrigacionistas	<u>9.985.411</u>	<u>9.943.469</u>
Empréstimos não correntes	<u>78.918.075</u>	<u>100.755.559</u>
Empréstimos bancários - papel comercial	94.400.000	47.150.000
Empréstimos bancários - Mútuo	2.000.000	650.000
Empréstimos bancários - Parc. CP emprést. obrigacionistas	-	30.000.000
Empréstimos bancários - Descobertos bancários	<u>981</u>	<u>-</u>
Empréstimos bancários correntes	<u>96.400.981</u>	<u>77.800.000</u>

Empréstimos Não Correntes

A rubrica de empréstimos não correntes diz respeito a montantes utilizados ao abrigo de:

- i. Empréstimo bancário, iniciado em 2 de Junho de 2011 válido por 6 anos e reembolsável em 6 prestações anuais. Como garantia deste empréstimo foi constituído hipoteca sobre imóveis. Este empréstimo vence juros trimestralmente;
- ii. Programa de Emissão de títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Dezembro de 2010 e válido por um período de 3 anos;
- iii. Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2011/2016 no valor de 10.000.000 euros reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 17 de Janeiro de 2016, salvo se ocorrer o reembolso antecipado ao abrigo dos termos da “Call/Put Option” prevista no contrato. As obrigações vencem juros semestralmente;
- iv. Programa de Emissão de títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 27 Dezembro 2012 e válido por um período de 5 anos.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respectivo prazo de cada emissão.

A taxa de juro dos empréstimos bancários e obrigacionistas em vigor a 31 de Dezembro de 2012 era em média cerca de 3,8251%.

Empréstimos Bancários Correntes

A rubrica de empréstimos correntes diz respeito a montantes utilizados ao abrigo de:

- i. Programa de Emissão de títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos, podendo ser prorrogado por iniciativa da Sonae Capital;
- ii. Programa de Emissão de Títulos de Papel comercial com garantia de subscrição iniciado em 31 de Março de 2011 e válido por um período de 5 anos e 5 meses;
- iii. Programa de Emissão de títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição iniciado em 14 de Março de 2008 e válido por um período de 5 anos;
- iv. Programa de Emissão de Papel Comercial com garantia de subscrição iniciado em 17 de Fevereiro de 2011 válido por um ano, automaticamente renovável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que o juro a pagar está indexado a taxas de mercado variáveis.

Não existem instrumentos derivados.

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	96.400.981	(7.025.683)	77.800.000	6.526.266
N+2	15.250.000	(5.929.592)	52.000.000	4.550.574
N+3	7.000.000	(4.743.816)	15.250.000	3.767.928
N+4	17.000.000	(2.589.950)	7.000.000	3.255.580
N+5	40.000.000	(1.828.362)	17.000.000	2.058.532
Após N+5	-	-	10.000.000	364.961
	<u>175.650.981</u>	<u>(22.117.403)</u>	<u>179.050.000</u>	<u>20.523.840</u>

À data de 31 de Dezembro de 2012, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	48.899.398	15.650.000	24.949.398	20.600.000
Montante de linhas contratadas	61.599.398	79.850.000	44.599.398	78.850.000

12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
<u>Outras dívidas a terceiros</u>		
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Spred, SGPS, SA	20.746.600	-
Outros credores diversos	1.877	31.923
	<u>20.748.477</u>	<u>31.923</u>

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano.

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
<u>Outros passivos correntes</u>		
Estado e Outros entes públicos	140.913	95.128
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	235.216	376.622
Juros a liquidar	637.782	993.925
Outros acréscimos de custos	164.029	42.717
Proveitos diferidos	4.070	5.301
	<u>1.182.010</u>	<u>1.513.693</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Rendas e alugueres	33.999	56.691
Seguros	49.615	49.132
Deslocações e estadas	20.064	20.169
Trabalhos especializados	944.024	1.794.763
Outros fornecimentos e serviços	12.751	15.221
	<u>1.060.454</u>	<u>1.935.976</u>

15. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
N+1	25.870	25.870
N+2	25.870	25.870
N+3	15.091	25.870
N+4	-	-
N+5	-	-
	<u>66.831</u>	<u>77.610</u>

16. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos Custos com o Pessoal era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Remunerações dos órgãos sociais	388.574	734.757
Remunerações do pessoal	-	63.311
Encargos sobre remunerações	49.925	59.849
Outros custos com o pessoal	<u>23.080</u>	<u>23.867</u>
	<u>461.579</u>	<u>881.785</u>

17. RESULTADOS FINANCEIROS E RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos Resultados Financeiros e dos Resultados Relativos a Investimentos era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(6.083.044)	(5.551.275)
Relativos a obrigações não convertíveis	(1.134.868)	(1.211.508)
Outros	(358.524)	(625.993)
Outros custos e perdas financeiras	<u>(2.269.712)</u>	<u>(2.082.028)</u>
	<u>(9.846.148)</u>	<u>(9.470.803)</u>
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	<u>11.418.111</u>	<u>10.756.300</u>
	<u>11.418.111</u>	<u>10.756.300</u>
Resultados financeiros	<u>1.571.963</u>	<u>1.285.497</u>
Perdas imp. investimentos financeiros (Nota 4.1)	(1.426.910)	-
Dividendos obtidos	<u>382.921</u>	-
Resultados relativos a investimentos	<u>(1.043.989)</u>	-

Em 31 de Dezembro de 2012 o montante de dividendos obtidos respeita a dividendos distribuídos pela participada Spred SGPS.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe do Imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Imposto corrente	(13.292)	(13.692)
Imposto diferido	<u>(11.113)</u>	<u>304.169</u>
	<u>(24.405)</u>	<u>290.477</u>

18.1 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto como o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Resultados antes de impostos	(970.686)	(1.208.683)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável	1.088.420	43.758
Matéria colectável	117.734	(1.164.925)
Registo/(Utilização) de perdas fiscais	(88.301)	-
Matéria colectável corrigida	29.433	(1.164.925)
Imposto à taxa de 25%	(7.358)	291.231
Insuficiência/excesso de estimativa de imposto	2	(14)
Derrama	(1.177)	-
Tributação autónoma	(4.758)	(13.678)
Efeito da constatação/reversão de impostos diferidos	(11.113)	12.938
Imposto sobre o rendimento	(24.405)	290.477

19. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(995.091)	(918.206)
Efeito das acções potenciais	-	-
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>(995.091)</u>	<u>(918.206)</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	249.290.870	249.962.100
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>249.290.870</u>	<u>249.962.100</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	<u>(0,003992)</u>	<u>(0,003673)</u>

20. PARTES RELACIONADAS

Os Saldos e as Transacções com entidades relacionadas, durante o exercício de 2012 e de 2011, podem ser detalhados como segue:

Transacções	<u>Custos suportados</u>		<u>Proveitos obtidos</u>	
	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1.077.260	2.022.740	11.787.105	10.754.033
	<u>1.077.260</u>	<u>2.022.740</u>	<u>11.787.105</u>	<u>10.754.033</u>
Saldos	<u>Contas a pagar</u>		<u>Contas a receber</u>	
	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	178.646	1.679.946	5.103.612	5.134.312
	<u>178.646</u>	<u>1.679.946</u>	<u>5.103.612</u>	<u>5.134.312</u>
Saldos	<u>Empréstimos Obtidos</u>		<u>Empréstimos Concedidos</u>	
	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	20.748.477	-	154.223.443	180.390.497
	<u>20.748.477</u>	<u>-</u>	<u>154.223.443</u>	<u>180.390.497</u>

21. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artº 5º nº 4 do Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de Dezembro:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram celebrados contratos de suprimentos com a empresa SC, SGPS, SA e SC Assets, SGPS, SA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram celebrados contratos de operações financeiras com as empresas SC Assets, SGPS, SA e Spred SGPS, SA.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2012 são as seguintes:

Suprimentos e Operações Financeiras Concedidas

<u>Empresas</u>	<u>Saldo Final</u>
SC, SGPS, SA	131.792.110
SC Assets, SGPS, SA	22.431.333
	<u>154.223.443</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2012 são as seguintes:

Operações Financeiras Obtidas

<u>Empresas</u>	<u>Saldo Final</u>
Spred, SGPS, SA	20.746.600
	<u>20.746.600</u>

Artº 11, Decreto Lei nº 185/09

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, foram pagos ao auditor externo da Sociedade, as seguintes remunerações:

	<u>31 Dezembro 2012</u>	<u>31 Dezembro 2011</u>
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹	13.361	10.426
Consultadoria Fiscal	-	-
	<u>13.361</u>	<u>10.426</u>

1 – Valores anuais acordados

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Fevereiro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Francisco de La Fuente Sanchez

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

31 DE DEZEMBRO DE 2012

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Accionistas da

Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua actividade e das suas participadas, tendo efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira, da auditoria interna e gestão de risco e do controlo de gestão. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais e consolidados da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão e do relatório sobre o governo da Sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, emitidos pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se informa, que o relatório sobre o Governo da Sociedade produzido cumpre com o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no nº1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 21 de Fevereiro de 2013

O Conselho Fiscal,

Manuel Heleno Sismeiro

Armando Luís Vieira de Magalhães

Jorge Manuel Felizes Morgado

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

31 DE DEZEMBRO DE 2012



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2012 (evidenciam um total de 657.414.299 euros e 743.129.706 euros, respectivamente, um total de capital próprio consolidado de 323.957.100 euros, o qual inclui interesses sem controlo de 8.707.639 euros, e individual de 545.757.996 euros, um resultado líquido negativo consolidado de 11.726.819 euros e um resultado líquido negativo individual de 995.091 euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, as Demonstrações consolidadas e individuais do Rendimento Integral, as Demonstrações consolidadas e individuais de alterações no Capital próprio e as Demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da empresa, (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa bem como do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações, o rendimento integral consolidado e individual, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da empresa bem como o conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada e individual é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado e individual das suas operações, o rendimento integral consolidado e individual, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotados na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

21 de Fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.